

Especial



Por dentro do MCJP Edição deste domingo traz, aos assinantes de A União, revista que revela os muitos aspectos históricos e artísticos do Museu da Cidade de João Pessoa, com inauguração agendada para próxima quinta-feira.



Fotos: Roberto Guedes



Entrevista



Foto: Marcos Russo

Trabalho Presidente do TRT-PB, Leonardo Trajano, fala sobre precarização e garantia de direitos. [Página 4](#)

Paraíba

Uso exagerado da tecnologia agrava níveis de ansiedade

Acessar as redes sociais em demasia pode causar problemas graves de saúde, alertam especialistas. [Página 7](#)

Políticas

Casas legislativas debatem os orçamentos para 2022

Calendários de apreciação e votação dos projetos de lei devem ser definidos até a próxima semana. [Página 13](#)

Geral

Grande Seca de 1877 deixou mais de 500 mil mortos

Especial relembra uma das maiores tragédias do país, que dizimou 5% da população por fome e sede. [Página 15](#)



RADAR ECOLÓGICO

Foto: Greenpeace



COP26 discute ações para frear mudanças climáticas na Terra

Representantes de quase 200 países participam de debates em busca de soluções para aquecimento global. [Página 20](#)

Colunas

// A revolução burguesa no Brasil tem como principal característica o capitalismo dependente. Ela ocorreu já na fase monopolista e imperialista do capitalismo global. // [Página 10](#)

Estevam Dedalus

// Com muita sabedoria, o ex-presidente Barack Obama disse: 'Nós somos a primeira geração a entender completamente as mudanças climáticas e a última que ainda pode dar um jeito nelas'. // [Página 17](#)

Chico Nunes

// Nesta semana anterior ao dia em que a humanidade (...) reverencia os seus entes queridos que já nos deixaram, houvemos por bem falar sobre imprevisíveis momentos de desenlace de artistas ligados à música. // [Página 27](#)

Professor Francelino Soares

Produção de mel na PB movimentada cerca de R\$ 4 mi por ano

Atividade funciona como estratégia para a geração ou complemento de renda de diversas famílias paraibanas. Tendência é de expansão desse mercado. [Páginas 17 e 18](#)



Foto: Roberto Guedes

Os desafios do dia a dia nas comunidades

Para os moradores das mais de 140 comunidades da capital, a falta de infraestrutura e de equipamentos, como parques e praças, é o maior problema. [Páginas 5 e 6](#)

Almanaque



Resgate histórico Quatro décadas após ser atingido por um incêndio, o sobrado 155 da Rua da Areia, no Centro Histórico da capital, será restaurado e transformado em espaço de arte e cultura. [Página 25](#)

Cultura

Senhor dos palcos O ator Fernando Teixeira celebra 50 anos de teatro, com planos de um novo espetáculo e uma autobiografia para o próximo ano. [Página 9](#)



Foto: Asley Ravel/Divulgação

Editorial

O que nos une

Representantes de quase 200 países, entre chefes de Estado, ativistas, empresários, cientistas, religiosos e delegações de povos indígenas, estarão reunidos, de hoje ao próximo dia 12, para discutir maneiras de frear os impactos negativos da atividade humana no planeta. Eles participam da 26ª Cúpula Climática da Organização das Nações Unidas – a COP26, que acontece em Glasgow, na Escócia.

A diversidade dos participantes é salutar e essencial na medida em que as experiências bem sucedidas precisam ser expostas e compartilhadas. Da mesma maneira que ações nefastas ao meio ambiente, que continuam sendo colocadas em prática, devem ser combatidas. Será a ocasião, principalmente, de se cobrar das nações a apresentação de planos para colocar o mundo no caminho certo de combate ao aumento da temperatura global.

Toda essa pluralidade, contudo, também pode se transformar no maior desafio a um consenso. São interesses diversos, de nações e povos com economia, política, cultura e prioridades diferentes. São pontos de vista de pessoas que estão em extremidades na escala global da humanidade, dos ativistas do Greenpeace aos mandatários das maiores economias capitalistas do mundo.

Haverá também aqueles que se baseiam em teorias negacionistas para justificar a manutenção de atividades condenadas pela Ciência. Nesse grupo, destaque para o presidente brasileiro Jair Bolsonaro, cuja política ambiental é vista como retrocesso por grande parte da comunidade internacional.

O Brasil, aliás, deverá ser um dos centros das atenções na COP26, especialmente pelos índices crescentes de desmatamento da Amazônia. Em julho passado, um estudo publicado na revista Nature mostrou que a floresta chegou ao ponto de emitir mais gás carbônico do que o volume que absorve.

Percebe-se, portanto, o quanto podem ser difíceis consensos a respeito dos temas em debate. Uma coisa é admitir que mudanças climáticas e o superaquecimento do planeta representam uma ameaça; outra coisa bem diferente é adotar medidas efetivas para reduzir a emissão dos gases do efeito estufa, presentes na maioria das atividades industriais e comerciais.

Mas, a despeito da diversidade de interesses, a COP26 tem um apelo que une a todos, indistintamente: a reunião é apontada por ambientalistas de todo o mundo como a última janela de oportunidades para decisões que propiciem mudanças urgentes no sentido de conter os impactos do aquecimento global. Impactos que colocam em risco e causam prejuízos a todos os habitantes do planeta.

Artigo

Rui Leitão

iurleitao@hotmail.com | Colaborador

A geração mimeógrafo

A censura imposta pela ditadura militar inibia a difusão cultural através das gráficas. A divulgação de ideias que contrariavam a orientação política do regime era dificultada, não só pela vigilância em tudo o que se imprimia, como pelo alto custo de produção gráfica. A geração dos anos setenta, na qual me incluo, buscou uma forma mais barata e eficaz de produzir textos, quase sempre proibidos, que transmitiam informações e conhecimentos não permitidos pelo governo.

Antes da internet a difusão de informações era muito mais lenta, complicada e cara. Os estudantes, intelectuais e professores passaram a utilizar uma ferramenta de comunicação chamada “mimeógrafo”. Foi uma das invenções de Thomas Edison, patenteada em 1876. Era uma máquina copiadora à base de álcool. O texto era datilografado num papel chamado “estêncil”, contendo carbono. No equipamento colocava-se álcool num recipiente que dissolvia a tinta do “estêncil” e depois girava uma manivela e as cópias iam sendo produzidas.

Foi um instrumento que abriu caminhos, conectou mentes e causou impactos reais na sociedade. Permitiu uma nova forma de divulgação da arte e da cultura brasileira, reprimida pelo sistema totalitário que vigorava no país, substituindo os meios tradicionais de circulação das obras para os meios alternativos de publicação. Artistas e intelectuais independentes,

representantes da chamada “cultura marginal”, fizeram bom uso desse equipamento. A produção “fora do sistema” foi um movimento revolucionário na literatura nacional. Tornou-se um símbolo da resistência.

Lembro-me bem que ia na casa de um colega de turma, Osmar Flaminio, que morava pertinho do Liceu, na Avenida Coremas, para publicarmos um jornalzinho estudantil. Claro que o seu conteúdo era classificado como subversivo na época. Tinha que ser impresso e distribuído às escondidas.

Dá para se ter ideia, então, do quanto foi importante essa máquina naquela época. Era um extraordinário recurso de que dispúnhamos para promover comunicação, divulgar artigos e revelar vocações literárias, em pequenas tiragens e sem grandes despesas. Mas os objetivos eram alcançados.

O mimeógrafo era também muito utilizado pelos professores, por ocasião da aplicação de provas e distribuição de trabalhos e textos. Ainda guardo na memória o cheiro do álcool das provas. É um momento de nostalgia. Foi uma das primeiras “impressoras” no mundo educacional. Quase todas as escolas tinham esse aparelho na década de setenta no Brasil.

A militância política estudantil e os vocacionados para a literatura, fizeram bom proveito dessa máquina que nossos filhos e netos, com certeza, sequer ouviram falar.

Artigo

Sitônio Pinto

sitoniopinto@gmail.com | Colaborador

A capina do Sítio Pilões

Os trabalhadores estavam puxando cobras pros pés, fazendo a capina de depois da primeira chuva. Era preciso, para que o capim nascente não sufocasse a lavoura do feijão. A turma contava também com alguns brejeiros, vindos do lado de Guarabira. Entre eles, Seu Domingos. Diziam que era curado de cobra. Pois alguém deu o alarme de cobra na roça. Chamaram Seu Domingos. Era uma corre-campo, cobra inocente, mas o diabo é quem confia. Seu Domingos pegou a olhar para a bicha. Não rezava, apenas olhava. A dita começou a se torcer, como se alguém estivesse metendo-lhe o ferro da enxada. A dita se torceu, virou, até que não mexeu mais. Estava morta.

Devia ser um casal, pois não demorou e deram com outra corre-campo. De novo, chamaram Seu Domingos. O brejeiro curado acudiu e pegou a olhar para a dita. Só fazia olhar, a dita se torcia feito alfenim na cana de mel. Até que parou de se torcer e se esticou, abrindo e fechando a boca. Não abriu mais. Dizem que corre-campo não tem veneno, o fute é quem confia. Diziam os antigos que toda dita é venenosa. Estou com os antigos.

Os homens voltaram a trabalhar, as enxadas puxando cobra. Gaibéus, como se diz no Reino. Gente que não botou roça e que trabalha de alugado na roça dos outros, no tempo da capina, puxando cobra pros pés. Os brejeiros vieram de longe. Em geral se dá o contrário, os sertanejos procuram o brejo, tangidos pelo estio. Dessa vez, vieram de Guarabira vender seus dias de serviço. Alugavam-se à forra, pois não tinham família para lhes fazer a bóia. Seu Domingos era um deles.

Quando o sol estava nas alturas chamaram Seu Domingos outra vez.

– Cuidado, Seu Domingos, que agora é uma cascavel – avisou o chefe da turma. Alguns se afastaram, os mais corajosos se chegaram, as enxadas levantadas, prontas. – Cadê a dita, cadê – perguntou Seu Domingos. Apontaram-lhe a rodilha da dita, o cascavel balançando em ameaça. Ele olhou, olhou outra vez, olhou bem.

O chocalho foi diminuindo, o guizo se calando, até que o cascavel emudeceu.

Seu Domingos foi lá, apanhou a rodilha com sua enxada, botou a dita junto com as duas corre-campas. Eu já ouvi dizer que mulher nas regras tem esse poder, se tiver coragem para enfiar a cobra; a dita morre na hora. Mais tarde, quando o sol estava se pondo, a turma pegou o rumo da casa-grande, onde a janta esperava. Comia-se junto com a família do fazendeiro, como era o costume.

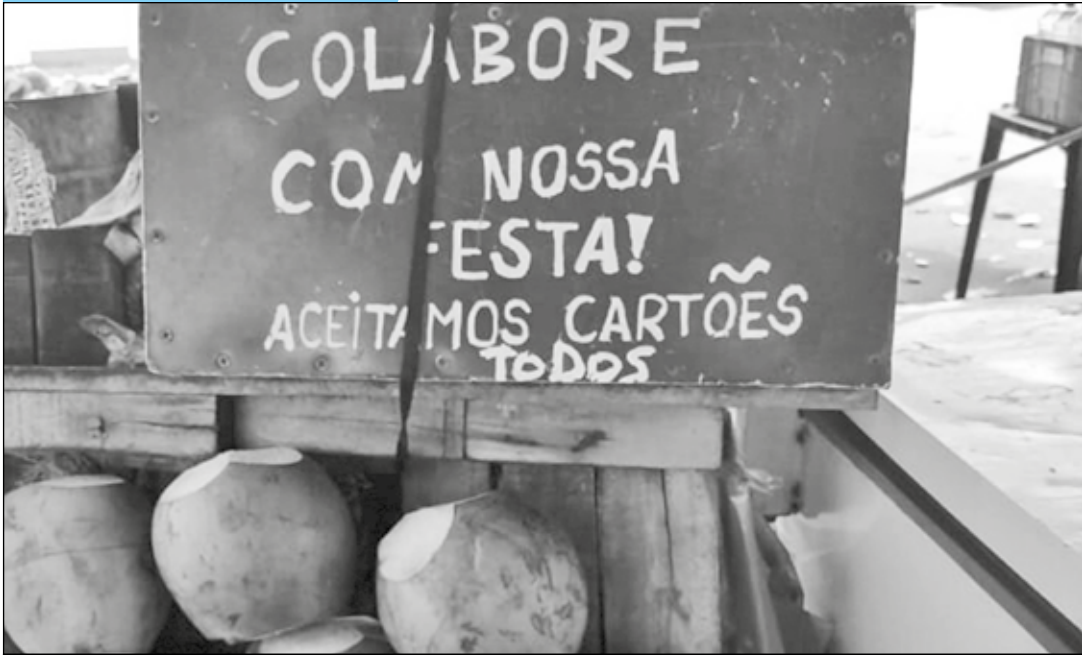
Naquele dia, Seu Domingos levou a novidade: três cobras enroladas na enxada, mortas. O dono do Sítio Pilões olhou as ditas, todas mortas. A mulher se benzeu. Depois da janta, o homem chamou Seu Domingos e deu sua diária acrescentada. – Aqui está aqui sua paga. Mas não quero mais seu serviço. O que o senhor fez não é obra de Deus, Seu Domingos. Pegue essa matalotagem e por hoje durma no paiol. Amanhã, quando o dia nascer, faça boa viagem.

Quando os bezerrinhos estavam acando o dia, Seu Domingos pegou a matalotagem, a trouxe de sua pouca roupa, amarrou no cabo da enxada e tomou o rumo do brejo, de volta pra casa. Não se deu bem no Sertão. O povo é muito religioso. Seu Domingos deixou essa gente puxando as ditas para os pés. Enquanto for corre-campo, vá lá, mas cascavel mata cristãos, pagãos e brutos.

Não vá pensar Douto Leitor, que inventei essa história. Quem me contou o acontecido foi Sá Francisca dos Pilões, mulher muito séria daquele Sertão, mulher católica, que não gosta de mentira. Ela viu as ditas enroladas na enxada de Seu Domingos. Jantou com a família da fazenda, seus parentes, mais os trabalhadores. Sá Francisca ainda é minha parenta pela banda da minha mãe. Teve estudo, é professora, e as filhas sabem ler, são doutoras. Ensinou a muita gente nos Pilões, qualificando eleitores no termo de Patos, antes de vir para a Capital. Mas um dia deixou o sítio, os eleitores e as cobras. Veio embora como Seu Domingos, sem olhar para elas.

Fotolegenda

Foto: Emmanuel Noronha



“Caixinha” digital!

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EMPRESA PARAIBANA DE COMUNICAÇÃO S.A.



Naná Garcez de Castro Dória
DIRETORA PRESIDENTE

William Costa
DIRETOR DE MÍDIA IMPRESSA

Rui Leitão
DIRETOR DE RÁDIO E TV

A UNIÃO Uma publicação da EPC

BR-101 Km 3 - CEP 58.082-010 Distrito Industrial - João Pessoa/PB

André Cananéa
GERENTE EXECUTIVO DE MÍDIA IMPRESSA

Renata Ferreira
GERENTE OPERACIONAL DE REPORTAGEM

PABX: (083) 3218-6500 / ASSINATURA-CIRCULAÇÃO: 3218-6518 /
Comercial: 3218-6544 / 3218-6526 / REDAÇÃO: 3218-6539 / 3218-6509

E-mail: circulacao@epc.pb.gov.br (Assinaturas)

ASSINATURAS: Anual R\$350,00 / Semestral R\$175,00 / Número Atrasado R\$3,00

CONTATO: redacao@epc.pb.gov.br

Fica proibida a reprodução, total ou parcial, de matérias, figuras e fotos autorais deste jornal, sem prévia e expressa autorização da direção e do autor. Exceto para impressão de cópias, com o fiel e real conteúdo, para uso e arquivo pessoal.

O U V I D O R I A : 99143-6762

Governo Federal deixa ciência do país e da PB “à beira do abismo”

No início de outubro, o Congresso Nacional aprovou corte de R\$ 600 milhões para investimentos em pesquisas

Beatriz de Alcântara
alcantarabriz@gmail.com

O corte de R\$ 600 milhões da Ciência e Tecnologia do Brasil, aprovado no início do mês pelo Congresso Nacional, impacta diretamente, não só a produção científica do país, como também o desenvolvimento de estados e cidades brasileiras. Os principais prejuízos serão nos programas de pós-graduação das universidades nacionais e nas agências que subsidiam pesquisas e pesquisadores, como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). Na Paraíba, entidades e representantes ligados à ciência reprovam a decisão.

Visto que a Ciência possui um trabalho interligado com as mais diversas áreas de conhecimento e atuação, o secretário executivo da Ciência e Tecnologia da Paraíba, Rubens Freire, destaca que o impacto do “corte brutal nas pesquisas no Brasil” terá uma repercussão global. “A Ciência desenvolvida em todo mundo alcança todas as partes do mundo”, disse. E, portanto, a produção científica consegue chegar e agir mesmo em locais nos quais não são produzidas pesquisas. “Se há um corte, o sistema de pesquisas como um todo sofre e a recuperação é muito demorada”, lembrou.

Segundo Freire, o desenvolvimento é feito a partir do conhecimento e este último se faz pela ciência. E para essa produção, é preciso que existam pessoas qualificadas. “Pessoas talentosas estão indo embora do país, estamos perdendo o essencial para a realização das pesquisas: gente”, afirmou. E, para ele, quando essas pessoas vão embora, suas pesquisas também se esvaem e perde-se a oportunidade de atender os lugares que precisam.

O secretário executivo

ressaltou que o Estado da Paraíba, através do governador João Azevêdo, tem buscado apoiar cada vez mais os grupos de pesquisas e as universidades, mas este trabalho deveria ser complementar ao do Governo Federal e não compensatório. “Mas o Governo Federal está se eximindo de sua responsabilidade, porque ele tem uma visão de mundo completamente oposta à Ciência”, justificou.

Diretora da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a paraibana Francilene Garcia observa que o corte orçamentário no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por parte do Ministério da Economia do presidente Jair Bolsonaro, é uma quebra de continuidade dos investimentos na ciência brasileira.

Dentre os prejuízos, um dos maiores é relacionado ao edital universal do CNPq, lançado recentemente e que fica sem garantia de concretização frente ao corte de recursos. “Nós temos uma quantidade imensa de pesquisadores, particularmente incluindo os do Estado da Paraíba, que estão apostando na liberação do edital para dar continuidade às suas pesquisas. Mas, temos uma destinação não concretizada pelo Governo Federal que coloca a sua ciência brasileira e paraibana, de uma maneira geral, à beira do abismo”, argumentou Francilene.

A verba que seria destinada ao MCTI e, consequentemente, para a produção científica no país, foi redistribuída entre os outros ministérios brasileiros após solicitação de Paulo Guedes, ministro da Economia. Para o professor do departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, Marco Antônio Mitidiero, o corte se configura como mais um golpe dentro “uma sequência de ataques à ciência brasileira e à universidade brasileira. É a ciência brasileira e as universidades que estão sob ataque”, destacou.

Foto: Marcos Russo



“O Governo Federal tem uma visão de mundo oposta à ciência”, diz Rubens Freire

Foto: Arquivo Pessoal



“Cortes quebram continuidade dos investimentos na ciência”, diz Francilene Garcia

+ Situação dramática e de grande repercussão

A ciência no Brasil é produzida, principalmente, nas universidades – são estas as responsáveis por compreenderem a maior parte dos laboratórios e grupos de pesquisa, além da produção que vem dos programas de pós-graduação. Marco Antônio pontua que o corte dos recursos se apresenta como um ataque dos mais preocupantes, visto que “é destruidor das bases da ciência e da universidade”.

O professor da UFPB classifica a situação como uma questão dramática e que repercutirá em toda a ciência. No caso da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Federal de Campina Grande, ele destaca que são duas instituições de grande importância para a produção científica do Nordeste e do Brasil como um todo. “Isso significa diretamente que grupos de pesquisa de tal importância não terão recursos para realizar os seus processos de investigação e, portanto,

a produção de conhecimento. Tanto a ciência paraibana como a ciência brasileira estão em suspensão e sob ataque”, finalizou Mitidiero.

Incentivos à ciência

O Governo do Estado tem viabilizado incentivos às pesquisas e à pós-graduação na Paraíba. De acordo com dados disponibilizados pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, a Fapesq, de 2020 a agosto de 2021, uma média de 30 milhões de reais foi investido em bolsas e pesquisas de mestrado, doutorado e pós-doutorado nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado.

Edital recente da Fapesq destinou 20 milhões de reais do Tesouro Estadual para a concessão de bolsas, “sendo R\$ 5,4 milhões para concessão de bolsas de mestrado, R\$ 10,3 milhões para bolsas de doutorado, e R\$ 4,9 milhões para bolsas de

pós-doutorado”, conforme detalhes do documento. Roberto Germano, presidente da Fapesq, elucidou que o objetivo do Estado é fortalecer os programas de pós-graduação e impulsionar a produção acadêmica e o avanço das pesquisas. “É preciso investir na Educação. É preciso investir na pesquisa”, afirmou.

Saiba mais

O pagamento dos auxílios dos Programas Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) e de Residência Pedagógica está atrasado. Os programas são voltados à qualificação de futuros professores e atingem 60 mil estudantes de graduação em cursos de licenciatura, que recebem R\$ 400 por mês. Segundo a Capes, os recursos precisarão ser suplementados. Para isso que isso seja viabilizado é preciso que o Congresso Nacional aprove um novo projeto de lei.

UN Informe

Ricco Farias
papiroeletronico@hotmail.com

A SEMANA QUE SE AVIZINHA DEVERÁ TRAZER NOVIDADES AO TABULEIRO POLÍTICO DA PARAÍBA

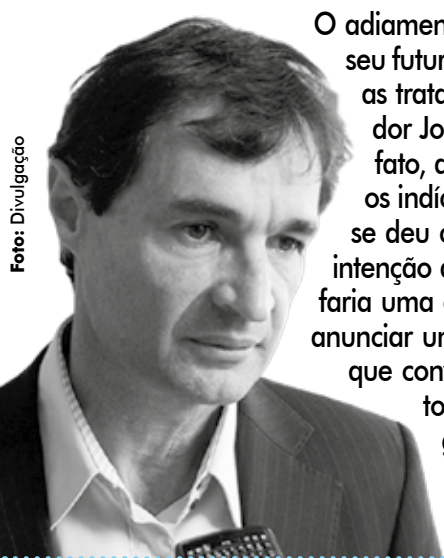


Foto: Divulgação

O adiamento da coletiva de sexta-feira em que Romero Rodrigues (foto) anunciaria a decisão sobre seu futuro político, no tocante às eleições de 2022, foi estratégico para que ele pudesse aprofundar as tratativas com aliados e, presume-se, até conversas com interlocutores próximos do governador João Azevêdo (Cidadania). É difícil afirmar, categoricamente, se o presidente do PSD irá, de fato, desembarcar da oposição para integrar-se ao projeto de reeleição do governador. Porém, os indícios de que essa possibilidade é plausível estão postos. E o primeiro ato desse ‘espetáculo’ se deu com a reunião dele com integrantes do PSDB, em Brasília, quando teria expressado sua intenção de não mais ser candidato ao governo. Outros atos se seguiram, como o anúncio de que faria uma coletiva de imprensa – depois adiada. Quem convocaria uma coletiva se não fosse para anunciar uma grande novidade? Ato contínuo, Romero admitiu, pela primeira vez, de forma direta, que conversará com o governador. “A gente vai continuar conversando, nos próximos dias, com todos, para tentar chegar a um finalmente. Se a decisão for no sentido de conversar com o governador, a gente vai conversar de forma franca, sem abrir mão do princípio de defesa das demandas que tenho em favor de Campina Grande”, disse a jornalistas, numa solenidade em Campina Grande. Bons entendedores, entenderão.

LUCRO PARA ACIONISTAS

“A Petrobras deixou de ser uma empresa estratégica para o povo brasileiro e passou a ser uma empresa unicamente voltada a dar lucro aos seus acionistas”. Do secretário estadual da Fazenda, Marialvo Laureano, em crítica à política de preços adotada pela estatal que, em sua opinião, é a grande responsável pelos constantes aumentos no preço dos combustíveis.

“ANOMALIA TRIBUTÁRIA”

Para Marialvo Laureano, o projeto aprovado na Câmara dos Deputados que altera a cobrança do ICMS sobre os combustíveis “é uma anomalia tributária”. De acordo com ele, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), concordou, em reunião com governadores, que a proposta não resolverá o problema dos constantes reajustes. O Senado ainda irá apreciar a proposta.

“NÃO HAVERÁ REDUÇÃO”

Uma estratégia inteligente e tempestiva dos governadores. Refiro-me à decisão de congelar o ICMS por três meses, como forma de provar que a tese do Governo Federal de culpar os estados pelo aumento dos combustíveis é uma falácia. “Não haverá redução no preço do produto”, antecipa-se em dizer Marialvo Laureano.

À ESPERA DE DEFINIÇÕES

Presidente do Cidadania na Paraíba, Ronaldo Guerra disse, em entrevista a uma rádio, que está aguardando as decisões da Executiva nacional sobre “como vai ser a história da federação” para traçar as estratégias do partido com vistas às eleições do próximo ano. “Isso tudo vai depender das amarrações lá na nacional”, ressaltou.

FELIPE VOLTA À ALPB POR TEMPO DETERMINADO

O deputado Felipe Leitão (Avante) irá voltar à ALPB, mas por tempo determinado. Ele foi exonerado a pedido da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) de João Pessoa, porém retornará à pasta, em breve – o deputado projeta o prazo de 10 dias. É só o tempo de aprovar emendas parlamentares no Legislativo estadual.

Leonardo Trajano,
Presidente do TRT-PB

“Precisamos do crescimento digno e sustentável”

Garantias mínimas precisam ser asseguradas para que o trabalhador tenha proteção social na revolução digital, que mudou o arranjo de forças com a “uberização” e a prestação de serviços remota

Para Trajano, o trabalhador digital precisa de segurança previdenciária, regulação da jornada, férias, 13º, benefícios assegurados na legislação, como todo trabalhador tem

Foto: Marcos Russo

Luiz Carlos
lulajcp@gmail.com

O presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, Leonardo Trajano, não hesita quando o tema das discussões envolvendo relações do trabalho chega

ao mundo digital. Para ele, não há como ignorar que as plataformas de mobilidade e outros tipos de trabalho moderno trouxeram mudanças profundas. E são mudanças que afetam o tecido social em áreas díspares, que vão da remuneração pelo serviço

prestado à proteção social. Trajano só não admite que se relegue a um plano secundário, a garantia de uma vida digna e sustentável aos trabalhadores. Nessa conversa com A União, Leonardo Trajano faz uma análise dos avanços e retrocessos

sociais, da necessidade de se promover uma discussão profunda no Parlamento e da reação da Justiça aos avanços dos conflitos criados pelas relações sociais no Brasil. E esse cenário deu passos mais longos e céleres com a pandemia provocada pelo vírus

covid-19, que exigiu de todos um repensar da convivência social e, especialmente, no trabalho, com a efetivação das estações remotas com a prestação de serviços de forma digital, o que transformou a residência em local de trabalho. Ele é taxativo quando

é questionado sobre quais direitos não podem ser transgredidos seja qual for a hipótese: “assinatura de carteira profissional, recolhimento de fundo de garantia por tempo de serviço, jornadas de trabalho incompatíveis com a fixada na legislação”.

A entrevista

Como o senhor está avaliando a precarização do trabalho, especialmente depois da pandemia?

O tecido social, com toda a crise econômica oriunda da pandemia está muito esgarçado e esse esgarçamento atrai uma dificuldade tremenda do empreendedor, do empregador sobretudo do micro e pequeno empreendedor e empregador em manter as condições de emprego dignas aos trabalhadores. É nessa situação, vivenciada no momento, que se afasta o trabalho digno, sustentável. As pessoas precisam continuar a ter a sua renda e se submetem a situações realmente bastante deploráveis. Esse momento é de crise e a Justiça do Trabalho precisa estar atenta e se deparando com esse tipo de situação, com esse tipo de demanda, a aplicar a lei da melhor forma possível.

Quando se refere a situações deploráveis que exemplo, se poderia dar?

Pela ausência dos direitos mais básicos: assinatura de carteira profissional, recolhimento de fundo de garantia por tempo de serviço, jornadas de trabalho incompatíveis com a fixada na legislação. A violação dos direitos mais básicos e fundamentais que são assegurados aos trabalhadores.

O senhor acredita que essa precarização aumentou exatamente por conta dessa pressão social causada pela pandemia, o Brasil já vinha ensaiando alguma quebra de contrato, com ameaças ao direito dos trabalhadores?

O futuro do mundo do trabalho enseja uma reflexão muito profunda. Essa precarização – eu diria que ela

está intimamente ligada com o que se denomina “uberização” – com esse trabalho, que é desenvolvido pelos trabalhadores das plataformas digitais. É a “tempestade perfeita”. Esse fenômeno do futuro das relações do trabalho ainda não, ainda não contemplado, não tratado de forma específica pela legislação, que foi “apimentado” pela pandemia.

Até a doutrina ainda não tem corrente definida sobre o tema?

No mundo todo há uma discussão severa. Em alguns países de tradição liberal, como Inglaterra e Estados Unidos, se reconhece uma relação de emprego dos trabalhadores de plataforma com a empresa. O Tribunal de Lion, na França, não reconhece a relação de emprego e aqui no Brasil há decisões díspares.

Há saída?

Se faz necessário uma ampla discussão e o fórum apropriado para isso é o parlamento para que se debata e se chegue a uma proposta legislativa para contemplar os trabalhadores da economia digital.

Cujos contratos de trabalho exigem um tratamento especial?

Sim. Não hesito em afirmar que esses trabalhadores não podem ser tratados ou ter sua relação regulada pelo Código Civil, como profissionais liberais ou autônomos. E talvez a CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – não seja capaz de regular de forma adequada essas relações. Seria fundamental um estudo profundo do Parlamento para se chegar a uma legislação que reconhecesse essa “subordinação algorítmica”.

O que caracteriza a relação do trabalho hoje não serve para essa relação digital?

Aqueles requisitos clássicos do artigo 3º da CLT, parece-me que não se aplicam nesse caso, mas essas pessoas têm uma relação de dependência, com as plataformas, com as empresas. Agora, nós estamos falando de trabalhadores celetistas? É necessário um estudo profundo para que se chegue, no mínimo, a uma legislação intermediária.

O que não pode faltar a esses trabalhadores?

Segurança. Segurança previdenciária, no trabalho, regulação para a jornada, para o gozo de férias, para recebimento de 13º salário, que tenha benefícios assegurados na legislação, como todo trabalhador tem.

O que o senhor acredita ser mais frágil nessa relação capital/trabalho no que diz respeito à precarização de direitos?

É uma análise, que passa desde a ausência de uma contra prestação de salário, eventualmente pelo não recolhimento do FGTS, o não pagamento de verbas rescisórias no caso de relação de emprego específico. É uma questão de contexto geral mesmo.

Algum setor foi mais atingido?

A crise trazida pela pandemia foi geral, mas o setor mais atingido foi o de serviços, sobretudo o pequeno empregador, o mais atingido pela crise socioeconômica que estamos vivenciando.

As lições da crise apontam em que direção?

Nós devemos perseguir

uma meta que é fundamental: que se tenha um trabalho digno e sustentável. Isso foi o mote final do Fórum Econômico de Davos. Há uma mudança começando a surgir mundialmente nesta perspectiva - veja os laureados agora no prêmio Nobel de Economia - com a tese da necessidade de uma renda mínima, de um pagamento de salário concreto aos trabalhadores. Não há como termos em mente esse trabalho prestado sem nenhum tipo de garantia.

Apesar dessa predominância do neoliberalismo?

Por mais que se tenha toda a questão envolvendo o mundo neoliberal é necessária uma inflexão para que se atenda essas pessoas e que se traga elas para um trabalho digno e sustentável. Que elas tenham uma garantia mínima de direitos, um colchão de proteção social.

Como encontrar essa inflexão, a que o senhor se referiu, no mundo onde a tecnologia para se dizer que devemos esquecer o que havia antes em todas as áreas, inclusive nas relações do trabalho?

Primeiro, devemos encarar isso de formas distintas. A relação do trabalhador da economia digital deve ser vista sobre esse prisma, diferente do trabalhador da economia analógica. A que se fortalecer estudos sobre a subordinação algorítmica. A Justiça do Trabalho tem, ao longo desse ano, lançado bases para análise das provas digitais. A Justiça é reativa. Ela reage aos movimentos da sociedade. Não temos como acompanhar os fatos com a velocidade que eles se impõem, mas do ponto de vista da Justiça do Trabalho,

estamos caminhando nesse sentido. Do ponto de vista dessa inflexão na sociedade, vou me valer da clássica reflexão de Ariano Suassuna de ser um realista esperançoso. Sem querer ser utópico, mas que a própria mudança da sociedade, dia a dia seja capaz de acomodar a situação – claro que jamais será da forma que queremos. Já tivemos a Revolução Industrial e agora estamos na revolução 4.0.

Num sentido mais filosófico, as relações do trabalho também precisam de uma releitura?

Tenho a convicção que sim. Isso vem como uma decorrência natural do tempo. É parte do processo de transformação.

Há trabalhadores em rincões do Brasil que não conhecem sequer o salário mínimo. Como equacionar uma lacuna dessas da era analógica, com as exigências da revolução 4.0?

Uma situação dessas faz parte desse movimento civilizatório do nosso país. Não há punição que resolva. Para que cheguemos é preciso o desenvolvimento socioeconômico da população, o crescimento do PIB. É uma questão complexa demais dada a própria desigualdade histórica, infelizmente do nosso país.

O senhor acredita na possibilidade de um pacto social no Brasil?

Independentemente de qualquer matiz ideológica, o fundamental seria uma confluência dos atores políticos de se buscar o caminho do crescimento, porque é a partir do crescimento econômico que há essa inclusão. O crescimento com a proteção social, ou seja, digno e sus-

tentável.

Será que o Brasil teria as condições?

Como disse Suassuna, temos que ser realistas esperançosos. Nós temos um déficit social muito grande, mas precisamos iniciar essa caminhada.

Como o senhor vê essas iniciativas em defesa da mediação e conciliação como alternativa para desafogar a Justiça?

Com relação a conciliação em um processo judicial eu sou entusiasta. A conciliação é o resultado de um processo judicial construído pelas partes. Além de ter esse desenho, ela é mais rápida e mais efetiva. Com relação à mediação, é um caminho também extremamente interessante e importante nas relações coletivas. Tive oportunidade de criar aqui no tribunal o procedimento de mediação pré-processual em demandas coletivas.

O que é isso?

É a possibilidade de sindicato dos trabalhadores e o sindicato patronal antes de qualquer dissídio ou demanda sentarem, com integrantes do Judiciário, mas sem a feição de um processo judicial, em audiências unilaterais, em que, eu diria, destacando o que é interesse e o que é posição. Uma conversa franca em que se chega a resultados muito expressivos.

Temos que ser realistas, esperançosos. Nós temos um déficit social muito grande, mas precisamos iniciar essa caminhada

Jovens e celulares

O Brasil é o país mais ansioso do mundo, segundo a OMS, problema ampliado pelo uso excessivo das redes sociais. Os jovens são os mais afetados. [Página 7](#)



Foto: Agência Brasil

João Pessoa, Paraíba - DOMINGO, 31 de outubro de 2021

A UNIÃO 5

Foto: Evandro Pereira

Desafios dos moradores das comunidades de João Pessoa

Relatos são de dificuldades diárias com a falta de infraestrutura, ampliadas durante os períodos das chuvas

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

“Eu nasci e me criei aqui assim como muitos outros moradores. Tem morador aqui que chegou com um ano de idade e hoje está com 80 anos. Tem outras pessoas da minha idade ou mais jovens aqui, na Santa Clara, Tito Silva e outras comunidades”. A declaração é de José Marcos, que com 69 anos, é um dos moradores mais antigos da comunidade São Rafael, no Castelo Branco e por isso, afirma que o tempo trouxe várias lembranças com familiares e amigos, mas revelou também as dificuldades de viver naquele ambiente.

A São Rafael é próxima a comunidade Padre Hildon Bandeira e segundo o mora-

dor, as duas áreas compartilham problemas bem semelhantes como o alagamento das casas e a sujeira que se acumula nas ruas após as chuvas. Para ele, todas as comunidades de João Pessoa necessitam de melhorias e uma atenção maior para que as pessoas que moram nelas consigam viver melhor.

“As praças e os PSF’s são os que mais precisam. Existe PSF, mas é preciso chegar remédios e médicos. Isso acontece em outras comunidades, não só na São Rafael. É preciso fazer algum benefício para nós, mas que fosse algo para que a gente possa viver bem melhor e mais organizado. Precisamos de muita coisa”, opina José Marcos.

Josefa dos Santos, por

sua vez, tem 66 anos e há 59, mora na comunidade Manaíra. Ela afirma que é bom morar em um lugar que apesar dos seus problemas, é um espaço tranquilo. “Cheguei com seis anos e desde então moro na mesma casa que era dos meus pais. Cresci, estudei, casei, tive filhos e hoje, moro com minha neta”, conta Josefa.

Teresa Cristina há 20 anos também mora no mesmo local e comenta que mesmo diante das dificuldades, as comunidades pessoenses tem vizinhos que se ajudam e unidos, enfrentam as dificuldades. “Temos ótimas pessoas e de certa forma tentamos ser organizados para que a gente possa levar a vida”, comentou.

José, Josefa e Teresa são

antigos moradores de comunidades pessoenses e convivem com os sentimentos de união das pessoas ao mesmo tempo que verificam precárias condições de moradia que dificilmente resistem às mudanças climáticas e o crescimento urbano. A chuva

está entre os piores problemas, já que ela alaga as casas, estraga objetos e aumenta a sujeira nas ruas.

“Com a chuva, tudo fica complicado porque a água chega a um pouco mais de um metro e o pessoal fica sem água em casa, perde

moto, geladeira, perde outros objetos. Fica sujeira, lama, inseto, muriçoca, rato”, criticou José Marcos. “O ruim é quando chove e a água desce inteira para as outras casas mais abaixo na comunidade, deixando tudo desorganizado”, completou Teresa Cristina.

147 localidades foram mapeadas

Ao todo, João Pessoa possui 147 comunidades de acordo com a Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP). Elas estão presentes em 71 bairros. As comunidades fazem parte de quase todos os bairros pessoenses e as reclamações mais recorrentes estão relacionadas à infraestrutura, falta de atenção e qualidade de vida devido à falta ou má iluminação pública, riscos de desmoronamentos, alagamentos nas casas após as chuvas, além da desorganização de equipamentos públicos como praças e Unidades de Saúde da Família.

Os moradores destas áreas têm uma constante demanda por serviços essenciais para populações em situação de vulnerabilidade. Apenas nos Centros de Referência da Assistência Social (Cras), são 39 mil famílias cadastradas no município, segundo a diretora de assistência social da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, Benicleide Silvestre. Ela observa que o risco social nas comunidades tem crescido principalmente devido a pandemia da covid-19, que, dentre outros problemas, aumentou o desemprego, o número de pessoas em situação de rua e piorou várias outras questões do ponto de vista social e econômico.

“É difícil dizer qual comunidade hoje está avançando porque a vulnerabilidade social com a pandemia au-

mentou. Tem crescido muito o número de pessoas que ficaram sem habitação porque perderam o emprego e não podem pagar o aluguel. Não dá para dizer que a comunidade melhorou porque quando se pensava em ter uma melhora, veio esse desmonte no contexto social e econômico”, lamentou.

Conforme a profissional, as comunidades São José, São Rafael e as localizadas no entorno das Três Lagoas, como a Beira Molhada, fazem parte do grupo de áreas que enfrentam maiores dificuldades e catástrofes nos períodos chuvosos, a exemplo das pessoas desabrigadas. E a Defesa Civil Municipal é o órgão acionado quando estes alagamentos trazem riscos a população destes locais. “Mas temos comunidades como Aratu, Iraque, Capadócia, Dubai que são carentes de tudo, principalmente de serviços assistenciais, saúde, emprego e renda. São pessoas de alto nível de vulnerabilidade social”, completou Benicleide.

Nas comunidades pessoenses é onde existe uma maior demanda por unidades de saúde e Cras. “Uma boa parte da população desses locais necessita muito desses serviços. E com relação ao SUS, precisam mais ainda já que é difícil ter um plano de saúde, mesmo que trabalhe e não dependa do Cras para benefícios”, pontuou a gestora.

ESCOLARES
BRASILEIROS 2021
SOGOT

marketing.epc

EP
NO JEB'S

SINTONIZE
RÁDIO TABAJARA
FM 105,5
DIRETAMENTE DO
PARQUE OLÍMPICO
DA BARRA-RJ
CORRESPONDENTE:
LIMA SOUTO

229 ATLETAS
PARAIBANOS
17 MODALIDADES
29 DE OUTUBRO
A 5 DE NOVEMBRO

Logo Escolas Brasileiras JEBs

Tabajara

EMPRESA PARAIBANA
DE COMUNICAÇÃO

fonte: <https://www.gov.br/>

Monitoramento da situação de oito regiões é realizado

Equipes da Prefeitura de João Pessoa visitaram localidades do Complexo Beira Rio, onde moram cerca de duas mil famílias

Juliana Cavalcanti
julianacavalcanti@epc.pb.gov.br

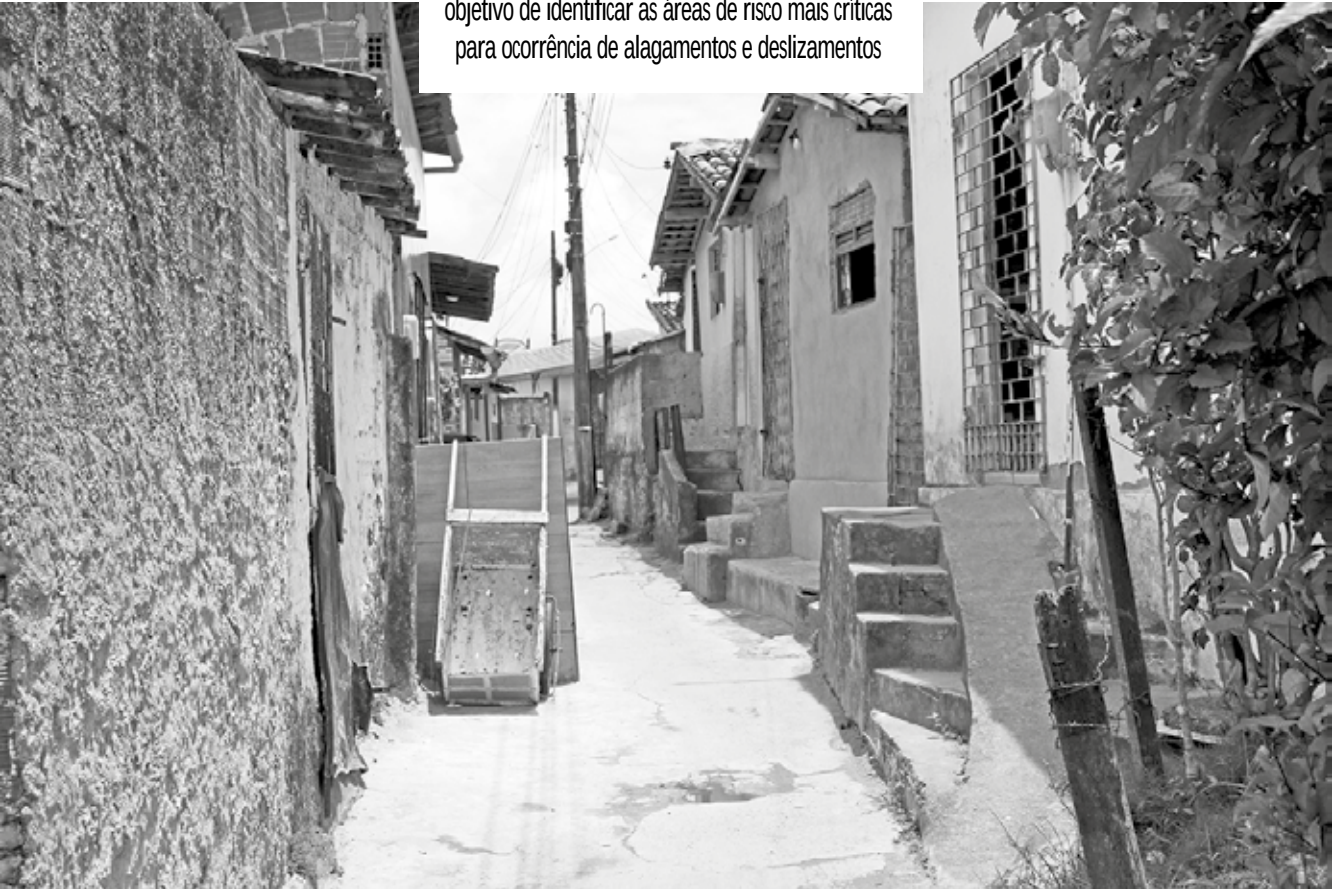
A Secretaria da Defesa Civil, e o consórcio responsável pela elaboração do projeto de construção, infraestrutura e requalificação urbana do Complexo Beira Rio da PMJP realizou neste mês, as visitas às oito comunidades do Complexo Beira Rio (CBR). Cerca de duas mil famílias vivem nas oito áreas visitadas pela equipe municipal: São Rafael, Santa Clara, Padre Hildon Bandeira, Cafofo Liberdade, Brasília de Palha, Tito Silva, Miramar e Tambauzinho. As visitas técnicas serviram para fazer um levantamento físico e ambiental das áreas de risco. O mapeamento foi feito pelo consórcio

que contempla infraestrutura com pavimentação, água, drenagem, esgotamento sanitário, e iluminação pública para todas as comunidades, além de contenção de barreiras. Também foi identificado o número de famílias que precisam ser removidas porque estão em situação de vulnerabilidade. As próximas etapas incluem a validação interna com os técnicos da Prefeitura a partir deste levantamento. Depois, serão feitas as reuniões com cada uma das comunidades para apresentação e validação dos resultados. A previsão é que diagnóstico seja concluído em quatro meses. “Sendo validado o diagnóstico, a empresa entra na próxima etapa que são os estudos preliminares. Vamos começar a trabalhar para apresentar as propostas para urbanização de cada uma das oito comunidades”, declarou o coordenador de Desenvolvimento Urbano do Programa João Pessoa Sustentável, Caio Mário.

O projeto inclui ainda o desenvolvimento de um Parque Linear às margens do Rio Jaguaribe que terá a função de proteger a região e evitar ocupações irregulares. A expectativa é que a área seja capaz de dar vazão à água do rio e evitar alagamentos. Quem precisar ser realocado, vai ter cinco opções de reassentamento, entre elas três habitacionais que vão ser construídos a partir de 2022, com 565 apartamentos, com desenhos diferentes. Esta ação faz parte do Programa João Pessoa Sustentável, previsto para ser executado até 2024. Com um orçamento de 200 milhões de dólares (metade financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e, a outra, contrapartida da PMJP), a iniciativa contempla 60 ações integradas voltadas às comunidades da Beira Rio que conforme o projeto buscam a redução das desigualdades, modernização dos instrumentos de planejamento urbano, prestação de serviços e administração pública e fiscal.



Técnicos procuraram levantar as condições físicas e ambientais das comunidades visitadas, com o objetivo de identificar as áreas de risco mais críticas para ocorrência de alagamentos e deslizamentos



Ação

Mapeamento faz parte do Programa João Pessoa Sustentável, previsto para ser executado até 2024

cio contratado para o estudo com acompanhamento direto da unidade executora do Programa João Pessoa Sustentável e apoio da Defesa Civil. A Comunidade São Rafael foi a primeira, seguida por Santa Clara, Padre Hildon Bandeira, Cafofo Liberdade, Brasília de Palha, Tito Silva, Miramar e Vila Tambauzinho.

Foram verificados os pontos mais críticos, além de áreas de riscos, como inundações e deslizamentos. Todo o material produzido irá servir para identificar e iniciar o cadastro das situações de risco e vulnerabilidade. Assim, a PMJP planeja a elaboração do Projeto de Infraestrutura e Requalificação Urbana do Complexo Beira Rio (CBR),

Estrutura de atendimento social feita junto às localidades carentes

A Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) de João Pessoa é responsável pelas ações e equipamentos voltados a assistência social na cidade. Alguns destes serviços funcionam de acordo com a demanda, como o Balcão de Direitos que fornece auxílio natalidade, cestas básicas e auxílio funeral às famílias em vulnerabilidade social.

Existe ainda o Centro de Referência da Cidadania (CRC), instalado em 10 bairros pessoenses cujo papel envolve o acompanhamento com nutricionista, apoio jurídico e ações sociais atendendo as comunidades do entorno de cada CRC. Também estão disponíveis à população os restaurantes populares Varadouro e Mangabeira, cujas refeições têm o valor simbólico de R\$1.

Já as cozinhas comunitárias estão em seis localidades (Jardim Veneza, Gervásio Maia, Bela Vista, Timbó, Taipa e Novais), distribuindo gratuitamente durante a semana as refeições às famílias em vulnerabilidade social de cada bairro/comunidade.

Algumas ações de cidadania e saúde geralmente acontecem a cada 15 dias e são voltadas às famílias em vulnerabilidade social: serviço de odontologia, Procon, avaliação nutricional, orientação jurídica, entre outras.

Além destes, existe o Centros de Referência da Assistência Social (Cras) da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania onde são realizados os serviços “porta de entrada” da assistência social. São 14 Cras em João Pessoa, cada um atendendo um território específico, incluindo as comunidades do entorno.

Suas atividades envolvem: visitas domiciliares, cadastro no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), encaminhamentos para programas do Governo Federal, inserção nas cozinhas comunitárias, inclusão nos serviços de convivência para fortalecer os vínculos familiares e comunitários e prevenção e enfrentamento do trabalho infantil, além de benefícios eventuais: cestas básicas, auxílio enxoval e auxílio moradia.

Divisão das comunidades de acordo com a região de João Pessoa

- 1ª Região: São Luiz, São Gabriel, São Mateus, Travessa Washington Luís e Chatuba I, II e III.
- 2ª Região: Jacarapé, Aratu, Vila dos Pescadores, Rio do Cabelo, Vila do Sol, Vila São Domingos, Rabo do Galo, Vila Mangueira, Barreira do Cabo Branco e Paulino Pinto.
- 3ª Região: Aratu, Girassol I e II, Feirinha, Jardim Mangueira, Nova Esperança, IPEP, Projeto Mariz I, II e III, Patrícia Tomaz, Conjunto dos Militares, Com. do Balcão.
- 4ª Região: Barra de Gramame, Frei Damião, Santa Bárbara, Doce Mãe de Deus, Praia de Gramame, Praia do Sol, Parque do Sol, Cidade Maravilhosa, Quilombolas, Boa Esperança, Nova Mangabeira, Nossa Senhora das Neves.
- 5ª Região: Jardim Nova Canaã, Colibris, Laranjeiras, Boa Vista, Citex, Nova República, Nova Trindade III, Lago Sul, Arame, 1º de Abril, Lava Jato, Maria de Nazaré, Presidente Médici, Gauchinha, Taipa, e Sesi.
- 6ª Região: Nova Trindade, Distrito Sítio Mumbaba, Três Lagoas, Jardim Veneza.
- 7ª Região: Boa Esperança, Jardim Bom Samaritano, Riacho Doce/ Ceasa, São Geraldo, Redenção, Jardim Itabaiana, Bela Vista, Da Mata, Matinha, Monte Cassino, Paturi e Cemitério.
- 8ª Região: Jardim Guaíba, Baleado, Lagoa Antônio Lins, Alvorada I e II, Novo Horizonte II, Ribeirinhas, Travessa São Luiz, Buraco da Gia, Bom Jesus, Bethania (4 de outubro), São João Batista, Emaus, São Sebastião, Nova Jerusalém, Santo Agostinho, São Pedro e São Paulo.
- 9ª Região: Distrito Mecânico, Beira da Linha, Com. 5 de junho, Juracy Palhano, São Judas Tadeu, Miramangue, Jardim Mônica, Aratu, Rua da Lama, Tanque, Av. Nova Liberdade, José Félix, Coronel Bento, Cícero Moura, Bola na Rede, Ninho da Perua, Campo da Alvorada, Porto do Capim, Praça 15 de Novembro, Vila Nassau, Trapixe, Renascer I, Santa Emília de Rodat e Saturnino de Brito, Cabral Batista.
- 10ª Região: Asa Branca, do S, Felipeia, Vila Japonesa, Riachinho, Terra do Nunca e Buraco da Gia, Cabeça de Burro.
- 11ª Região: Boa Esperança, Jardim Ester, Jardim Mangueira, Beira da Linha, São Pedro, Porto João Tota, Beira Molhada, Rua do Cano.
- 13ª Região: Padre Hildon Bandeira, Cafofo/Liberdade, Brasília de Palha, Vila Tambauzinho, Tito Silva, Miramar e Travessa Yayá.
- 14ª Região: São Rafael, Santa Clara, Timbó, Alto Timbó, Eucalipto, Paulo Miranda e Santa Bárbara.

Exageros no uso da tecnologia agravam níveis de ansiedade

No Brasil, país mais ansioso do mundo, acordar e não mexer imediatamente no celular se tornou um desafio

Carol Cassoli
Especial para A União

Há pouco mais de dez anos, acordar era um ritual que envolvia costumes básicos, como a higiene pessoal de cada um e a primeira refeição das pessoas. Hoje, no entanto, com o advento da tecnologia, as atividades relacionadas aos hábitos matinais passaram por mudanças notáveis. No Brasil, país mais ansioso do mundo, acordar e não mexer imediatamente no celular se tornou um desafio; especialmente para os jovens.

A Organização Mundial da Saúde estima que cerca de 9% da população brasileira sofra de ansiedade ou outros transtornos que podem ser agravados através do estilo

de vida adotado pelos indivíduos. Criado pela Fundação Getúlio Vargas, o Indicador de Confiança Digital (ICD) demonstra que grande parte das pessoas acredita que a tecnologia está diretamente atrelada ao aumento dos níveis de ansiedade da população.

Conforme indica o ICD 2021, os jovens compõem o grupo menos otimista em relação à tecnologia e seus benefícios para a sociedade. Em uma escala de um a cinco, pessoas entre 13 e 17 anos relatam se sentir 2,92 pontos confiantes diante da realidade digital. E uma das justificativas mais recorrentes para este índice é a afirmação de que a tecnologia gera angústia e ansiedade nos adolescentes.

Com a chegada da pandemia de covid-19, a estudante Gabrielle Nóbrega viu seu tempo em frente às telas aumentar consideravelmente. Segundo a jovem, desde o início do isolamento social, cerca de oito horas de seu dia passaram a ser dedicadas exclusivamente às relações desenvolvidas em rede. Neste tempo, a garota se divide entre as aulas ministradas on-line e as redes sociais, usadas por ela para expressar seus gostos: "Geralmente, sou bem ativa, gosto de falar sobre as coisas que tenho interesse, como filmes, séries e livros".

Aos 16 anos, Gabrielle está no grupo de adolescentes paraibanos que, de acordo com os dados mais recentes da Pesquisa Nacional de

Saúde Escolar (PeNSE), passam mais de três horas por dia em tempo de tela sedentário (aquele utilizado para realizar atividades diversas em frente às telas). Ao todo, 42,5% dos estudantes de escola pública da Paraíba estão inseridos nesta realidade. No ensino privado o número é ainda maior: 62,6% dos alunos matriculados em escolas particulares passam mais de um quinto do dia on-line.

Foi justamente por causa do aumento do tempo de conexão que Gabrielle percebeu a toxicidade que o ambiente digital fomenta. A jovem, usuária do WhatsApp, Instagram e Twitter, notou que, em alguma medida, as redes podem oferecer riscos aos internautas. "Todas as

redes sociais têm um certo perigo, varia de acordo com os usuários e como a pessoa age na rede. O Twitter tem uma tendência maior a apresentar comentários perigosos e maldosos", observa.

Para a psicopedagoga Thays Rodrigues, as redes sociais revolucionaram a comunicação, tornando-a mais ampla. Apesar disso, no entanto, a profissional afirma que seu uso em demasia pode causar muitos danos à saúde dos jovens, tais quais sedentarismo, problemas visuais, distúrbios do sono e introspecção (que, segundo Thays, pode causar ansiedade e depressão).

A psicopedagoga também aponta que a desenvoltura do pensamento crítico é

um dos elementos que podem ser impactados na formação de adolescentes com acesso ilimitado às redes. "Estamos vivendo um período em que todos têm opiniões, mas nem todas as opiniões são fundamentadas. Isso interfere diretamente em questões de saúde física e mental, pois cada vez mais os jovens consomem discursos sem nenhuma base científica", analisa.

Depois de passar tanto tempo exposta, Gabrielle sente que, de fato, a digitalização das interações sociais pode moldar a opinião das pessoas. "Atualmente, a disseminação de uma ideologia ocorre virtualmente e é muito fácil ter sua opinião mudada quando se está neste meio", confirma a jovem.



Insegurança dos adolescentes pode estar relacionada à falta de diálogo

Ainda que, atualmente, os jovens reconheçam as vantagens oferecidas pelas inovações tecnológicas, o ICD 2021 destaca que esta parcela da população também está, cada dia mais, ciente dos riscos e danos que a presença digital pode causar em suas vidas. Cerca de 53% dos jovens brasileiros, com idade entre 13 e 17 anos, sentem que a tecnologia os deixa mais ansiosos e, de acordo com Thays Rodrigues, isso está atrelado a diversos fatores, como a disseminação de conteúdos negativos.

Como afirma a psicopedagoga, a insegurança dos adolescentes pode até mesmo estar ligada à falta de diálogo e às questões relacionadas a opinião própria e autoconfiança já citadas: "Os prejuízos no desenvolvimento de um pensamento crítico levam os jovens a se sentirem pressionados para seguir os padrões apresentados nas redes sociais". Thays explica que esta dinâmica faz os adolescentes se sentirem insatisfeitos diante de seus estilos de vida ou mesmo frente a seus próprios corpos. "Em geral, são comparações feitas entre pessoas economicamente desfavorecidas e pessoas com padrões de vida diferentes, ricas", constata.

/// Os prejuízos no desenvolvimento de um pensamento crítico levam os jovens a se sentirem pressionados para seguir os padrões apresentados nas redes sociais. ///

Bombardados por discursos com modelos de vida, gostos e corpos ideais, quase 17% dos alunos de escolas públicas paraibanas já se sentiram ou estão insatisfeitos com o próprio corpo. Os dados são da PeNSE e enfatizam que, devido ao maior acesso a conteúdos digitais, entre os alunos de instituições privadas esse número é ainda maior, representando 27,1% dos jovens paraibanos.

Cobradas pelos padrões ostentados nas redes, 16,2% das adolescentes brasileiras afirmaram à PeNSE que já se sentiram ameaçadas, ofendidas ou humilhadas nas redes sociais. Gabrielle Nóbrega enxerga espaços como o Instagram, por exemplo, como uma zona instável, onde tudo pode acontecer. Na opinião da jovem, a pressão estética é, sem dúvidas, a mais evidente: "Sempre existe um padrão para a pessoa, tanto mental quanto fisicamente. É a busca pela perfeição, com um belo corpo e uma bela mente".

Monitoramento

Diante deste cenário tão agressivo para esse público que, devido à pouca ida-

de, ainda lida com muitas indecisões, Maria das Dores Silva acompanha o dia a dia da filha Ellen Mayra da Silva nas redes sociais. "Eu fico observando as redes que ela usa porque, assim, me sinto mais segura e consigo confiar nela também", explica.

Ellen, que tem 16 anos, não se importa com o acompanhamento da mãe, pois acredita que, de alguma forma, o monitoramento pode ser bom. "Considero todas as redes sociais agressivas. Sempre tem gente brigando", Ellen comenta que não são raras as vezes em que as pessoas são vítimas de "haters", os odiadores digitais.

Para a jovem estudante, o tempo que dedica a redes sociais como o TikTok é um período de distração. Por conta do receio de ser atingida por outros usuários, Ellen desenvolveu seu próprio método de consumo digital: observar mais do que interagir. "Eu acredito que as redes sociais podem ser nocivas para as pessoas; sou mais do tipo silenciosa", explica a garota.

Limites

Thays Rodrigues afirma que, no contexto digital, tudo é mui-

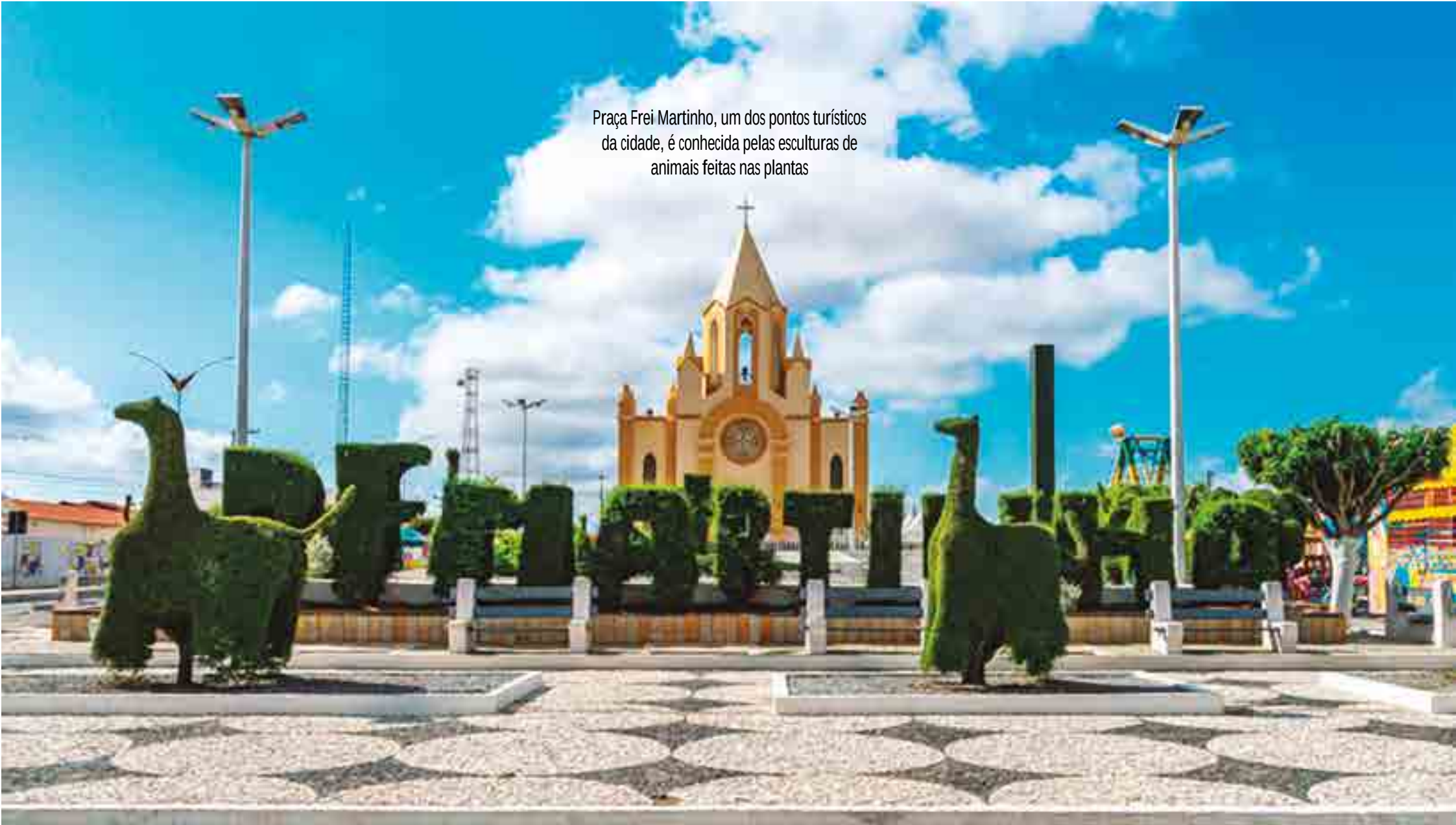
to instável e, por isso, é necessário identificar ameaças e impor limites ao cotidiano on-line: "Algo que crítico é consumo excessivo de discursos de influenciadores que produzem conteúdo sem nenhuma base científica, tendo consciência do poder que exercem sobre pessoas que os acompanham diariamente". A psicopedagoga nota que a maioria dos seguidores de personalidades conhecidas como "influenciadoras digitais" é amplamente afetada pelo que, na rede, é vendido como verdade.

"Quando as pessoas consomem dessa maneira, não desenvolvem um saber crítico, simplesmente aceitam uma verdade absoluta aquele conteúdo que, muitas vezes, pode ser prejudicial em questões de saúde física", afirma Thays. A psicopedagoga lembra que, atualmente, muitas pessoas têm aderido à onda de procedimentos estéticos desnecessários, por exemplo, e que assistir a tudo isso através de uma tela pode prejudicar a saúde mental das pessoas. Por isso, para sair deste ciclo de ódio, Thays recomenda que a cautela seja aliada do bom senso.



Foto: Agência Brasil

A Organização Mundial da Saúde estima que cerca de 9% da população brasileira sofra de ansiedade ou outros transtornos que podem ser agravados através do estilo de vida adotado pelos indivíduos



Cidade das plantas esculpidas, do artesanato e do comércio

Barra de Santa Rosa, localizado no Curimataú paraibano, também se destaca pela sua história e belezas natruais

Sara Gomes
saragomesreporterauniao@gmail.com

O município Barra de Santa Rosa foi batizado com esse nome, pois significa o encontro dos Rios Santa Rosa e Poleiros. O cartão postal da cidade é a Praça Frei Martinho, conhecida como Praça dos Bichinhos, onde tem arbustos esculpidos em formato de animais, sendo idealizada pelo saudoso jardineiro “Biu da Praça”. O artesanato é um ponto forte no município, já o turismo está começando a ser explorado, pois algumas propriedades privadas possuem potencial.

A Pedra Sabão, por exemplo, é um dos pontos mais altos da cidade. Há também pinturas rupestres a serem catalogadas no Sítio Fortuna. Outro potencial ponto turístico é o Alto do Cruzeiro do Cuiuiu, localizado na zona rural da cidade, onde é possível apreciar o pôr do sol. No local há a Capela de São Sebastião - construída

pelos moradores da localidade. O município também registra achados arqueológicos que vêm sendo catalogados e atraí visitantes

A Vila de Santa Rosa é também um ponto importante na cidade. Lá se encontra a capela da copadroeira do município, Santa Rosa de Lima - símbolo de resistência e representação religiosa, construída em 1756. Ao longo do tempo passou por diversas intervenções estruturais, ampliando seu espaço e preservando sua arquitetura. Mas a padroeira da cidade é Nossa Senhora da Conceição.

Já a economia de Barra de Santa Rosa gira em torno do funcionalismo público, seguido de aposentados e pensionistas do INSS. O comércio é também um importante braço econômico da cidade. Mas a produção de leite de cabra é o que tem se destacado nos últimos seis meses, produzindo cinco mil litros por mês.

O morador Zezito Nunes

conta que o leite produzido é vendido a empresas dos municípios de Cabaceiras e Queimadas para ser pasteurizado em forma de iogurte. “A Prefeitura de Barra de Santa Rosa vende o leite in natura e compra a baixo custo para distribuí-lo na merenda escolar. É uma parceria entre a empresa e a prefeitura do município”, contextualizou. Antes existia a criação de animais (ovinos, bovinos, aves, suínos e caprinos) para o abate, mas a seca que persiste há nove anos destruiu essa atividade econômica.

Segundo informações da Secretaria de Comunicação, o artesanato é um ponto forte no município, sendo a confecção de peças com matéria-prima o sisal, o produto mais procurado pelos turistas. O artesanato é diversificado e vai desde o crochê até peças em barro ou madeira. Todas elas podem ser encontradas na Casa da Economia Solidária, criada em parceria com o Governo da Paraíba.

+ Tudo começou com uma feira

Segundo informações do IBGE, uma propriedade pertencente a José dos Santos de Oliveira, situada à margem direita do Rio Curimataú, por volta do ano de 1880, deu origem ao atual município de Barra de Santa Rosa.

Numa quinta-feira, pela primeira vez, foi realizada uma feira livre ao pé de uma antiga quixabeira. O local era ponto de encontro de comerciantes e homens

de negócios que vinham do Sertão, como do Brejo e chamando a atenção de muitas regiões. Logo, muitas famílias foram fixando suas moradias no local.

Desde 1906, Barra de Santa Rosa era subordinado ao município de Picuí. Em 1936 tornou-se anexado ao município de Cuité. Apenas no dia 8 de maio de 1959 conquistou sua emancipação política.



Município é destaque também devido aos achados arqueológicos que atraem estudiosos e visitantes

Cidade tem 15 mil habitantes

O município Barra de Santa Rosa, localizado no Curimataú paraibano, possui uma área territorial de 781.187 km² e uma população estimada de 15.607 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os municípios vizinhos

são Algodão de Jandaíra, Damião e Sossego. Barra de Santa Rosa encontra-se a 192 km de João Pessoa e a 35,7 km de Cuité - maior cidade das redondezas. Apresenta clima típico do Semiárido do Nordeste brasileiro e vegetação do tipo Caatinga.



Foto: Zezito Nunes

Autor do hino

O sanfoneiro Naldinho do Acordeon, 70 anos, é um filho ilustre da cidade, sendo conhecido em todo Curimataú. Nascido em 15 de setembro de 1950, Naldinho começou a tocar sanfona por influência do seu avô e tio que tocava fole de 8 baixo. Ele é o compositor do hino da cidade de Barra de Santa Rosa, feito em parceria com Francisco Dias Monteiro. A música é considerada patrimônio imaterial do município, tombada em 1999. Naldinho do Acordeon é fundador da banda Forró Kobigado - um dos melhores pé-de-serra da região do Curimataú paraibano. Mesmo fazendo sucesso em toda a Paraíba, Barra de Santa Rosa sempre foi sua morada. “Eu amo a minha cidade. Já conheci muitos lugares fazendo shows, mas Barra de Santa Rosa sempre será meu lar”, afirmou.



Foto: Acervo Pessoal

Fernando Teixeira celebra 60 anos de amor ao teatro

Sucesso de público e crítica, o monólogo ‘Esparrela’, do qual Teixeira também assina texto e direção, circulou por mais de 60 cidades da Paraíba

Foto: Ashley Ravel/Divulgação

Ator e diretor paraibano planeja novo espetáculo e uma autobiografia para o próximo ano, quando completa oito décadas de vida

Guilherme Cabral

guilhermecabral@epc.pb.gov.br

Um dos nomes mais expressivos das artes cênicas e audiovisuais da Paraíba, o premiado ator, diretor e dramaturgo Fernando Teixeira vem pensando em alguns projetos para marcar os seus 80 anos de idade – e também os 61 de carreira – em 2022.

Além de sua autobiografia, que já vem escrevendo, ele informou para o jornal **A União** que ainda pretende, por exemplo, montar ao ar livre, na cidade de João Pessoa, o espetáculo *1817*, baseado na peça *Peregrino*, de autoria de Paulo Vieira, com quem está conversando a respeito do assunto. “É uma data significativa”, comentou o artista, ao justificar a comemoração.

Fernando Teixeira não quis antecipar muitos detalhes a respeito da autobiografia, por estar em fase inicial e “ter muita coisa ainda na cabeça”, mas cujo projeto gráfico deverá ser do seu

filho, Sacha Teixeira. O livro vai registrar toda a sua trajetória a partir do nascimento, em 1942, no município de Conceição do Piancó, passando pela sua infância na mesma cidade, localizada no Sertão do Estado, a sua passagem por São Paulo, até chegar aos dias atuais.

A propósito, o ator e diretor já foi retratado no livro *Fernando Peregrino – um perfil biográfico de Fernando Teixeira em 50 anos de palco*, escrito pelo dramaturgo Tarcísio Pereira e lançado em abril de 2013. A edição foi prefaciada pelo professor de teatro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Everaldo Vasconcelos, contendo 10 capítulos e ilustrada com fotos, cenas de filmes, fac-símiles de jornais de épocas distintas, além de opiniões de críticos brasileiros sobre Fernando Teixeira e seus espetáculos. “Naquela ocasião foi para celebrar cinco décadas de carreira, mas agora a autobiografia terá a minha visão”, afirmou o artista.

Referindo-se à peça do dramaturgo Paulo Vieira, Fernando Teixeira comentou que o espetáculo faz alusão ao paraibano Peregrino de Carvalho (1798-1817). “O título *Peregrino* é referência a esse militar e revolucionário, que foi condenado à morte, enforcado, esquartejado em Recife e teve sua cabeça e mãos enviadas à Paraíba e expostas na capital, mas também é uma simbologia de peregrinação. A ideia é apresentar a peça na Praça 1817, no centro”, disse o ator.

“A ideia, na celebração dos 80 anos, é montar um espetáculo de rua, de preferência que fale sobre a cidade de João Pessoa”, observou Fernando Teixeira, ao justificar a escolha pela peça de Paulo Vieira. “É muito melhor ouvir uma história na qual o público se identifica, por falar de algo que ele conhece, por dizer respeito a um paraibano, e que pode estimular as pessoas a saírem de casa, neste atual momento em que a tendência

é a reclusão e o isolamento, por causa da pandemia, do que outra que não seja assim”, disse o ator.

Fernando Teixeira lembrou ter presenciado um exemplo nessa linha de montar um espetáculo que fale diretamente ao espectador. “O maior sucesso de público da minha carreira foi em 1992, quando dirigi a peça *Anayde*, cujo texto é de Paulo Vieira e fala sobre a mulher paraibana Anayde Beiriz, que tinha fama de ser poeta e liberal. A história dela é linda e maravilhosa”, comentou ele.

Conhecido, na Paraíba, como o “homem do teatro”, Fernando Teixeira começou a ter contato com as artes cênicas quando foi para São Paulo, no intuito de estudar música. Mas, durante sua estadia na cidade, teve diálogo com a estética considerada revolucionária do Teatro Oficina, o que lhe fez mudar de planos. “Estreei no teatro há 60 anos, como diretor da peça *O capitão e o cabra*, do pernambucano Luiz Mara-

não. E, como ator, foi em *Navalha na carne*, de Plínio Marcos. A ideia de ser ator foi acontecendo de forma natural. Nos primeiros cinco anos da minha carreira, eu atuava em teatro enquanto ainda aguardava a possibilidade de surgir algum outro tipo de trabalho. Mas não surgiu e veio a convicção de ser ator. O teatro é minha vida”, confessou o artista.

Ao longo de sua carreira, o ator chegou a dirigir outros espetáculos. Um exemplo foi o monólogo *Esparrela*, do qual também assina o texto e que estreou em maio de 2009, quando o Grupo Bigorna circulou por mais de 60 cidades da Paraíba. A peça, que obteve sucesso de público e crítica, conta a história do urubu Arquimedes, aprisionado e treinado por Manoel para dançar em feiras livres da região, onde a trama é ambientada. No entanto, a morte de seu dono muda o destino da ave.

Porém, Fernando Teixeira confessou não gostar de exercer essa função nem

sequer pretende dirigir algum filme. “Não penso em fazer direção. Tenho roteiros na cabeça, mas nunca coloquei no papel. É uma atividade muito difícil e é uma trabalhadeira, porque é preciso dar conta de muita coisa”, justificou. “Com a peça *Esparrela* é diferente, porque eu mesmo mandava e negociava, pois contei com ajuda da minha esposa na produção”, disse ele, acrescentando que continuará na ativa enquanto sua saúde, que considera satisfatória, permitir. “Vou até onde der. Se quando tiver 85 anos estiver com saúde vou estar na luta”, garantiu.

A trajetória de Fernando Teixeira também passa pela teledramaturgia, onde estreou em março de 2016, quando começou a exibição da novela global *Velho Chico* e interpretou o coronel Floriano. “Televisão, teatro e cinema são três atividades muito boas, mas o cinema é mais interessante, porque o que é feito fica registrado na fita”, alegou ele.

+ “Homem do teatro” também é um prolífico “homem do cinema”

É bastante comum o público ver o nome e a atuação de Fernando Teixeira em curtas e longas-metragens da Paraíba e do Brasil afora.

Em entrevista sobre o longa *King Kong em Asunción*, do diretor pernambucano Camilo Cavalcante, concedida recentemente a blogueiros que acompanham o lançamento de produções audiovisuais, Teixeira relatou que soube através deles a informação de que, nos últimos quatro anos, foi o ator que mais fez filme no Brasil. “Achei isso muito interessante, mas meu trabalho como ator é mais no cinema, e não no teatro”, disse ele, acrescentando que participou de várias produções rodadas antes do início da crise sanitária.

“Além de *King Kong em Asunción*, participei de outros filmes, como *Capitão Astúcia*, dirigido por Filipe Gontijo, que deverá ser lançado no Festival de Cinema de Brasília, no qual está inscrito. Faço o protagonista, um velho, que era desenhista de história em quadrinhos, não consegue mais ver as letreirinhas e se junta ao neto para criar uma

história de ficção para continuar vivo. É uma ideia interessante”, definiu. “Fiz *O Alecrim* e o *sonho*, do diretor Valério Fonseca, rodado em Natal, no bairro de Alecrim, que completa 110 anos de existência e no qual faço o personagem Vicente; *Bia* e *a tese*, de Taciano Valério, rodado em Caruaru; e acabei de rodar, neste mês de outubro, em Bananeiras e Borborema, na Paraíba, o sexagésimo sexto da carreira, *Operação Borboleta*, do diretor Sílvio Toledo”, elencou Fernando Teixeira.

O artista acrescentou que, na semana passada, recebeu prêmio de Melhor Ator no Festival do Rio de Janeiro pela atuação no curta *Ilha*, do diretor Ismael Moura, rodado em Cuité e que retrata a situação de um homem de idade avançada que vive em um isolamento total com seu filho autista. “Já ganhei tantos troféus que alguns eu nem fui buscar, porque não tem lugar para guardar”, confessou Fernando.

O ator lembrou que o filme *Parahyba*, *Mulher Macho*, lançado em 1983 e dirigido por Tizuka Yamazaki, foi o primeiro



Foto: Adom Vieira/Divulgação

Elético: com mais de 66 filmes no currículo, Teixeira passeia pelo drama no premiado curta ‘Ilha’ (E) e pela comédia no recente longa ‘Capitão Astúcia’ (D)

a contribuir para divulgar o seu trabalho em âmbito nacional. A própria cineasta assina o roteiro com José Joffily, em cujo livro de sua autoria – *Anayde Beiriz*, *Paixão* e *Morte na Revolução de 30* – o filme se baseia. “Eu fiz o delegado que invade o apartamento de João Dantas para pegar as cartas íntimas que ele trocava com Anayde e divulgá-las”, disse Fernando. “Outros filmes importantes me catapultaram para que eu tivesse visibilidade como

ator no Brasil, como *Baixio das Bestas*, do diretor Cláudio Assis”, acrescentou ele, que considera sua estreia no cinema a participação em um filme de Otacílio Cartaxo e Machado Bittencourt que acompanha e registra uma missão de Frei Damião por várias cidades da Paraíba, a exemplo de Juazeirinho e Soledade, mas admitiu não ter informações a respeito dessa produção.

“Acho fantástico, uma coisa muito boa poder estar presen-

te no audiovisual brasileiro. O reconhecimento do meu trabalho é muito bom. O Nordeste sempre fica em segundo plano, mas foram furando os bloqueios, mostrando que o cinema da Paraíba tem os melhores atores, filmes de qualidade, mas também nomes como os de Rucker Vieira, do cineasta Vladimir Carvalho, o maior documentarista do país, e seu irmão, o diretor de fotografia e cineasta Walter Carvalho”, avaliou Fernando Teixeira.



Foto: Fabrício Timm/Divulgação

Artigo

Estevam Dedalus

Sociólogo | colaborador

‘Revolução Burguesa no Brasil’

Florestan Fernandes nasceu na cidade de São Paulo, em 1920. Foi um dos grandes intérpretes da história do Brasil. Um caso incomum entre nossos intelectuais. Nasceu pobre. Sua mãe era uma empregada doméstica de origem portuguesa. Cresceu na casa dos patrões. O nome Florestan foi uma homenagem de sua mãe a um dos empregados da família para a qual trabalhava. Os patrões, no entanto, achavam que esse nome não combinava com uma pessoa de uma classe social baixa e, por isso, o chamavam de Vicente.

Florestan Fernandes trabalhou como garçom e engraxate antes de entrar para a Universidade. Na faculdade de sociologia da USP se ocupou em estudar a classe trabalhadora. Sua tese de doutorado, no entanto, tratou da organização social dos tupinambás e a função da guerra. Outro tema importante na produção científica de Florestan é a questão racial no Brasil. A entrada nesse campo de pesquisa se deu através do seu professor Roger Bastide, que o convidou para fazer um estudo junto com a Unesco sobre o tema. Florestan apresentaria um trabalho que vai contra as ideias de Gilberto Freyre sobre as relações raciais harmônicas e democráticas que supostamente existiriam no País.

No livro *Revolução Burguesa do Brasil*, talvez o seu trabalho mais importante, ele mobiliza conceitos weberianos e os articulam com o marxismo. A intenção é compreender o que foi o golpe de 1964 e suas consequências para a reorganização das classes dominantes. Qual seria o caráter da burguesia brasileira que deu o golpe em 1964? Qual o tipo de liberalismo brasileiro? O que significou a independência brasileira?

Fernandes estabelece diálogo com diferentes autores, tais como Nelson Werneck Sodré, Alberto Passos Guimarães e Luís Carlos Prestes, que diziam que uma revolução burguesa não teria se realizado no Brasil. Uma sacada interessante de Florestan foi observar que o capitalismo que se instalou no Brasil tem caráter dependente. Ao contrário do que pensavam aqueles outros autores, a revolução burguesa no Brasil era uma realidade. Florestan enxergava um dogmatismo de caráter europeu nas teses contrárias. Afinal, elas se baseavam numa noção histórica que apagava

nossas singularidades. Somos um país que não passou pelo feudalismo. Nós não “evoluímos” de uma sociedade feudal.

É certo que as revoluções burguesas que aconteceram nos EUA e na Europa produziram importantes transformações estruturais que levaram à reforma agrária e ao estabelecimento de projetos nacionais. Pensar o capitalismo dentro dessa chave de leitura é fundamental para entendermos como se deu a revolução burguesa no Brasil.

Florestan construiu os instrumentos teóricos para analisar o capitalismo dependente. Segundo ele, as grandes reformas estruturantes do capital (reforma agrária, educacional), que dariam sustentação a um capitalismo nacional e moderno, só seriam possíveis se passassem pela classe trabalhadora, devido ao caráter autoritário e dependente da burguesia nacional.

A revolução burguesa no Brasil tem como principal característica o capitalismo dependente. Ela ocorreu já na fase monopolista e imperialista do capitalismo global. Uma revolução burguesa clássica como a francesa seria incompatível com nossa especificidade histórica. A burguesia brasileira é uma “extensão” do capital internacional.

Aqui, como em qualquer lugar que passou por uma revolução burguesa, as formas sociais de produção capitalista se tornaram dominantes. Porém, sem que se operasse reformas estruturais profundas. De modo distinto da Revolução Francesa que provocou uma ruptura radical, no Brasil, a revolução foi um processo. Houve no País uma generalização das formas sociais capitalistas, mas a burguesia não empreendeu reformas estruturais substanciais.

A *Revolução Burguesa no Brasil*, portanto, não se realizou da mesma maneira que as revoluções do centro do capitalismo. Com o golpe de 1964, se encerrou o processo revolucionário. Nesse evento se revelaria de maneira incontestável a face antinacional, autoritária e antipopular da burguesia brasileira. Por isso, o golpe de 1964 é visto por Florestan Fernandes como uma contrarrevolução na medida em que aprofunda as tendências anticivilizatórias, o conservadorismo e a antidemocracia no Brasil.

Estética e Existência

Klebber Maux Dias

klebmaux@gmail.com | colaborador

Metade de mim é o que grito; a outra, é silêncio

O Estado é a instituição que deve organizar a economia de um país e garantir a dignidade humana e o acesso aos serviços de saúde, educação, segurança e tantos outros, que preservam a vida dos cidadãos. Isso cria o bem-estar social, que objetiva reduzir as desigualdades sociais, a fim promover uma harmonia numa convivência e que atenda às necessidades mais carentes da sociedade. Nos dias atuais, observa-se cidadãos na mais perversa miséria de fome e doenças. Isso conduziu grande parte da sociedade a banalidade do ódio, a desigualdade social e ao assustador aumento de desempregados e de “loucos”.

Na passagem do século 19 para o século 20, surgiram teorias que criaram Estados que promoveram um “bem-estar social” mínimo para todos cidadãos. Essa tese foi apresentada pelo estadista alemão Otto Eduard Leopold von Bismarck-Schönhausen (1815-1898), na Alemanha, em 1880. Bismarck apresentou uma teoria que não cedeu ao liberalismo econômico e nem ao socialismo. Nessa política bismarckiana, houve um controle estatal sobre a economia, e a gestão dos recursos recebidos por meio de impostos foi responsável por distribuir os recursos em benfeitorias para toda a população. Noutro contexto político, naquele século 20, o economista inglês, John Maynard Keynes (1883-1946), revolucionou a política econômica mundial ao propor um novo sistema que definiu um plano estratégico a fim de promover o bem-estar social. Para Keynes, o Estado deve regular a economia, os salários e os direitos dos trabalhadores e cobrar impostos de todos, também dos empresários; e reverter – os impostos – em serviços para a população. Dessa forma foi criado o bem-estar social

Concluo com o poema *Metade*, obra do poeta e músico Osvaldo Montenegro (1956):

Que a força do medo que tenho / Não me impeça de ver o que anseio / Que a morte de tudo em que acredito / Não me tape os ouvidos e a boca / Porque metade de mim é o que eu grito / Mas a outra metade é silêncio

Que a música que ouço ao longe / Seja linda ainda que tristeza / Que a mulher que amo seja pra sempre amada / Mesmo que distante / Porque metade de mim é



Foto: Divulgação

Estadista alemão Otto Bismarck: “A política é a arte do possível. Toda a vida é política”

partida / Mas a outra metade é saudade

Que as palavras que eu falo / Não sejam ouvidas como prece, nem repetidas com fervor / Apenas respeitadas como a única coisa / Que resta a um homem inundado de sentimentos / Porque metade de mim é o que ouço / Mas a outra metade é o que calo

Que essa minha vontade de ir embora / Se transforme na calma e na paz que mereço / Que essa tensão que me corrói por dentro / Seja um dia recompensada / Que o espelho reflita em meu rosto um doce sorriso / Que eu me lembro ter dado na infância / Porque metade de mim é a lembrança do que fui / Mas a outra metade, não sei

Que não seja preciso mais do que uma simples alegria / Pra me fazer aquietar o espírito / E que o teu silêncio me fale cada vez mais / Porque metade de mim é abrigo / Mas a outra metade é cansaço

Que a arte nos aponte uma resposta / Mesmo que ela não saiba / E que ninguém a tente complicar / Porque é preciso simplicidade pra fazê-la florescer / Porque metade de mim é plateia / A outra metade é canção / E que a minha loucura seja perdoada / Porque metade de mim é amor / E a outra metade também

■ Sinta-se convidado à audição do 342º Domingo Sinfônico, deste dia

31, das 22h às 0h. Em João Pessoa-PB sintoniza FM 105,5 ou acesse através do aplicativo radiotabajara.pb.gov.br. Vamos conhecer duas sinfonias do compositor e regente tcheco Gustav Mahler (1860-1911).

Mahler conviveu com a loucura do sofrimento, também com seus problemas cardíacos, e sua filhinha faleceu dessas complicações, em 1907. Seus pais morreram precocemente. Ele viu a morte de oito irmãos e o suicídio do irmão Otto. Mahler foi desapegado das coisas materiais e sempre gostou de ficar sozinho e reconstruiu, a partir da contemplação a natureza, o seu sentido de beleza como forma de suportar os próprios conflitos internos. O regente extraiu da autossuperação, diante da tragédia da existência, as potencialidades de construir um “novo homem virtuoso”.

Através do pensamento musical de Mahler, temas alegres são apresentados com os trágicos... pode-se concluir que o indivíduo pode elaborar sua interpretação do ‘eu exterior’, essa tese já foi apresentada pelo filósofo alemão Johann Gottlieb Fichte (1762-1814). As sinfonias de Mahler apresentam teses de que a criação artística torna o homem livre para salvar a si mesmo. Ele absorveu a tese de que as forças inatas da natureza humana conduzem o indivíduo para construir uma nova moral. Esse pensamento foi influenciado através do niilismo Forte do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900).

Mahler apresenta nas próprias peças longos trechos que representam não estarem em tom algum, outra característica é o seu caráter trágico. A primeira sinfonia usa elementos das ‘Canções de um Viajante Errante’ e ‘A Canção da Lamentação’. Suas composições estão divididas em três períodos: o primeiro estão as sinfonias segunda, terceira e quarta, que representam uma busca por uma fé e respostas que dão sentido a sua existência; do segundo período são as sinfonias quinta, sexta e sétima, que tratam de temas sobre a morte e são mais trágicas, elas foram influenciada pela musicalização que Mahler fez para os poemas do escritor e poeta alemão Friedrich Rückert (1788-1866); do terceiro período são as sinfonias oito, nove e a inacabada dez. A voz humana é usada em grande parte na sinfonia oito.

Kubitschek Pinheiro

kubipinheiro@yahoo.com.br

Seu Pereira tem razão

O poeta que não sou, tentarei palavra por palavra, cada signo um caudal de (in)certezas e perdas, sem medidas, o longo tempo das sacadas e sobrados, o tempo da delicadeza e transparente, de sentimentos intensos, a canção de Seu Pereira e Coletivo 401, ‘Eu não sou boa influência pra você’.

Eu não sou, mesmo. Nunca fui. No mesmo continente, sol e água quente e pouca correspondência. Às vezes, eu canto: “Eu não sou boa influência pra você / Ando distraído entre as nuvens / Coleciono botecos sombrios. Você nunca vai fugir comigo. Madrugada pra beira da praia. Dizes com quem andas / E eu digo que não és da minha laia”.

Seu Pereira tem razão – eu não sou boa influência pra você. Não sou mesmo. Eu vejo sempre uma barreira, entre eu e você. Você sabe tudo e eu estou por fora. A vida é um jogo? Então, eu não sou boa influência pra você. Eu sei jogar, mas estou cansado.

Vejo um delta imenso, a perder de vista. Estou no cais. Um poema que expusesse por inteiro à magia da luz vespertina do amor, os lábios cerrados, o olhar grávido da minha percepção, mas eu não sou boa influência pra você. Não sou mesmo.

Eu requebro, mato e roubo por você, de quem finalmente não se sente culpado, desperto e sou feliz, e sequer me chama para contemplar as estrelas além do horizonte, da canção do Roberto.

A lua amarelou, meu bem, não fica mais enchendo de claridade o nosso Instagram de bobagens, que não vai mais resistir. Você é bem melhor e eu não sou boa influência pra você.

Eu nasci no mato, você na metrópole, mas nem por isso você é o Tao. Tem muito novelo nessa história. Um amigo disse que certas coisas só se resolvem com a morte. Ledo engano, porque eu não sou boa influência pra você. A morte vem depois.

Era isso que estava previsto. O que não estava propriamente estabelecido, era o tempo da desgraça, da nossa dor, das nossas agonias, o tempo ruim que nos tornou assim ou eu estava cego de tanto vê-lo sombrio?

Mais adiante, correrá tudo bem, mas só para salientar, em todo o caso, que mesmo apesar dos olhos ateus/teus, independentemente da idade, continuaremos de pé, embora mortos, porque na verdade, eu não sou boa companhia pra você.

Não sou, eu não sou. Eu falo delírios e você é careta, eu ando a cem e você vai de Uber, eu sou desorganizado e você, como sempre, o exemplo. Eu sou afetuoso e você encabulado. Eu sou seu amor e você é Caim.

Às vezes dou por mim pensando em você, a dar razão ao seu discurso – em sentido abstrato, é claro. Eu tenho vergonha de continuar a dizer que te amo, porque você é frio e eu não sou indiscutivelmente boa influência pra você.

Seu Pereira tem razão. Não vai ser eu que vou ser boa influência para você. Você é igual a geral. Deve ser cármico.

Ninguém vai mudar teu jeito de tentar mudar. Em tudo és sistematicamente brilhante. E eu não sou.

Vamos se ver no fim. Mal ou bem, gostando ou não, por uma vez ouço sua voz, dizendo não, não, não. O nosso objetivo não é ganhar, é passar à fase seguinte! Mas a fase seguinte eu já sei, porque eu não sou boa influência para você. Adeus.

Kapetadas

1 - Um dos seus fãs era um senhor chamado Orson Welles, que conhecia um pouco de interpretação.

2 - Qualquer coisa é melhor que isso – isso o quê – qualquer coisa.

3 - Som na caixa: “Me larga, não enche / Você não entende nada, eu não vou te fazer entender”, Caetano Veloso.



Foto: Thercles Silva/Divulgação

Banda Seu Pereira e Coletivo 401: ‘Eu não sou boa influência pra você’

Colunista colaborador

Livro de ficção aborda em tom confessional a ancestralidade

Com toques biográficos, escritora e poeta paraibana Aline Cardoso lança ‘Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas’

Eduardo Augusto

Especial para A União

“Sou negra e potiguar”. É assim, com essa afirmação, que Aline Cardoso começa o seu novo livro *Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas*, escrito com a urgência de quem tem muito o que dizer, a autora nos traz em um tom confessional a sua ancestralidade. Ficção e biografia se misturam em uma única voz, na qual em cada palavra a escritora deixa seu rastro para que o leitor a encontre em meio a suas fabulações, delírios e sonhos.

Aline, além de escritora, poeta, mãe solo, fotógrafa, gestora cultural e contadora de história, ainda arrumou tempo para criar uma editora. A independente Triluna, que já lançou autoras como Anna Apolinário e Luiza Paiva e tem um projeto ambicioso que está em andamento, ‘A Chamada da Lua Negra’, edital literário independente a nível nacional, para a publicação de 24 livros de poemas escritos por pessoas negras

plurais de todo o Brasil, com captação de recursos através de financiamento coletivo via Catarse. Esse projeto já lançou autoras como Cyelle Carmen, Sílvia Barros, Lama, entre outras.

Em *Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas*, Aline faz sua primeira incursão pela ficção, onde novos horizontes se apresentam como horizontes desconhecidos, segundo a autora, que nos convida para um mergulho nesse abismo ainda insondável.

Nos textos que constituem o livro, Aline desnuda sua própria alma, encharcada de amor e fúria, grita, ama, odeia e luta. Se despedaça e se reconstrói como uma fênix que depois da combustão renasce forte e busca novamente seu fim no fogo:

“De sentir teu cheiro fico assim. / Não só por isso. / Eu sei. / Fica assim porque quer me comer. / É. / E eu venho porque eu quero que coma. / Demônia”

É assim que começa

o texto *Para amanhecer o dia*, Aline Cardoso mostra as garras, não existe meias palavras, na sua escrita o corpo arde. Com um escrita já madura, dispensando formalidades, nos conduz pelas entranhas onde habita uma serpente.

Aline Cardoso nasceu em 1991. É formada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Mestra pela programa de pós-graduação em linguística (Proling-UFPB). Dedica-se nos estudos acadêmicos à obra do poeta Sérgio de Castro Pinto. Participou de coletâneas de poesia, é co-fundadora do Slam Parahyba e organizadora do sarau Selváticas. Fundou a Editora Triluna. É uma mulher de muitas facetas.

Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas é uma leitura que incomoda, o corpo é açoitado pela palavra escrita, como afirma a própria Aline: “O corpo é o que torna possível o ser experiência o mundo, é o meio que canaliza a potência criativa”.



Foto: Acervo Pessoal

Novo livro é primeira incursão da autora, que também é fundadora da Triluna, pelas veredas do gênero ficcional

A ENTREVISTA

Como foi o processo criativo e o processo de escrita desta obra?

Acredito que um livro começa a ser criado e a inscrever-se nas teias da inventividade muito antes de chegar a ocupar o espaço físico das páginas. No caso de *Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas*, o processo criativo se desenleou em paralelo com outras produções. Eu não havia elaborado um projeto para esse meu terceiro livro, ele me veio como um raio.

O primeiro texto me atravessou com muita urgência e logo em seguida me veio mais um, percebi que havia um novelo emaranhado de ideias e o seu desenrolar estava fluindo intensamente, sentia que irremediavelmente precisava escrever, assim vieram todos os 13 textos da obra. Fiquei imersa em transe, deslizando na escrita de *Ritos* cerca de 12 horas consecutivas. Em seguida, comeci a elaborar o projeto gráfico do livro, decidir o formato, e tive a ideia de montar colagens digitais para ilustrar o interior. Essa etapa levou cerca de duas horas. Ainda no mesmo dia, entrei em contato com Alessandro Lino e o convidei a escrever o prefácio para abrir estes *Ritos*.

Por que ‘Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas’? Com esse título, o que o leitor pode esperar da obra?

É através da palavra que existimos no mundo, decidimos iniciar ou fechar ciclos, é através do verbo que ritualizamos o cotidiano. A linguagem que dá corpo a *Ritos* é fluida e de fácil compreensão. Optei por produzir ficções curtas em primeira pessoa sem a descrição de personagens, exceto no primeiro texto que abre o livro. Voltando a atenção e o foco narrativo para o enredo, experimentei conduzir o lei-

tor por diálogos breves, fluxos de consciência e especulações típicas do dia a dia. A conversação típica está imantada de poesia, é da palavra que nasce nos coletivos que a literatura precisa se alimentar para manter-se viva, para adentrar nos mais variados contextos. Procurei escrever como quem conversa com um amigo, como quem conta pequenos segredos, explorando a curiosidade do leitor ao não lhe entregar todos os elementos fechados e encerrados na minha concepção de ser. Quando escrevo em primeira pessoa, dou ao outro o lugar agente, coloco-o ativo dentro da narrativa, cedo às vestes de serpente para que encarnem o livro, inauguro um serpentário e convido o leitor a cantar para as serpentes. Escrever, para mim, é sempre o exercício de rebuscar o que há de pulsante na vida e em nossas ladainhas, a fim de manter fresco o mistério, sangue que alimenta o encantamento pela palavra.

Como foi o processo de publicação da obra?

Todos os livros publicados pela Triluna são impressos graças ao apoio direto dos leitores. Por isso, são feitas pequenas tiragens produzidas sob demanda. Cinco exemplares de *Ritos* foram exportados pela Triluna para bibliotecas públicas no exterior, a literatura paraibana resiste e segue rompendo barreiras, ampliando espaços no contato direto com os leitores, o que se faz vital em tempos difíceis.

No exterior, os livros podem ser encontrados para consulta na Biblioteca Pública de Nova York e nas bibliotecas das universidades: Stanford, Columbia e Yale, nos EUA. A lista de pedidos para a segunda tiragem de *Ritos Encantatórios & Outras Ladainhas* está aberta e o pedido do livro pode ser feito diretamente à editora. A obra custa R\$ 37,00 com frete incluso.

Obra da editora Triluna tem ficções curtas em primeira pessoa, voltando a atenção e o foco narrativo para o enredo, conduzindo o leitor por fluxos de consciência e especulações típicas do cotidiano



Imagem: Divulgação

PUBLIEDITORIAL

Elizabete Gomes da Silva:

A pacificação como fator primordial na solução de conflitos judiciais

Por Messina Palmeira

Por conta da importância e relevância do papel do Pacificador nas ações judiciais é que o Novo Código de Processo Civil, em seu Art. 165, Seção V, assegura aos tribunais a criação dos CEJUSCs, como responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. Aqui na Paraíba, a escritora de Polícia Civil Elizabete Gomes da Silva, que também é Mediadora, Conciliadora e Supervisora Judicial em Soluções de Conflitos, depois de rigoroso processo seletivo do TJPB e CNJ obteve o Certificado de Instrutora de Cursos de Mediadores e Conciliadores Judiciais. Juntamente com as Mediadoras, Conciliadoras e Supervisoras: Alessandra Batista, Janeleide Lázaro, e Liliane Bandeira. Conhecida nos meios sociais e jurídicos como Betinha, a nossa entrevistada, que tem o título de Mestre pela Universidad Europea del Atlántico na Espanha, me concedeu a seguinte entrevista:

MP: Professora, o que significou para a sua vida profissional o certificado que a habilita a formar novos conciliadores e mediadores? EG: Há 42 anos exerço a profissão de escritora de Polícia Civil. Trabalhei 32 anos em várias delegacias, onde vivi e convivi em meio a conflitos internos e externos no ambiente profissional, pensava comigo mesma que tudo aquilo era normal, uma vez que ali mesmo resolvíamos nossos conflitos, por nos considerarmos fortes e corajosos. No ano de 2016 conheci os Métodos Alternativo de Solução de Conflitos, consegui enxergar uma luz no fim do túnel, isso pode parecer

simples, mas, na verdade, para mim foi um grande desafio, mudança praticamente radical. Vi que não poderia mudar somente o meu modo de agir e pensar, mas, unido ao amor de Deus eu podia sim fazer algo pelo meu semelhante, partindo do princípio que o restabelecimento da paz é algo nobre para a humanidade.

MP: Quais foram os pré-requisitos necessários para obtenção deste certificado?

EG: De acordo com o Regulamento do ConciliaJud, o Curso de Formação de Instrutores em Mediação e Conciliação Judiciais, é necessário: 3 ser indicado e avaliado pelo Nupemec do tribunal de justiça ao qual estiver vinculado; diploma de conclusão de curso superior, Curso de Formação de Mediadores e Conciliadores Judiciais; experiência de 2 anos como mediador ou conciliador, e estar regularmente cadastrado no ConciliaJud. Após a indicação pelo NUPEMEC/TJPB e regulamento do CNJ, eu e minhas colegas Alessandra, Janeleide e Liliane fizemos o curso de instrutora no TJAM, em seguida formamos três turmas de Mediadores e Conciliadores: Oficiais de Justiça. Alunos do curso de Direito da UEPB e servidores do TJAC. Agradeço o apoio e oportunidades do TJPB, por meio do Des. Dr. Leandro, da Des. Dra. Maria de Fátima, dos Juizes Dra. Ana Amélia, Dr. Antônio Carneiro, Dr. Pedro Davi, Dr. Fabio Leandro e aos servidores Tony e Janeleide.

MP: Como a senhora consegue conciliar o seu trabalho como escritora, dona de casa, mãe, avó, esposa e conciliadora voluntária? EG: Tudo que faço é por amor, meu marido Vicente é uma bênção, meu



Elizabete Gomes da Silva

filho Wagner e meu neto Mirosmar que são especiais, são meus alicerces; amo minha profissão de escritora. A bíblia nos ensina que nossas casas devem ser construídas sobre rochas e não sobre areia. Só assim elas resistirão às chuvas, às torrentes e aos ventos. Quanto à pacificação de conflitos também o faço por amor, afinal, pacificar é amar, ajudar e entender as necessidades do próximo, cada pacificador é um escolhido por Deus.

MP: Quais são as suas formações superiores e em quais outros aspectos sociais e culturais a senhora se dedica e atua? EG: Sou graduada em Direito e tenho Licenciatura em Estudos Sociais. Fiz muitos cursos de especialização, sempre voltados para o meu metiê.

MP: No seu trabalho, como conciliadora e mediadora, o que lhe dá mais satisfação? EG: Saber que estou contribuindo de alguma forma para a paz entre as pessoas, é fundamental saber que existe alguém que se destina, revestido de amor ao próximo, destemido, leal e comprometido em ajudar e proteger o próximo. Agradeço o apoio e oportunidades da JFPB/5ª Região, através dos Juizes Dra. Adriana, Dr. Rogerio Abreu, Dr. Bruno e Marcone, pela confiança e reconhecimento nas minhas atuações.

MP: Como a senhora definiria a mulher Elizabete Gomes da Silva?

EG: Deus escreveu a minha história. Minha vida sempre foi pautada de muita responsabilidade, desde pequena, uma história de luta, de força, de perseverança e de coragem. Fiel aos meus princípios, sirva do Deus Altíssimo, mulher temente e fiel a Deus e que ama a família.



Os juizes do NUPEMEC/TJPB Antônio Carneiro de Paiva Junior, Pedro Davi Alves de Vasconcelos e Ana Amélia Andrade Amorim Câmara, e o servidor Tony Viana Cavalcanti na entrega dia certificados a Elizabete Gomes, Janeleide Lázaro e Liliane Bandeira

Assembleia e Câmara abrem debates sobre o orçamento

Calendários de apreciação e votação são definidos, faltando datas para audiências e apresentação de emendas

Ademilson José
ademilson2019jose@gmail.com

Os projetos de Lei Orçamentária Anual (LOA) do Governo Estado, que prevê um investimento global da ordem de R\$ 14,3 bilhões para 2022, e da capital, estimado em R\$ 3,06 bilhões já estão com calendários de apreciação e votação definidos e, até o final desta semana, pelo menos a Assembleia Legislativa já deve fechar os prazos para realização de audiências públicas e apresentação de emendas dos deputados.

“Teremos bastante tempo para o debate envolvendo as representações dos três Poderes e da sociedade

e acredito que no dia 1º de dezembro, já possa ser incluído na Ordem do dia”, prevê o presidente da Comissão de Orçamento e Fiscalização da Assembleia Legislativa, deputado Branco Mendes (Podemos), ao lembrar que o primeiro passo já foi dado na última quarta-feira da semana passada quando o projeto foi apresentado pelo relator Buba Germano (PSB), com parecer prévio já aprovado.

Com 711 páginas, o Projeto de Lei nº 3.242/2021 estima a despesa total dos orçamentos Fiscal e da Seguridade Social em R\$ 13.844.084.646,00, valor este dividido em R\$ 9.741.286.160,00 para a parte Fiscal e R\$ 4.102.798.486,00

para a parte da Seguridade Social.

Município
“Na próxima reunião, programada para o meio da semana, definiremos o calendário com prioridade para as audiências públicas”, anunciou, na sexta-feira passada, o presidente da Comissão de Finanças, Orçamento, Obras e Administração Pública da Câmara de João Pessoa, vereador Bruno Farias (Cidadania), ao explicar que com participação do relator, vereador Carlão Pelo Bem (Patriotas), paralelamente a isso também já será estipulado os prazos para que os vereadores possam apresentar suas emendas.

Governador vê esforço e trabalho

Na apresentação da mensagem aos deputados, o governador João Azevêdo (Cidadania) observa que “os programas e ações governamentais colocados no projeto e a serem executados em 2022, representam o esforço necessário para cuidar das áreas de saúde, educação, social e do desenvolvimento econômico do Estado”.

A Proposta Orçamentária, segundo o gestor “cumpre a aplicação mínima exigida pela legislação pertinente quanto à manutenção e desenvolvimento, ao mesmo tempo em que concilia os princípios da responsabilidade fiscal, com a expansão e melhoria dos bens e serviços públicos disponibilizados para a população”.

“E temos a garantia da disciplina fiscal e financeira, mesmo nesse cenário de incertezas econômicas e macrofiscais, em função da Pandemia do Covid-19”, frisa o chefe do Executivo do Estado que, como acontece todos os anos, nas audiências públicas do Poder Legislativo, deverá ser representado pelo Secretário de Planejamento, Gilmar Martins.

Emendas somam R\$ 63,4 milhões

As Emendas Impositivas dos Parlamentares, que tem se tornado o tema mais badalado desses últimos dois anos, ficarão com 0,5%, o que correspondem a R\$ 63.450.313,00 do bolo orçamentário geral. Isso significa dizer que cada um dos 36 deputados terá R\$ 1.762.508,69 para suas emendas impositivas.

Relator do Orçamento, o deputado Buba Germano (PSB), explicou que os

parlamentares são obrigados a destinar 50% do valor de suas emendas para ações em serviços público em saúde, e que, além das Impositivas, eles também têm direito às Emendas Individuais e Coletivas, que tradicionalmente fazem parte do orçamento anual.

Ele relatou que a proposta da LOA/2022 observa os princípios e preceitos orçamentários aceitos e consagrados na literatura técnica e

no texto constitucional, e que o objetivo desses princípios é conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. “Entre esses critérios, segundo o relator, se destaca o princípio da periodicidade, do equilíbrio, da clareza, da especificação, da exclusividade, da não vinculação, da unidade e da universalidade do orçamento público”.

Discriminação	Tesouro (A)	Outras Fontes (B)	Total C = (A+B)
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	339.109.285	83.000	339.192.285
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	158.267.319	1.300.000	159.567.319
JUSTIÇA COMUM	1.056.875.940	127.728.826	1.184.604.766
MINISTÉRIO PÚBLICO	285.983.398	9.590.430	295.573.828
SECRETARIA DE ESTADO DA JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	8.818.337	1.433.000	10.251.337
SECRETARIA DE ESTADO DA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL	1.966.467	0	1.966.467
SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO	1.842.475.015	1.063.196.000	2.905.671.015
SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA	4.080.587	0	4.080.587
CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO	18.856.911	0	18.856.911
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO E DA ARTICULAÇÃO MUNICIPAL	3.397.381	0	3.397.381
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	37.232.793	5.810.154	43.042.947
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA PARAÍBA	90.257.109	85.000	90.342.109
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DA PARAÍBA	865.278.932	18.360.000	883.638.932
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO DO SEMIÁRIDO	20.294.838	2.802.750	23.097.588
SECRETARIA DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA	780.264	0	780.264
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	33.842.949	3.500.000	37.342.949
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	341.817.644	106.070.000	447.887.644
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO E DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	26.352.463	52.898.393	79.250.856
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	1.719.176.119	287.196.640	2.006.372.759
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA PARAÍBA	118.133.152	25.125.000	143.258.152
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	223.142.818	3.540.000	226.682.818
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	1.348.745.157	258.376.427	1.607.121.584
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL	481.522.205	273.465.345	754.987.550
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	207.734.380	18.714.278	226.448.658
PROJETO COOPERAR	40.000.000	80.651.000	120.651.000
SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL	44.623.602	0	44.623.602
ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	1.009.577.313	0	1.009.577.313
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DO MEIO AMBIENTE	360.330.993	423.926.334	784.257.327
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA E DA PESCA	240.596.476	37.012.388	277.608.864
SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	12.784.138	4.325.300	17.109.438
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO	15.034.470	0	15.034.470
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DA PARAÍBA	15.817.600	0	15.817.600
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	65.988.326	0	65.988.326
SUBTOTAL (D)	11.038.894.38	2.805.190.265	13.844.084.646

+ Branco explica calendário

De acordo com o presidente da Comissão de Orçamento, deputado Branco Mendes, o calendário de tramitação da LOA começou no dia que o projeto foi lido e teve parecer prévio pelos membros da comissão e prossegue com o momento atual estando inserido no prazo para realização de audiência pública e apresentação de emendas.

Esse prazo vai, segundo ele, até o dia 5, sexta-feira, quando então novo prazo, de 20 dias, para que o relator elabore e apresente o parecer final a ser apreciado e votado pela Comissão de Orçamento e Fiscalização. A previsão do presidente Branco Mendes é

no sentido de que a comissão encerre esses trabalhos até o dia 29 de novembro e, no dia seguinte, primeiro de dezembro, a proposta de Orçamento é incluída na Ordem do Dia da Assembleia Legislativa.

“Como acontece todos os anos, o Poder Legislativo pode aprovar a matéria em poucos dias, mas formalmente tem até a última sessão do ano no final de dezembro para discutir e aprovar definitivamente a matéria”, explicou o presidente da Comissão de Orçamento ao concluir que todos os legislativos só costuma entrar em recesso depois que aprova o orçamento do ano seguinte.

Como acontece todos os anos, o Poder Legislativo pode aprovar a matéria em poucos dias, mas formalmente tem até a última sessão do ano no final de dezembro para discutir e aprovar definitivamente a matéria

Câmara ainda terá uma terceira leitura

Como iniciou o processo de tramitação um pouco depois da Assembleia Legislativa, a Câmara Municipal de João Pessoa ainda precisa fazer a terceira leitura do projeto em plenário na sessão ordinária da próxima quinta-feira, mas esse retardamento de alguns dias segundo o presidente da Casa Vereador Dinho Doswley (Avante) não vai prejudicar em nada o tempo para debate e aprovação da matéria.

A previsão global da Receita Municipal orçada precisamente em R\$ 3.063.025.411,00 (três bilhões, sessenta e três milhões, vinte e cinco mil e quatrocentos e onze reais), representa um acréscimo de 9,45% em relação ao Orçamento que foi feito no ano passado para este ano e, de acordo com a prefeitura, é fruto da perspectiva de um aumento nas Receitas Ordinárias Municipais.

No projeto da LOA municipal, a distribuição dos recursos por órgãos e secretarias, coloca a Câmara Municipal, incluindo Fundo Especial, com previsão orçamentária em R\$ 68.795.705 (incluindo Fundo Especial de R\$ 9.000); Gabinete do Vice-Prefeito R\$ 3.500.000; e Procuradoria Geral do Município com R\$ 34.500.000.

A relação das secretarias começa com a da Administração com R\$ 13.899.000 Planejamento, R\$ 27.767.57; Secretaria Municipal de Saúde, R\$ 844.777.258; Secretaria de Educação e Cultura, R\$ 617.211.000; Secretaria Municipal do Desenvolvimento Urbano, R\$ 25.160.000 Secretaria de Infraestrutura, R\$ 153.085.000; e Fundação Cultural de João Pessoa (FUNJOPE) com R\$ 25.520.000.

“Temos todo mês de novembro e boa parte de dezem-

bro para tudo isso, começando com as audiências públicas que deverão contar com as presenças de secretários de todas as áreas, além ainda de entidades representativas do serviço público e da sociedade em geral”, comentou Dinho, ao observar que a relatoria e a assessoria da Comissão de Orçamento já estão cuidando desses detalhes, especialmente dos convites às autoridades.

Além das Emendas Impositivas dos vereadores que são a grande novidade nos orçamentos dos últimos dois anos, a LOA da Prefeitura traz várias demandas apresentadas pela população e que foram coletadas pela Secretaria de Participação Popular em audiências públicas. Entre essas demandas, a construção de uma ponte entre os bairros de Mangabeira a Valentina, melhorias em CREIS e USFs.

Senado instala comissão para averiguar crise hidroenergética

Senadores aprovaram requerimento para abrir o ciclo de audiências que será promovido para debater a questão

Agência Senado

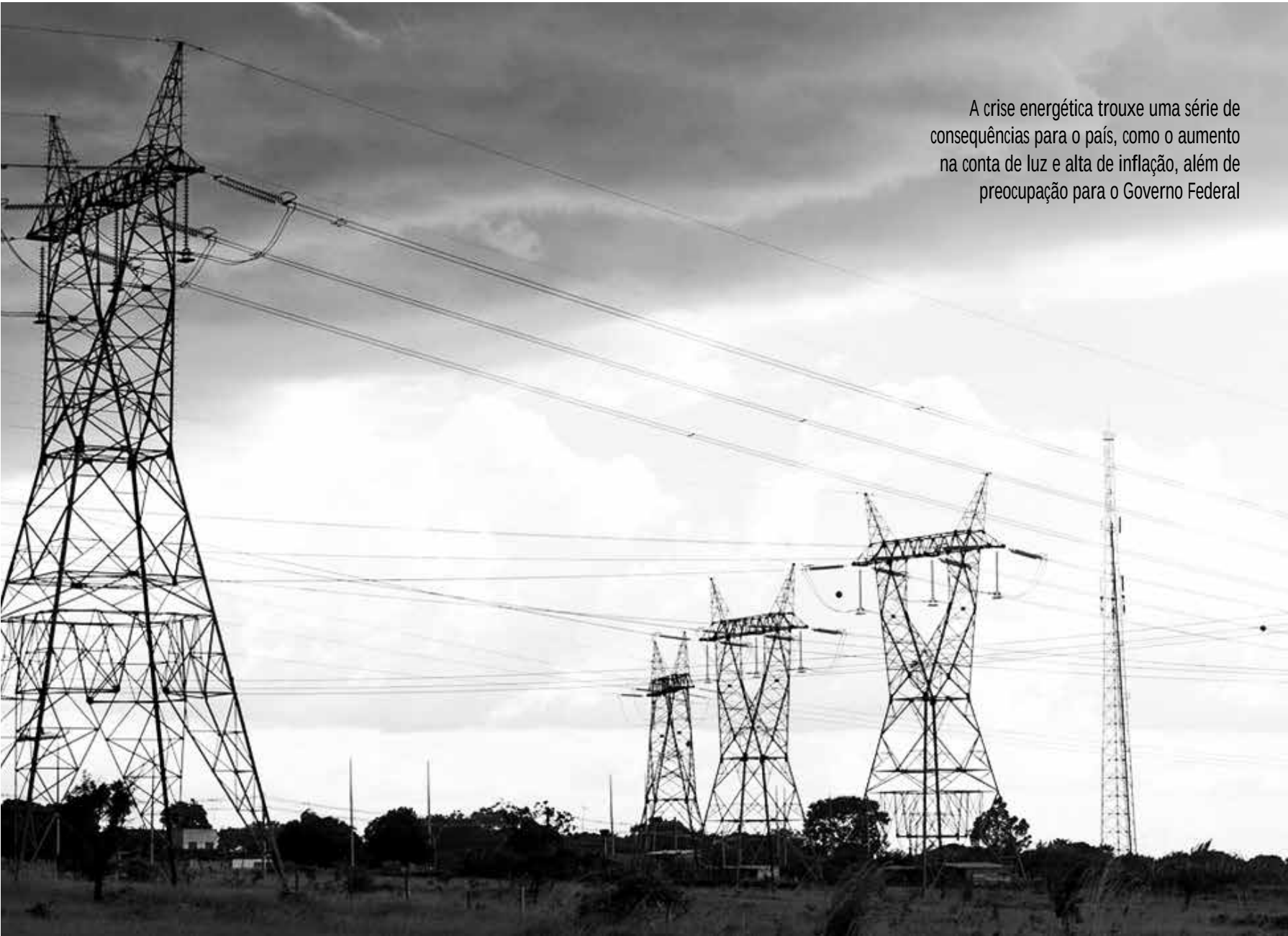
Uma comissão temporária externa, criado pelo Senado, vai averiguar as causas e efeitos da crise hidroenergética que atinge o país. O grupo elegeu, por aclamação, os senadores Jean Paul Prates (PT-RN) para a presidência e o senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) como vice-presidente. Já a relatoria será exercida pelo senador José Aníbal (PSDB-SP).

Durante a primeira reunião, que ocorreu após a instalação da comissão, na quinta-feira (28), os senadores aprovaram requerimento de autoria do relator convidando, o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para abrir o ciclo de audiências a ser promovido pela comissão. De acordo com José Aníbal, o objetivo é obter esclarecimentos do gestor sobre a situação atual do sistema de energia do país e o planejamento da pasta tanto para o enfrentamento da crise como pensando em planos estratégicos de longo prazo para a segurança energética do país.

“O Brasil provavelmente tem a matriz energética mais limpa do mundo, está fortemente investindo em energia eólica e investindo também em energia solar e em outras alternativas de produção de energia como a biomassa, com projetos de pequenas centrais hidrelétricas, com o uso mais intenso do gás nas emergências como um combustível de transição, mais é preciso que haja um maior planejamento”, comentou José Aníbal.

Ainda segundo o relator, o plano de trabalho está em processo de elaboração e deve ser entregue para o conhecimento dos demais membros na próxima semana. Em seguida, será agendada uma nova reunião do grupo, para análise e votação do roteiro que vai orientar as atividades da comissão.

“É preciso que haja responsabilidade na nossa comissão em produzir um bom relatório com diagnósticos, com aprendizados que contribuam, inclusive, com os rumos do país ao longo do ano que vem”, disse José Aníbal.



A crise energética trouxe uma série de consequências para o país, como o aumento na conta de luz e alta de inflação, além de preocupação para o Governo Federal

Funcionamento
A sugestão para criação da comissão, que terá prazo de funcionamento de 180 dias, foi apresentada pelo senador Jean Paul Prates. Fazem parte do grupo 11 membros titulares e a mesma quantidade de membros suplentes, que também vão acompanhar a atuação da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (Creg) e propor soluções que garantam a segurança energética e a modicidade tarifária do Sistema Elétrico Brasileiro (SEB).

De acordo com Jean Paul Prates, a CTECRHE (sigla da comissão) terá papel basicamente

prospectivo e propositivo para entender os aspectos circunstanciais que levaram o país a essa crise energética e as circunstâncias estruturais do sistema elétrico brasileiro e suas decorrências. Segundo ele, a comissão se debruçará sobre questões como a origem das fontes de energia, todas as ofertas e possibilidades, inclusive o incentivo às fontes renováveis, passando pela responsabilidade das agências e regulamentações, até chegar ao consumidor final e suas principais demandas.

“A importância de um bom planejamento, da previsibilidade, de uma tarifa módica, acessível, e principalmente condizente com o

que o Brasil propicia de recursos naturais que nos levem à competitividade maior em função de justamente sermos um grande provedor de fontes renováveis e não renováveis abundantes. Temos a intenção de atuar não pensando apenas nessa questão imediata, mas pensando no futuro”, afirmou Jean Paul Prates.

Prates informou ainda que a comissão pretende fazer visitas à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e à Agência Nacional de Águas (ANA) para conversar com a diretoria e conhecer um pouco mais sobre o trabalho e o planejamento desenvolvido pelos dois órgãos.

Composição
Além dos senadores Jean Paul Prates, Veneziano Vital do Rêgo e José Aníbal, compõem a comissão como titulares os senadores Elmano Férrer (PP-Pi), Soraya Thronicke (PSL-MS), Lucas Barreto (PSD-AP), Angelo Coronel (PSD-BA), Carlos Portinho (PL-RJ), Marcos Rogério (DEM-RO) e Acir Gurgacz (PDT-RO). Como suplentes, até o momento, foram designados os senadores Eduardo Braga (MDB-AM), Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), Daniella Ribeiro (PP-PB), Eduardo Girão (Podemos-CE), Carlos Fávaro (PSD-MT), Carlos Viana (PSD-MG), Jayme Campos (DEM-MT) e Jaques Wagner (PT-BA).

Toca do leão

Fábio Mozart
mozartpe@gmail.com | Colaborador

Cada poeta com sua patente

No dia do meu aniversário, recebi mensagem do Baraúna, poeta e cabo da Polícia Militar:

Grande confrade Mozart
Receba meu forte abraço
No dia do aniversário
Nesta estrofe congraço
O sentimento comum
Bebo uma dose de rum
Afeição sem embaraço

Estou lendo “Matadouro cinco”, de Kurt Vannegut. Em determinada página do começo do livro sobre a Segunda Guerra Mundial, lê-se: “Às vezes me perguntavam por que eu não tinha sido promovido a oficial do Exército, como se eu tivesse feito alguma coisa errada”. Fiquei imaginando por que o cabo Baraúna ainda patinava na patente de cabo, chegando ao fim da carreira na corporação. Pensei a respeito por um brevíssimo tempo. Em Minas Gerais, o cabo policial militar Célio Pedro Lourenço escreveu um poema chamado “Arame farpado”, onde relata sua insatisfação com as leis do Brasil e explica a rotina e as angústias vividas por um policial. “A Polícia apenas enxuga gelo”, constata o cabo mineiro em seu poema. O velho Baraúna é poeta de cordel e se inspira em outras pautas. Mas,

pode ser, talvez quem sabe, ou não, que as corporações militares olhem os poetas com visões disciplinadoras. Daí botam os poetas no fim da fila das promoções. Essa é uma teoria que me passou feito um raio doido na minha mente, e desapareceu. Foi-se, mas deixou um rastro de pensamentos meio indisciplinados sobre a linguagem. Roland Barthes pensa que a língua é fascista, “porque obriga a dizer as coisas de um modo único, servindo assim ao poder”. No caso da poesia, essa forma de comunicação pretende operar “uma espécie de revolução permanente na linguagem”, ideia que não se enquadra nos regulamentos, sempre avessos aos atos radicais do pensar que alteram o senso comum.

Eu, na qualidade de reformador das forças armadas, criaria a função de poeta nas tropas, um cargo correlato ao capelão, aquela figura paga para prestar assessoria religiosa aos militares. O padre ou pastor abençoa os que vão morrer e matar, e seus respectivos brinquedos de guerra. Esses profissionais costumam ser discriminados nas tropas. Não tem como se defender porque não portam armas, apenas a fé inabalável na sua divindade. O poeta profissional militar poderia pelo menos ferir os inimigos com guerra psicológica por meio das cantigas de maldizer. Sem falar que os generais teriam muito a ganhar com

poetas soldados. Basta saber que o general Ulisses seria um desconhecido hoje em dia se não fosse a poesia de Homero. Não rolaria a Ilíada nem Odisseia.

Iniciei a leitura do poema longo de W. J. Solha, “1/6 de laranjas mecânicas: bananas de dinamite”. Solha é o tipo de autor do qual o general diria: não se envolvam com esse cara sob hipótese alguma. A poesia dele tem muito mais do que palavras e nunca se sabe quais as suas verdadeiras intenções. Nos quartéis não se estuda cognitivismo. Solha resume:

Poeta
não é
P(r)o(f)eta.

Mas em tudo
há uma meta.

Tem poeta que não move um dedo para ser compreendido. Suas intenções pouco cristalinas se escondem nas entrelinhas com as configurações históricas, culturais e econômicas. Por isso todo poema é uma obra inacabada. Quem lê trata de revisar e refazer as ideias. Por extensão, a obra literária é uma coprodução. Poeta, romancista, ator, pintor e uma das pessoas mais cultas que habita a terra de Augusto dos Anjos, W. J. Solha passa

anos burilando seus poemas longos e depois seleciona cuidadosamente os primeiros leitores de sua invenção. Dessa lista fazem parte pessoas que tenham possibilidades, mesmo que mínimas, de fazer uma abordagem teórica e apreciar o poema. O Correio é o principal aliado de Solha nesta operação. Eu acho que Solha pretende com isso obter o feedback, estudar a reação dos seus leitores selecionados, já que são quase todos elementos influentes nas tais mídias sociais, esses espaços de comunicação moderna. Eu sou um dos afortunados que estão no cadastro de Solha. Recebi e estou acabando de ler as 84 páginas do “1/6 de laranjas mecânicas: bananas de dinamite”. A princípio, diria que o poema de W. J. Solha é uma espécie de cebola mágica: você vai descascando camada por camada, com ideias encadeadas tipo “As mil e uma noites”.

Cada coisa
simples ou complexa,
a nos levar,
o tempo todo,
a outra,
conexa,
feito a maçã
que
à mitológica Eva leva a... gravidez;
a Newton, a gravidade.

Grande Seca de 1877: a maior tragédia brasileira

Mais de 500 mil pessoas morreram de fome, sede e doenças; número representa 5% da população no período

Ricardo Westin
Agência Senado

Em 1877, quando chegou o dia 19 de março e nenhuma gota de água caiu do céu, os sertanejos anteviram a desgraça. Esse é o Dia de São José, padroeiro do Ceará e das chuvas. Até hoje, quando não chove nessa data, eles já sabem que terão pela frente um ano inteiro de seca.

Naquele dia, porém, os sertanejos do Império não podiam imaginar que a estiagem que apenas começava seria tão violenta e prolongada e provocaria, em termos relativos, a maior catástrofe da história do Brasil.

A chamada Grande Seca se arrastou por três anos e provocou 500 mil mortes em oito províncias, tanto por sede e fome, quanto por doenças. O número representa 5% da população do Império que, na época, rondava os 10 milhões de habitantes.

Nenhuma outra calamidade matou uma parcela tão grande da população do país. Como comparação, a atual pandemia de covid-19 tirou a vida de 0,3% da população até o momento. Dos 213 milhões de brasileiros, 600 mil morreram em razão do coronavírus. Proporcionalmente, a Grande Seca foi 17 vezes mais mortífera que a pandemia.

Ao longo dos três anos, sucessivas leis aprovadas pelo Parlamento e decretos baixados pelo governo destinaram verbas do Orçamento imperial às províncias sem chuva. O dinheiro foi aplicado principalmente em comida - toneladas de farinha, arroz, feijão, milho, carne seca e bacalhau. Navios procedentes do Rio de Janeiro aportavam em cidades, como Recife e Fortaleza, carregados de víveres.

Esse auxílio emergencial estava previsto em lei. A Constituição de 1824 determinava que, sempre que a população se encontrasse em situação de calamidade, o Império deveria prover os “socorros públicos” necessários.

Os jornais publicaram retratos chocantes de crianças sertanejas esqueléticas. Comovida pelas notícias vindas do Norte, a população do Sul organizou ações beneficentes, como leilões, concertos e até banquetes.

“Na cidade do Rio de Janeiro e em todas as províncias se têm formado comissões que procuram meios mais ou menos engenhosos a fim de obter esmolas e donativos para os desgraçados”, afirmou Figueira de Melo.

“A Augusta Regente [Princesa Isabel], atual chefe do Estado, tem se mostrado pessoalmente incansável em acudir às vítimas. Abstraindo dos recursos de que pode o governo lançar mão, ela não se dedigna de pôr-se à testa do movimento caritativo, de por si mesma promover concertos e leilões de objetos de que possam prover socorros, certa, como está, de que a caridade brasileira jamais é invocada em vão”, acrescentou o Visconde de Jaguaribe.

Nenhuma outra calamidade matou parcela tão grande da população brasileira. Proporcionalmente, a Grande Seca foi 17 vezes mais mortífera que a pandemia do coronavírus



Foto: Reprodução

OS INDESEJADOS

■ O êxodo era a única alternativa dos sertanejos, que viajavam a pé até as grandes cidades em busca de trabalho. Os que conseguiam chegar eram vistos como uma inconveniência aos olhos da elite



Retirantes em campos de concentração

O Sertão se transformou num grande vazio demográfico, não só por causa das mortes, mas também pelo êxodo. Nas roças, não se pôde mais criar gado ou plantar. Nos povoados, devido à escassez, o preço dos alimentos disparou. Milhares de pessoas então migraram para as cidades do Litoral, como Recife e Fortaleza.

Em busca da sobrevivência, muitos retirantes - termo que já se usava na época - viajaram a cavalo ou em carroça. Os mais miseráveis tiveram que ir a pé. Alguns, contudo, acabaram morrendo pelo caminho. Os cronistas relatam que, pelas estradas do Sertão, tornaram-se comuns pequenas cruzeiras de madeira fincadas na terra árida.

Outro fator contribuiu para a migração em massa. Boa parte dos socorros públicos enviados pelo Sul não conseguia chegar ao destino. Como a água e a pastagem haviam desaparecido, os animais que puxavam as carroças nas quais iriam os alimentos para os flagelados não tinham como adentrar o Sertão.

Os socorros públicos acabaram se acumulando nas cidades do Litoral. Também por essa razão, os sertanejos se viram forçados a se dirigir para a costa.

Fortaleza, que tinha 25 mil habitantes, de repente se viu com 140 mil. As classes altas das províncias do Norte não gostaram de ver suas capitais abarrotadas de retirantes, parte deles convertida em pedintes. Estatísticas de segurança apontaram aumento de roubos e furtos.

Planos da elite

Atendendo aos desejos da elite, os governantes adotaram dois planos. O primeiro foi criar colônias fora das cidades e nelas enclausurar - à força, quando necessário - parte dessa multidão. O ministro e senador Afonso Celso leu no Senado trechos de uma carta escrita pelo presidente de Pernambuco a respeito da Colônia Socorro, que fora instalada a mais de 100 quilômetros do Recife e contava com capela, orfanato e escola:

“A experiência tem assaz demonstrado os inconvenientes das grandes aglomerações de retirantes famintos e ociosos nos pontos do Litoral. Muito mais proveitoso será colocá-los em estabelecimentos como a Colônia Socorro, onde, aplicados a trabalhos agrícolas, deixarão de ser estereis consumidores”.

Na realidade, a situação das colônias de flagelados nada tinha de pacífica. O senador Diogo Velho (RN) relatou que os quase 7 mil retirantes da Colônia Sinimbu, localizada nos arrabaldes de Natal, eram tratados sem ne-

nhuma humanidade. No Senado, ele leu um relatório do vice-presidente da província do Rio Grande do Norte:

“Os gêneros, que em tão larga profusão eram remetidos ao diretor da colônia, se distribuíam com intervalo de 10, 12 e até 20 dias, em diminutas quantidades, dando isso lugar a que morresse um grande número de pessoas inanidas de fome. O chicote era muita vez o pão que eles recebiam quando diziam ‘temos fome’. E aí daquele que ousava levantar a voz e queixar-se de seus sofrimentos! Durante a estação invernososa dos meses de junho a agosto, desenvolveram-se entre os habitantes da colônia diversas moléstias originadas já pelas intempéries a que se achavam expostos em suas misérrimas choupanas, já pelo miasma que exalava do alagadiço vizinho”.

Das moléstias que se espalharam durante a Grande Seca, a que mais mortes provocou entre os sertanejos aglomerados nas colônias foi a varíola, apesar de na época já existir vacina contra ela.

Mais tarde, nas primeiras secas do século 20, as colônias de retirantes passaram a ser chamadas de campos de concentração.

O segundo plano dos governantes para “limpar” aquelas capitais foi embarcar os sertanejos, de graça, em navios para bem longe. Alguns foram mandados para o Rio de Janeiro e São Paulo, com destino às plantações de café. Outros foram despachados para a Amazônia, em direção aos seringais. Os retirantes quase nunca eram bem-vindos.

Foto: Reprodução



Jornais publicavam imagens chocantes de crianças esqueléticas, quase deformadas pela falta de comida

Berço do preconceito

A historiadora Maria Verônica Secreto, professora da Universidade Federal Fluminense (UFF) e autora de um estudo sobre a Grande Seca, explica que esse “fenômeno climático que virou crise social”, apesar de ser pouco conhecido no país hoje, produziu impactos nacionais tão profundos que podem ser sentidos até agora, passados mais de 140 anos. “Muito da imagem estigmatizada e preconceituosa que o Brasil tem hoje do Nordeste, daquela região miserável, atrasada e estéril, vem daqueles três anos da Grande Seca. Os nordestinos passaram a ser vistos como incapazes de se sustentar sozinhos e dependentes da caridade ou da assistência pública. Além disso, a Grande Seca marcou o início da chamada indústria da seca. O poder público organiza a ajuda, mas, diante da existência de tantos intermediários em busca de lucro, o socorro vai se desidratando pelo caminho até finalmente chegar ao cidadão. Isso ocorre não só nas ações ligadas à seca, mas nas mais diversas políticas públicas. Veja, por exemplo, quantos atravessadores têm surgido no caso das vacinas contra a covid-19”.

A historiadora entende que, apesar de todos os problemas denunciados pelos senadores do Império, a responsabilidade do governo monárquico na Grande Seca não pode ser comparada com a do governo republicano hoje na pandemia.

“Não podemos cobrar do Império o mesmo que devemos cobrar da República. São dois momentos históricos muito distintos. Em primeiro lugar, porque na época de D. Pedro II não existia o conceito moderno de política pública. As ações do Estado que beneficiavam os cidadãos eram vistas como caridade. Agora, as entendemos como direito, inclusive, os programas de renda mínima. Em segundo lugar, porque o Império tinha muito menos poder econômico que a República. Não existiam tantos impostos quanto agora. A arrecadação não era tão forte. Diante de calamidades, portanto, a República não poderia cometer erros semelhantes aos que foram cometidos pelo Império”.

Em 1880, quando chegou o Dia de São José e caiu água do céu, os sertanejos respiraram aliviados. O governo imperial também. A Grande Seca finalmente ficava para trás.



1 A tradicional Feijoada do Abelardo será realizada no dia 12 de dezembro no Lovina Beach, espaço localizado à beira-mar da praia Ponta de Campina, em Cabedelo, e que será inaugurado dia 10 do próximo mês. A coluna registra o casal Joaquim e Edna Martins na edição de 2019.

2 Paulo Barreto, Oswaldo Pessoa Jurema, Adonias Fernandes, Auxiliadora Cardoso, Conceição Serra, João Gonçalves, Rogeraldo Campina, Sérgio da Sac, Fernanda Melo, Gil Figueiredo, Rosicler Rabelo e Miguel dos Santos são os aniversariantes da semana.

3 Nos meios culturais da capital, mesmo em tempo de pandemia, têm sido bastante prestigiados os encontros que voltaram a acontecer, mensalmente, no CEJUS – Centro de Estudos Jurídicos e Sociais. O titular do órgão, o juiz federal aposentado, José Fernandes de Andrade (na foto com o juiz Marcos Cavalcanti), sempre tem proporcionado, uma vez a cada mês, esses valiosos encontros. A instituição é privada e mantém um rico acervo bibliográfico, além de amplas salas destinadas a eventuais cursos que venham a beneficiar um público interessado em aumentar os seus conhecimentos.

4 No próximo dia 4 de novembro, o Governo do Estado, por meio do governador João Azevêdo, inaugura o Museu Cidade de João Pessoa, em solenidade que acontecerá partir das 10h. O espaço, localizado na Praça da Independência, vai abrigar parte da história da capital paraibana com exposição de objetos e rico acervo bibliográfico constante de obras literárias vinculadas à Paraíba.

5 A 26ª edição da Multifeira Brasil Mostra Brasil está confirmada para acontecer de 19 a 28 de novembro, no Centro de Convenções de João Pessoa. Seguindo as determinações dos decretos estadual e municipal, a BMB vai comportar 50% da capacidade do pavilhão de eventos. De acordo com o diretor-geral da BMB, Wilson Martinez, o percentual representa a presença de oito mil pessoas, ao mesmo tempo, no pavilhão. “Como temos um evento de público rotativo, estamos tranquilos que vamos atender a essa determinação”, falou ele.

6 Na última edição do Pôr do Sol Literário, evento cultural liderado por Juca Pontes e Helder Moura, o professor Sales Gaudêncio e o artista plástico Wilson Figueiredo receberam o Troféu Solito. Na mesma ocasião, a professora Ana Flávia Pereira Fonseca lançou projeto biográfico sobre seu pai, o professor Afonso Pereira.

7 Na próxima edição do Festival da Cerveja de João Pessoa, evento realizado pelo produtor de eventos Antonino Pinguim, no Centro Turístico do Sesc, no dia 12 de novembro, serão homenageados Anchieta Maia, Paulo Sérgio Carvalho, Zezita Matos (foto) e Sérgio Sombra, dentre outros.

8 O presidente da Câmara Municipal de João Pessoa, Dinho Dowsley, foi eleito, na sexta-feira (22), presidente do Conselho Nacional do Poder Legislativo Municipal das Capitais (Conalec). A escolha, que aconteceu durante a primeira reunião da entidade, elegeu, também, o vice-presidente Carlos Augusto Borges, presidente da Câmara de Campo Grande – MS.

9 A governadora do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra se reuniu com a presidente executiva da TAP Air Portugal, Christine Ourmières-Widene, durante evento em São Paulo. A pauta, é claro, foi o esperado retorno do voo Lisboa/Natal marcado para o próximo dia 3 de novembro.

10 Quem aniversariou na semana passada foi o secretário de Estado da Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente, Deusdete Queiroga Filho (foto).



Mel impulsiona renda do pequeno produtor na PB

Produto é responsável pela movimentação anual de mais de R\$ 4 milhões no Estado

Carol Cassoli
Especial para A União

Responsável pela movimentação anual de mais de R\$ 4 milhões em toda a Paraíba, a produção de mel do Estado funciona como estratégia para a geração ou complemento de renda de diversas famílias paraibanas. Além de contribuir para a economia local, a criação de abelhas também atua na preservação das mais de trezentas espécies existentes no Brasil e, nos últimos anos, vem se destacando através do desenvolvimento da criação de abelhas sem ferrão (ASF), cujo litro de mel pode chegar a até R\$ 280.

De acordo com os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a Paraíba conta com, aproximadamente, 960 estabelecimentos agropecuários voltados ao desenvolvimento apicultural (relaciona-

Polinização

Abelhas têm um papel fundamental na preservação da vegetação nativa, bem como nos cultivos agrícolas

do à criação de *Apis mellifera*, as conhecidas abelhas com ferrão). Destes, mais de quinhentos fazem da venda do alimento uma fonte de renda, complementando-a com o comércio de subprodutos das colmeias, como cera, geleia real, própolis e pólen.

Ao mapear o potencial socioeconômico da criação de *Apis mel-*

lífera e ASF no Estado, a professora do curso de Tecnologia em Agroecologia do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), Maria Cândida Mariz chegou à conclusão de que a importância da criação de abelhas não se deve apenas ao produto mais popular destes insetos, o mel. Segundo a agrônoma, a ênfase da criação de abelhas no Estado também pode ser dada aos serviços de polinização que estes animais realizam tanto na vegetação nativa quanto nos cultivos agrícolas. “Um bom exemplo é a cultura do morango, fruto polinizado por várias espécies de abelhas, incluindo as que não possuem ferrão”, conta.

Foi justamente através da plantação de morangos que, em meados de 2016, Marcos Lima deixou de ser técnico eletrônico e se tornou um meliponicultor ou, simplesmente, criador de abelhas sem ferrão. “Estava passando por um processo depressivo, ganhei um ‘pezinho’

de morangos e queria aumentar a produção dele da maneira mais natural possível. Foi aí que, pesquisando, descobri as abelhas sem ferrão”, explica Marcos que, atualmente, já cria 10 espécies de ASF.

O meliponicultor afirma que as colmeias são ecossistemas autossuficientes e, por isso, o mel é uma consequência das condições que cada criador oferece para que, em suas palavras, “o ouro líquido” seja fabricado pelas pequenas operárias. Parte de uma comunidade que vem crescendo e se espalhando pela Paraíba, a criação de Marcos compõe, hoje, uma população de mais de meio milhão de abelhas; todas alojadas no Meliponário Parahyba, um dos vários criatórios de João Pessoa.

Cada colmeia da *Apis mellifera* é capaz de produzir, em média, 17 quilos de mel por ano

Orientação técnica beneficia apicultores

No interior do Estado, tanto a apicultura como a meliponicultura têm ganhado espaço entre aqueles que trabalham com pecuária. Segundo o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural na Paraíba (Senar-PB), o aumento do interesse pela criação destes pequenos insetos está relacionado às chances de sobrevivência das colônias, que são menos suscetíveis à seca do que o cultivo agrícola, por exemplo.

Para auxiliar na capacitação dos produtores localizados nas cidades de Sousa e Catolé do Rocha, o Senar-PB oferece o projeto Agronordeste Assistência Técnica e Gerencial, por meio do qual sessenta apicultores aprendem não apenas a potencializar sua renda, mas também a interpretar sua produção como fruto de uma empresa rural, que demanda por investimentos e, naturalmente,

terá seus custos e lucros.

O assistente técnico de campo, Wendel Oliveira Maciel, acompanha parte dos produtores assistidos pelo programa do Senar-PB e, mensalmente, presta atendimento aos apicultores de Catolé do Rocha, no Sertão paraibano.

Durante sua atuação com os apicultores catoleenses, Wendel busca compartilhar técnicas para o aumento da produtividade de mel na cidade, que segundo a Pesquisa da Pecuária Municipal 2020 (PPM), divulgada pelo IBGE, é a maior produtora de mel do Estado, sendo encarregada pela manufatura de cinquenta toneladas anuais do alimento.

“Buscamos transmitir aos apicultores a importância de gerenciar sua atividade por meio de anotações. E, ao longo do tempo, revisamos todos os detalhes junto com cada produtor para verificar o

desempenho do negócio”, explica o técnico. Segundo Wendel, cada colmeia de *Apis mellifera* da cidade é capaz de produzir, em média, 17 quilos de mel por ano, chegando a quantidades superiores com a florada do Juazeiro.

“Com a assistência técnica e gerencial e com o empenho do produtor estamos tentando alcançar uma produtividade anual de, aproximadamente, 40 quilos por colmeia”, Wendel afirma que a região demonstra grande potencial e capacidade para alcançar a produtividade estimada.



Foto: Pixabay

Continua na página 18

O quanto desejamos (e fazemos) para o desenvolvimento sustentável

Objetivando esclarecer o que podemos entender por desenvolvimento, somos da opinião de que ele só acontece quando se consegue melhorar a vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão amanhã (desenvolvimento sustentável).

Focando na direção da sustentabilidade, temos em nosso país o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que se alia a uma campanha da Organização das Nações Unidas - ONU, para promover mudanças positivas no mundo do futuro, visando alcançar 17 ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável), sistematizados em um documento denominado Agenda 2030, em fase de implantação em todos os Estados-membros da Organização, conectando instituições com capacidade de regenerar o planeta e as economias.

O alcance pretendido com a implantação desta Agenda 2030, entre outras coisas,

poderá remover implicações na forma como as pessoas vivem, se alimentam, se locomovem, produzem e têm os seus direitos respeitados. Assim, poderemos trabalhar de forma que o desenvolvimento se consolide e garanta o acesso das próximas gerações aos recursos naturais.

Imaginemos as pessoas vivendo de forma mais saudável, morando dignamente, se locomovendo com menos transtornos, numa ambiência de cidades inteligentes, formando territórios desenvolvidos. Estes são os desafios postos, para que o mundo evolua em todas as dimensões, tendo como prioridade o bem estar dos seus habitantes.

Esta missão não compete apenas aos órgãos públicos, aos segmentos produtivos privados, ou a sociedade representada por suas células organizadas. É preciso ampliarmos a consciência de que todos nós temos como contribuir, desde aquelas pessoas que conseguem formular grandes propostas com riqueza de conhecimento científico, até as que evitam lançar em locais inadequados

pequenos objetivos que agredem a natureza.

Que os detentores do capital aplicado em investimentos produtivos, não se deixem dominar pela ganância de que tudo vale para se obter mais lucro, mesmo quando tenham que fazer agressões ambientais para alcançarem seus propósitos. Infelizmente ainda encontramos, com frequência, este tipo de comportamento.

Muitas vezes depositamos esperança nos legisladores, que por missão, devem se preocupar em formular leis que regulem o sistema produtivo, coibindo práticas que são nocivas à população de hoje e às gerações futuras. Por falta desta clareza e amparo legal, existem os abusos extremos dos que agredem e dos que combatem. Ainda há muito o que se fazer neste sentido.

Neste rateio de responsabilidades, o peso maior recai sobre os governos e nações, que muitas vezes ao formularem suas políticas públicas e ambientais, colocam o poderio e o domínio econômico acima dos interesses das populações, mesmo as que vivem em

territórios considerados desenvolvidos.

Neste final de semana ocorrerá na Itália o encontro do G20, que reúne 19 países e a União Europeia. Os integrantes são responsáveis por cerca de 80% da produção econômica global e por 75% do comércio e exportações. Com certeza, na pauta as questões ambientais *versus* interesses econômicos, alimentarão calorosos debates que resultarão em decisões com efeitos tão mais benéficos quanto maior for a evolução da consciência em favor da preservação ambiental, por parte dos que lá, por nós, decidem.

Enquanto isto, não precisamos ser integrantes desta cúpula para fazermos a nossa parte. Um projeto de vida sustentável começa pelos indivíduos e se amplia por todo o tecido social, na proporção da consciência adquirida. Com muita sabedoria, o ex-presidente Barack Obama disse certa vez: “Nós somos a primeira geração a entender completamente as mudanças climáticas e a última que ainda pode dar um jeito nelas”.

Pesquisa mostra que criação de abelhas deve crescer no Estado

Atividades de apicultura e meliponicultura vêm se desenvolvendo nos últimos anos e atraindo novos produtores

Carol Cassoli
Especial para A União

Há cerca de dois anos, a professora Maria Cândida Mariz realizou uma pesquisa que retratou os padrões da criação de abelhas no Estado. Como resultado do levantamento, a agrônoma percebeu que grande parte dos criadores têm faixa etária entre 30 e 50 anos. Por isso, a professora arrisca dizer que, embora a criação de abelhas seja uma atividade majoritariamente masculina, este perfil pode mudar em breve, se tornando uma atividade hereditária.

“Os filhos dessas pessoas terão

Manejo

Apicultores paraibanos vêm recebendo orientações para investirem na qualidade do mel produzido no Estado

a oportunidade de conhecer esses insetos e vê-los de forma diferenciada. Ao contrário das gerações do fim do século passado, quando os filhos se envergonhavam das atividades desenvolvidas por seus genitores”, destaca a professora. Meliponicultora, a agrônoma vê nas abelhas a chave para o desenvolvimento representativo da economia local que, em nível estadual, pode se transformar através do delicado universo das abelhas. “Especula-se que um terço da alimentação humana dependa, direta ou indiretamente, da polinização

realizada pelas abelhas”, diz a professora ao explicar que entre 40% e 90% das árvores são polinizadas por estes insetos.

Para o assistente técnico de campo do Senar-PB, Wendel Oliveira, o foco do trabalho é quebrar o paradigma de muitos apicultores que, por terem aprendido com a prática, acreditam que cuidar de abelhas se resume à quantidade de insetos existente em cada criatório. “São manejos que necessitam de reajustes para sair da apicultura convencional. Não se pode esquecer a qualidade em relação à produtividade do mel”, reforça o técnico. Wendel explica que é necessário observar esta atividade como qualquer outra e afirma que a apicultura paraibana pode render muito mais que outras atividades de origem animal.

“O apicultor deve explorar outras atividades apícolas, não ficar preso apenas à produção de mel. A abelha é um ser extraordinário para discutirmos apenas com o mel”, enfatiza. Com a experiência de técnico de campo, ele relata que ao longo das visitas que faz em Catolé do Rocha descobriu a presença do própolis verde de Jurema Preta, uma substância cujo quilo custa, em média, R\$ 650.

“Persisto sempre na necessidade de que o apicultor saia do amadorismo e entre na zona profissional”, destaca Wendel. O técnico de campo salienta que atitudes simples podem fortalecer a empresa rural dos produtores. Condutas como a troca de favos velhos por cera alveolada e o fornecimento de alimentação artificial no período da entressafra (escassez de florada) são fundamentais para que as abelhas campeiras cheguem saudáveis à florada principal e possam coletar néctar para produzir mel.



Meliponicultor Marcos Lima destaca que a produção de mel ajuda a desenvolver parcerias, especialmente por conta da versatilidade do produto



+ Trabalho integrado gera renda colaborativa

Devido à delicadeza das colmeias, o produtor Marcos Lima faz a extração dos meles de cada uma de suas colônias manualmente, através de seringas. Hoje, cinco anos após começar sua criação, o meliponicultor relata que, mesmo coletando o alimento desta forma, já conta com o auxílio de equipamentos que facilitam o processo de envase do líquido.

Marcos explica que a criação de abelhas oportuniza, em toda a Paraíba, a geração de renda colaborativa. “As abelhas trabalham em grupos e a gente acaba se inspirando. Atualmente conto com parcerias no interior do Estado e, juntos, formamos um ecossistema comunitário”.

O criador de abelhas enfatiza que a produção de mel envolve muito mais pessoas do que apenas os apicultores e meliponicultores. Isto porque existem pessoas relacionadas aos subprodutos do mel, das colônias e também dedicadas à fabricação de outros produtos, como sabonetes e cremes terapêuticos, por exemplo. “É um universo muito vasto, com muitos desdobramentos e que contribui para a renda de muito mais gente do que podemos imaginar”, afirma. De fato, a produção de mel vai além da distribuição do alimento em vidros de 170 mililitros (no caso de abelhas sem ferrão) ou em garrafas de 350 mililitros, para o mel de Apis mellifera.

Com a criação de uma das menores abelhas do país, por exemplo, a Jatí, o rendimento

da colônia é muito inferior à eficiência de uma colmeia de Apis mellifera. Enquanto um enxame de abelhas com ferrão fornece, anualmente, 80 litros de mel para Marcos, as colmeias de Jatí (também conhecidas como abelha mosquito) rendem apenas 10 litros. “Algumas pessoas consideram os meles de abelhas sem ferrão mais caros, mas é preciso avaliar toda a circunstância de manejo desses meles. Não dá para uma abelha dessas render como as outras”, analisa Marcos Lima.

Por serem espécies de abelhas com colônias pouco populosas a produção de mel é considerada pequena, o que valoriza o produto. Por isso, alguns meles chegam a valores médios de R\$ 200 por litro, como é o caso do mel da abelha Jandaíra (típica da caatinga) ou da Uruçu (encontrada naturalmente no Brejo paraibano).

“Normalmente o criador fraciona o mel a fim de facilitar a comercialização, que ocorre em feiras agroecológicas ou até mesmo em grupos de criadores no WhatsApp”, explica a professora de Tecnologia em Agroecologia, Maria Cândida Mariz. E é pelo caráter de especialidade deste alimento que Marcos viu a procura do mel, principalmente de ASF, crescer por parte dos restaurantes de João Pessoa. “A gastronomia está apostando muito no desenvolvimento culinário do mel. Isso vai desde seu uso para temperos quanto para a elaboração de drinks com a espuma de mel batido”.

///As abelhas trabalham em grupos e a gente acaba se inspirando. Atualmente, conto com parcerias no interior do estado e, juntos, formamos um ecossistema comunitário///



Características do mel mudam de acordo com o tipo de abelha

A professora de Tecnologia em Agroecologia, Maria Cândida Mariz, aponta que existem diferenças entre os meles das diversas espécies de ASF e entre o mel de Apis mellifera. A agrônoma explica que o alimento produzido por abelhas sem ferrão é, em geral, mais ácido, menos denso e, consequentemente, menos doce que o mel conhecido pela maioria da população. “É possível identificar diferenças no sabor e no aroma entre os meles de diferentes espécies de

abelhas sem ferrão”, complementa. Com a experiência adquirida nos últimos anos, o meliponicultor Marcos Lima também aprendeu a diferenciar não apenas os meles de abelhas com e sem ferrão, mas também os alimentos falsos ou adulterados. Segundo ele, existem várias formas para uma pessoa descobrir se está comprando “gato por lebre” e a mais comum delas é observar a mudança de estado do mel em diferentes temperaturas. “Mel puro cristali-

za. Se for misturado, nada acontece”. Outra receita para entender se o produto é de qualidade é misturar uma colher de mel, uma colher de água e cinco gotas de iodo, pois, de acordo com Marcos, a coloração de um mel falso muda ao ser submetida às condições desta mistura. “Se escurecer, desconfie”, recomenda o meliponicultor que já acumula quase quatro mil clientes fixos e cerca de dez mil seguidores nas redes sociais onde divulga seu trabalho.

Propriedades do mel (Univ. de Oxford/2020)

*Atua como antibactericida e anti-inflamatório
*Possui alto potencial energético
*Estimula a produção de serotonina, o neurotransmissor da felicidade
*Por conter cálcio e ferro, o mel colabora para a saúde dos ossos
*Fortalece o sistema imunológico
*Contribui para a formação de colágeno



Eventos promovem diálogo entre ciência e comunidades

Encontros semanais do “Baile de Ciência nas Favelas” reúne especialistas e líderes comunitários de JP e CG

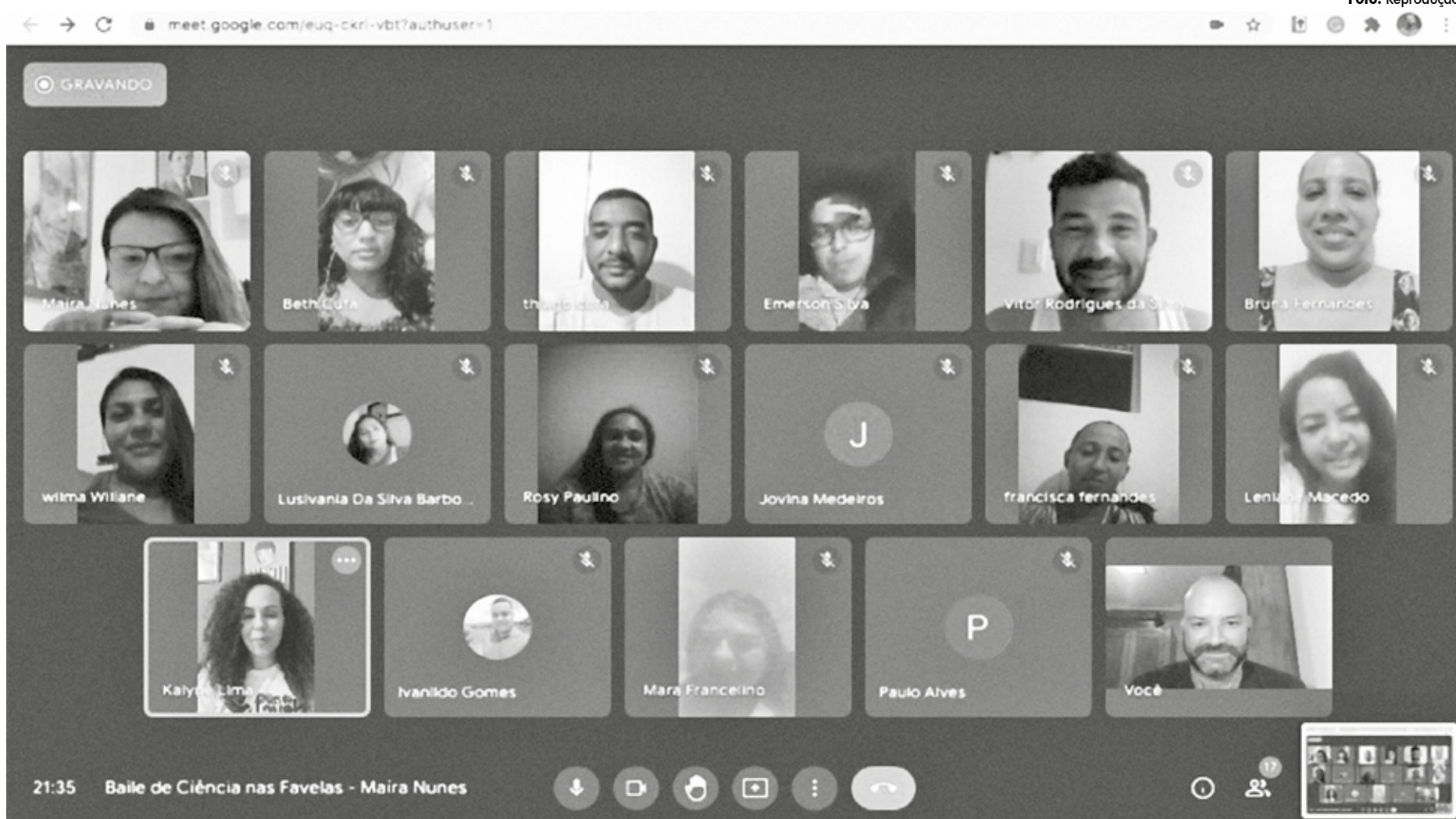
Renato Félix
Assessoria da SEC&T

“Num baile todo mundo dança com tudo mundo”. É assim que Diogo Lopes de Oliveira resume a experiência que está em curso, sendo desenvolvida em parceria da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da qual ele é secretário regional na Paraíba, com a Central Única das Favelas (Cufa): o Baile de Ciência nas Favelas. São videoconferências semanais com cientistas convidados e líderes de comunidades das regiões de João Pessoa e Campina Grande, numa ação de aproximação da ciência com a população.

“A ideia é que fosse uma conversa horizontal. A ideia é que todo mundo aprenda”, conta o secretário, que propôs a ideia a Kalyne Lima, vice-presidente nacional da Cufa, e que coordena com ele o projeto. “Eu aprendo toda semana, porque sempre vem um especialista diferente, de uma área diferente. E os especialistas aprendem muito com esse líderes comunitários”, diz ele.

O evento começou a ser realizado em julho, e atualmente vem acontecendo nas noites de quinta-feira, às 20h. A princípio, ainda dirigido apenas aos líderes comunitários, pela plataforma Google Meet – pelo menos 20 participam toda semana. Mas as conferências ficam gravadas e os links são repassados a Kalyne, que pode semear o debate e o conhecimento transmitido entre os líderes, e estes com suas comunidades.

“O projeto surgiu da necessidade de formação dos



Projeto da SBPC, em parceria com a Central Única das Favelas, realiza todas as quintas-feiras à noite encontros por videoconferência que abordam temas como arte, religião, política e cidadania

nossos líderes e da intenção de Diogo de contribuir com esse processo durante a pandemia”, afirmou Kalyne Lima ao “Jornal da Ciência”, publicação da SBPC. A Cufa existe desde 1999, quando foi originalmente fundada na Cidade de Deus, no Rio de Janeiro. Hoje a organização não-governamental está presente em 500 cidades do Brasil e estende-se por 17 países. Na Paraíba, ela atua em cinco municípios das regiões metropolitanas de João Pessoa e Campina Grande.

Do primeiro encontro para cá, o Baile de Ciência na Favela já tratou da luta

“O objetivo é estimular o pensamento crítico das pessoas. Acho que isso está relacionado com o exercício pleno da cidadania, o fortalecimento da democracia”

Diogo Oliveira
Secretário da SBPC na Paraíba



contra a desinformação nos tempos atuais, das relações entre religião e Estado, entre arte e ciência, direito à moradia, capacitismo, ra-

cismo estrutural, o legado de Paulo Freire. Aliás, o formato do evento tem tudo a ver com esse legado do educador, um dos pesqui-

sadores brasileiros mais estudados do mundo.

“A maioria dos assuntos são escolhidos pelos líderes comunitários”, afirma Diogo Oliveira. “E tem uma coisa que precisa ser enaltecida: o interesse da galera por conhecimento. A galera rala o dia inteiro, chega em casa, come alguma coisa e das 8 às 10 da noite fica no debate”.

A ideia já vem reverberando além das divisas da Paraíba. “Estou experimentando o interesse de outras secretarias da SBPC, de outros estados, interessados em replicar a ideia”, revela Diogo. “A gente ainda

está desbravando, tentando entender a repercussão que os bailes podem ter. Ver esse alcance. A gente ainda não parou para reavaliar o projeto”.

Para o secretário regional da SBPC, o projeto é deses em que todo mundo sai ganhando. “O especialista ganha, divulga seu objeto de pesquisa, e os líderes têm informação pra debater dentro de suas comunidades”, avalia. “O objetivo é estimular o pensamento crítico das pessoas. Acho que isso está relacionado com o exercício pleno da cidadania, o fortalecimento da democracia”.

Pensamento científico também é política

A comunicação faz parte da formação de Diogo Oliveira, jornalista formado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com mestrado e doutorado em comunicação pública em Barcelona. Antes de voltar ao Brasil, ele foi professor visitante na Cornell University, nos Estados Unidos. Como jornalista científico, ele se dedica à divulgação da ciência – uma ocupação cada vez mais relevante em tempos onde a ciência é negada e atacada pelo Governo Federal, num momento crítico como o de uma pandemia.

Atualmente, ele é professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e também dá aulas na pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa. Na UFCG, ele edita a revista “Lynaldo”, de divulgação científica, cujo título é uma homenagem ao professor Lynaldo Cavalcanti, reitor da UFPB entre 1976 e 1978.

A experiência de vi-

ver com a família na cidade de Ithaca, no estado de Nova York, onde fica a respeitada universidade formada em 1865 e influente naquela comunidade, foi marcante – e não só porque sua filha de um ano e meio nasceu em terras estadunidenses. “A gente viu a potência que tem uma universidade. Mesmo no auge da pandemia, os índices de contágio e mortes ali eram dos mais baixos”, conta.

A volta ao Brasil, no entanto, com essa firme oposição aos estudos científicos – como a defesa de remédios ineficazes e desconfianças infundadas a respeito das va-

cinas (que têm sido responsáveis por desabar o índice de casos e mortes no país) – o chocou. “A gente voltou assustado com a falta de percepção”, afirma.

No entanto, um ponto positivo foi ver *in loco* que a cultura da vacina firmada no Brasil por décadas de campanhas fez diferença nessa hora – ao contrário dos EUA, onde a resistência às vacinas tem feito estragos. “É interessante ver a cultura de vacina no Brasil”, opina. “O SUS, o Zé Gotinha, as campanhas históricas que a gente sempre teve. Isso tem que ser valorizado: Carlos Chagas,

Oswaldo Cruz, que fizeram com que a gente vencesse epidemias, tenha erradicado doenças”.

Ser cientista no Brasil, hoje, é sobretudo se posicionar politicamente em defesa da área e da inteligência como norteadora de posturas. “Me perguntaram como é ser cientista e me posicionar politicamente”, comenta ele. “Eu disse que tenho uma filha de 1 ano e por causa dela eu tenho medos que não tinha de um ano pra cá. Por causa dela, não posso me omitir. Tenho que contribuir de alguma forma pra mudar esse cenário – que começa com os movimentos antivacina, mas isso tá relacionado à falta de pensamento crítico e a tentativas de corroer a democracia”.



Foto: Divulgação

Cartazes dos últimos encontros realizados pelo Baile de Ciência nas Favelas; projeto organizado por Diogo Oliveira busca a divulgação científica e o combate ao pensamento negacionista

Enxergando o mundo pelas lentes da ciência

O cenário de fake news contra a ciência tornou a divulgação científica, a comunicação com a população, mais importante que nunca – daí a importância de ações como os Bailes de Ciência nas Favelas.

“Essa é a primeira pandemia que a humanidade atravessa com a força das redes sociais. Então, o grande barato do Baile é mostrar como enxergar o mundo pelas lentes da ciência. É fazer com que as pessoas entendam como funciona a ciência. Que a

ciência não é um produto pronto, acabado, é uma construção”, afirma Oliveira. “A gente tem controvérsias, fraudes, mas, dito isso, não tenho nenhuma dúvida de que a ciência é a melhor forma que a humanidade desenvolveu pra entender a si mesma e ao seu entorno”.

O último encontro, sobre Paulo Freire, estava intimamente ligado ao combate a essas desinformações. “Paulo Freire sofre uma perseguição pelo papel engajador, formador e inclusivo”, afirma. “Que perdura para além da importância dele como pesquisador reconhecido internacionalmente”.

“Essa é a primeira pandemia que a humanidade atravessa com a força das redes sociais. Então, o grande barato do Baile é mostrar como enxergar o mundo pelas lentes da ciência”

Oportunidade de Emprego

A TESS INDÚSTRIA, seleciona pessoas com deficiência (PCD) os interessados deverão deixar currículo na portaria da empresa na Av. João Wallig, 1187 Catolé. Campina Grande.

COP26, uma chance para salvar o planeta

Greenpeace Brasil explica a importância da Cúpula, que começa hoje em Glasgow, na Escócia

A partir de hoje, o Reino Unido receberá os líderes mundiais em Glasgow para a 26ª Cúpula Climática da ONU – também conhecida como COP26.

A conferência acontece poucos meses após o lançamento do último relatório do IPCC, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, que afirmou ser inequívoca a influên-

cia humana no superaquecimento do planeta.

Entre 2011 e 2020, a média da temperatura global atingiu 1.09°C acima dos níveis pré-industriais. “Estamos vivendo a última janela de oportunidades para a tomada de ação em direção a uma mudança urgente e necessária para conter as mudanças

climáticas e a COP cumpre um importante papel neste cenário”, analisa o Greenpeace Brasil.

Abaixo, a ONG responde algumas perguntas para tirar todas as dúvidas sobre o maior encontro global dedicado ao enfrentamento da crise climática.

O que é a COP26 e qual sua importância?

A COP (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) acontece anualmente e é onde centenas de líderes mundiais se reúnem para negociar e acordar planos para combater as alterações do clima.

Em 2021, a 26ª edição da conferência climática acontecerá em Glasgow, na Escócia, de 31 de outubro a 12 de novembro. Esta é a reunião mais importante desde a COP21, em 2015, quando quase 200 líderes mundiais assinaram o Acordo de Paris e formalizaram seu comprometimento em frear as mudanças climáticas.

Para isso, em Paris, cada nação signatária prometeu desenvolver planos para diminuir consideravelmente as emissões de carbono e apresentar suas estratégias cinco anos mais tarde, na COP26. O encontro estava previsto para ocorrer ano passado, mas teve sua data original transferida em razão da pandemia do coronavírus. A última COP aconteceu em Madrid, em 2019.

A conferência que começa hoje é de suma importância porque estamos na última década para juntar esforços e evitarmos que os impactos do aquecimento global sejam ainda mais perversos. Estamos falando sobre desastres naturais inimagináveis, eventos extremos cada vez mais intensos e frequentes, elevação do nível do mar e perda irreparável da biodiversidade. Frente à pandemia da covid-19, a COP26 também é uma oportunidade única para que a reconstrução de uma economia global mais forte, justa e sustentável seja um objetivo comum entre todos os países.

Quem participará da COP26?

Representantes de governos, organizações não-governamentais, empresas, cientistas, grupos religiosos e delegações de povos indígenas de todo o mundo estarão presentes na COP26, que também contará com intensa cobertura midiática.

A conferência acontece ao longo de duas semanas e tradicionalmente tem início com negociações técnicas, mas, este ano, a estrutura será um pouco diferente e o evento começará com a Cúpula Mundial de Líderes nos dois primeiros dias.

Devido à desigualdade no acesso aos imunizantes contra a covid-19, muitos países não participarão de forma presencial, mas os organizadores estão trabalhando para garantir a conferência de uma maneira segura e com a colaboração de todos.

Além disso, nós, em conjunto com outras organizações, pressionamos para que não houvesse um acesso desigual à COP 26, e iremos monitorar tratamentos que não sejam equitativos entre delegações do Norte e Sul Global.

O Greenpeace defende que a COP só deve ser realizada se for acessível e segura a todos os participantes.

O que deve ser discutido na COP26?

A COP26 é o prazo final para que os países apresentem seus planos de redução de emissões de gases do efeito estufa.

Juntos, estes planos precisam colocar o mundo no caminho certo para deter o aumento da temperatura global de mais de 1,5°C até o final do século.

Apesar de serem um compromisso oficial, estes planos são muito improváveis de serem entregues e executados no atual cenário político e econômico, em que o incentivo aos combustíveis fósseis e a busca pelo lucro em detrimento do meio ambiente são predominantes.

Quais são os possíveis entraves da COP26?

As regras para os mercados de carbono também estão na agenda da COP26. Estas complexas discussões ameaçam inundar as negociações, deixando pouco espaço para acordos mais urgentes sobre financiamento climático e eliminação gradual dos combustíveis fósseis.

O Greenpeace defende, em nível internacional, que os mercados de carbono não devem se tornar uma distração em Glasgow. Eles frequentemente dão aos países e empresas um “passe livre” para continuar a poluir por meio da compensação de carbono.

Ao invés de apostarem e discutirem falsas soluções, os governos precisam se concentrar na elaboração de diretrizes firmes para que as empresas reduzam diretamente as emissões em suas atividades.

E o Brasil nisso tudo?

Nosso país enfrenta descrédito internacional devido à política ambiental colocada em prática pelo governo Bolsonaro. Com taxas recordes de desmatamento e negacionismo em alta no Palácio do Planalto, não podemos esperar nada além do vexame que vivemos recentemente com a fala do presidente na Assembleia Geral da ONU.

Bolsonaro negligencia a gravidade da crise climática e apresenta somente falsas soluções para o problema, como o citado mercado de carbono. Enquanto tenta enganar o mundo com discursos mentirosos, seu governo continua defendendo projetos que atacam os direitos dos povos indígenas, os guardiões das florestas, e da Amazônia.

O Congresso Nacional segue as diretrizes do mandatário, e é esperada a participação de diversos parlamentares que podem vir a defender falsas e fáceis soluções para o clima, como o crédito de carbono, e envio de recursos sem prerrogativas. Estamos de olho neles!

Há ainda um grande ponto de interrogação sobre a participação presencial do presidente na conferência. Em razão da pandemia, os britânicos exigem o isolamento obrigatório de no mínimo cinco dias

para representantes de países enquadrados na chamada lista vermelha do governo local, situação na qual se encontra o Brasil – segunda nação com mais vítimas fatais da covid-19.

Crítico às limitações e aos protocolos sanitários mais rígidos, o Itamaraty tem sinalizado o envio de uma pequena delegação a Glasgow.



Foto: Guilherme Dantas/Botafogo

Aldeone Abrantes,
Presidente do Sousa Esporte Clube

“O Sousa vai disputar a Copa do Nordeste de 2022”



Fotos: Divulgação/FPF

Dirigente projeta o clube ainda mais fortalecido com a vaga e um sério candidato ao título de campeão paraibano

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

O Sousa passou a ser o time sensação do Nordeste e está chamando a atenção de todos, graças à bela campanha do clube nas eliminatórias da Copa do Nordeste de 2022. O clube vem surpreendendo os adversários com um poder de investimento muito maior que o time sertanejo. Por não ter uma boa colocação no Ranking Nacional de Clubes, o time paraibano teve de enfrentar os adversários fora de casa. Logo na primeira fase encarou e venceu o ASA, em Arapiraca, por 2 a 1. Na segunda fase, o time foi a Aracaju enfrentar o Confiança, da Série B, e só não venceu, no tempo normal, porque a arbitragem deu um pênalti inexistente para o time da casa e o jogo terminou empatado em 1 a 1. Nos pênaltis, vitória do Sousa por 5 a 4.

A classificação para a terceira fase, em cima do Confiança, surpreendeu a imprensa e até os torcedores do clube. Já é possível dizer que não foi apenas a sorte que estava do lado do Dino. Veio o início da terceira fase, agora com jogos de ida e volta, o Sousa novamente surpreendeu no Marizão, vencendo de goleada, 3 a 0, o ABC, clube que conquistou recentemente o acesso para a Série C do próximo

ano. O jogo de volta está programado para o dia 17 de novembro em Natal. Pelo o que se viu até agora, é possível dizer que o Sousa está já com um pé dentro da fase de grupos da Copa do Nordeste de 2022, que será disputada no início do próximo ano e já tem o Campinense confirmado pelo fato de ter sido campeão estadual.

Mas qual o segredo para um time modesto, de baixa capacidade de investimento, conseguir superar os adversários mais fortes favoritos? Segundo o presidente do Sousa, Aldeone Abrantes, todo o sucesso está na gestão do clube.

“No futebol, tem que usar bem a inteligência, sobretudo se você tem muitas dificuldades e poucos recursos. No caso do Sousa, nós revelamos muitos craques nas categorias de base e aproveitamos os melhores deles no time principal, com baixíssimo custo. Só trazemos atletas de fora para posições pontuais, onde a equipe necessita de um jogador melhor. Aí entra a nossa capacidade de garimpar novos valores da região, atletas com grande potencial e que ainda não são conhecidos da mídia, com salários baixos”, disse o dirigente, afirmando que o mal dos times considerados grandes do Estado é não valorizar os atletas da terra e trazer jogadores do interior de São Paulo,

alguns com qualidade bem inferior ao que temos aqui.

De acordo com Aldeone, o Sousa este ano conseguiu tirar as laranjas podres que participaram do Campeonato Paraibano, mesmo com o time sendo vice-campeão e manter a base para as disputas da Série D, contratando pouquíssimos atletas para completar o elenco.

“Para as eliminatórias da Copa

Se o ABC não passar pela Aparecidense, o clube não terá mais jogos este ano, então não fará sentido esperar este tempo todo para o segundo jogo das eliminatórias

do Nordeste, tivemos o retorno do zagueiro Marcelo, que considero o melhor do Nordeste atualmente, e contratamos poucos atletas como Jô Boy e Romeu, por exemplo, que fomos buscar no 4 de Julho do Piauí. Outra mudança foi efetivar como técnico, o auxiliar Tardelli Abrantes, a pedido dos próprios jogadores. Até o preparador físico agora é da cidade e isso influi no rendimento,

porque é um grupo entrosado e que tem amor ao clube, além do mais diminuí os custos”, acrescentou.

O presidente Aldeone Abrantes está preocupado com o longo período de inatividade do clube, até o segundo jogo contra o ABC, em Natal, e pretende solicitar a antecipação, caso o clube do Rio Grande do Norte não consiga a classificação para as finais da Série D, no final de semana. Ele está otimista e acha que vai eliminar o adversário e garantir a presença na fase de grupos da competição regional.

“Se o ABC não passar pela Aparecidense, neste final de semana, é o que eu espero, o clube não terá mais jogos este ano, então não faz sentido esperar este tempo todo para o segundo jogo das eliminatórias da Copa do Nordeste. Eu vou pedir a antecipação da partida. Caso não consiga, irei fazer um amistoso contra uma equipe forte, fora de Sousa, no próximo final de semana. Quanto a classificação estou tranquilo. Aquela goleada do ABC em cima da gente na fase de classificação da Série D, foi um dia atípico e o Sousa estava apenas com dois jogadores titulares em campo e todos os atletas voltados para a decisão do Campeonato Paraibano com o Campinense. Depois já fizemos cinco gols no ABC em dois jogos. Se eles vierem desesperados para cima, irão tomar mais

gols de contra-ataque”, argumentou o presidente.

O Sousa está fazendo uma temporada impecável. O clube foi destaque no Campeonato Paraibano e disputou o título com o Campinense, ficando com o vice-campeonato e disputou 10 jogos, venceu seis, empatou dois e perdeu apenas duas vezes. Na Série D, o time foi um pouco irregular, mas ficou na quinta posição do grupo e por pouco não chegou à segunda fase. O time jogou 14 jogos, venceu quatro, empatou quatro e perdeu seis. Agora, já está na terceira fase das eliminatórias da Copa do Nordeste, com duas vitórias e um empate (vitória nos pênaltis). Tudo leva a crer que conseguirá a vaga para a fase de grupos. Segundo Aldeone Abrantes, vem muito mais por aí.

“O Sousa já ganhou R\$ 80 mil nestas eliminatórias e, caso passe para a fase de grupos receberá cerca de R\$ 800 mil como cota de participação. Com essa verba, eu vou entrar no Paraibano para ser campeão. Se hoje, sem dinheiro, contratando jogadores com baixos salários e às vezes até por partida, como é o caso de agora na Copa do Nordeste, porém pagando em dia, estamos surpreendendo os chamados grandes, imaginando com recursos, o que podemos fazer”, concluiu o presidente, cheio de otimismo para 2022.



Foto: Jefferson Emmanuel/Sousa

Na última quarta-feira, no Marizão, o Sousa venceu o ABC por 3 a 0 e encaminhou a classificação para a Copa do Nordeste de 2022; a volta será no dia 17 de novembro

Prefeitura cria projeto para consolidar o esporte na cidade

Em Sapé, um dos maiores beneficiados será o Confiança, que disputa a Segunda Divisão do Paraibano deste ano

Da Redação

O Confiança de Sapé, assim como outras equipes esportivas da “terra do abacaxi” devem passar a receber apoio financeiro da Prefeitura da cidade a partir de um projeto de lei enviado para a Câmara de Vereadores do município, na última quinta-feira (28). O projeto é de autoria do próprio Poder Executivo e visa destinar recursos do erário público para auxiliar, especialmente o time de futebol local que inicia, neste final de semana, as disputas da Segunda Divisão do Campeonato Paraibano.

O projeto de lei traz como justificativa a promoção e consolidação do esporte como direito social na cidade. No texto, a iniciativa afirma ser guiada pelos princípios da democratização e inclusão social, valorizando a acessibilidade, descentralização, intersetorialidade e multidisciplinaridade das ações esportivas.

Além da autorização para a parceria com o Confiança, o projeto também cria o Fundo Municipal de Apoio ao Esporte. Essa fonte de fomento, se aprovada na Câmara Municipal, se tornará uma unidade orçamentária destinada a dar apoio financeiro a programas e projetos de caráter esportivo na cidade. Segundo o prefeito da cidade, Sidnei Paiva, o projeto é um passo importante para o fomento do esporte em Sapé, através do seu representante no futebol profissional do Estado.

“A aprovação desse projeto regulariza uma parceria



Foto: Instagram/Confiança

A equipe do Confiança, que busca o acesso para a elite do futebol paraibano, irá receber um aporte financeiro de R\$ 30 mil

que estamos firmando com o Confiança, no valor de R\$ 30 mil. O Confiança é um time campeão, está formando uma equipe para a segunda divisão do campeonato paraibano e a cidade está na torcida. Diante disso, a Prefeitura não poderia ficar fora dessa parceria. Sapé é maior do que

tudo que já aconteceu no passado”, destacou o prefeito.

História do Confiança
O Confiança foi fundado no dia 22 de abril de 1953, resultado da divisão do Atlético, uma equipe amadora de Sapé. O nome do clube foi uma homenagem ao Moinho

Confiança, de propriedade de Genival Torres, que doou todo o material esportivo necessário para a organização da agremiação e foi um dos fundadores do clube.

A equipe estreou no Campeonato Paraibano em 1958, mas o clube só se profissionalizou em 1996. Em

seu primeiro ano de competição, terminou em terceiro lugar com um grupo de atletas que contava com os jogadores: Lúcio, Warlei, Washington Lobo, Ramiro, Betinho, Willian, Eduardo Luiz, Cícero, Reinaldo Rogério e Forly.

No ano seguinte, o Confiança consagrou-se cam-

peão paraibano de futebol, sendo o primeiro – e até hoje, único – time do Brejo a conseguir a honraria. O grupo campeão contava com o goleiro Lúcio, além dos jogadores Warlei, Careca, Betinho, Cícero, Glauco, Willian, sob o comando do presidente da época, João Máximo.

Assessoria de corrida

Sejer oferta orientação profissional a corredores

Da Redação

João Pessoa, especialmente após o retorno das atividades esportivas de rua, com as liberações sanitárias pós-pandemia, vem se tornando um ponto de confluência para diversos eventos de corrida.

Diante desse crescimento e focando no público amador que, em sua maioria, reside na cidade, a prefeitura da cidade criou o projeto “Assessoria de Corrida” que oferta orientação profissional aos corredores. A iniciativa é da Secretaria de Juventude, Esporte e Recreação (Sejer)

Com a realização da Maratona Internacional e Meia Maratona Cidade João Pessoa, que acontecem hoje, é preciso que corredores amadores tomem alguns cuidados básicos para executarem bem as provas.

O desafio de correr várias distâncias, conforme as determinadas nestas provas, de 5 km, 10 km, 21 km e 42 km, requer dos participantes um pouco mais de experiên-

cia para evitar lesões durante as competições.

O alerta é do personal José Ricardo Nunes, que coordena o projeto de corrida da Sejer, que acontece todos os dias entre as praias do Cabo Branco e Tambaú.

“A Maratona, que também une esportistas amadores, exige todo um preparo das pessoas, desde a alimentação até a parte física. Quem não estiver treinando pelo menos há dois meses não deve participar de nenhuma das distâncias”, afirmou.

Durante a semana que antecede a competição, ele recomenda reforçar os carboidratos como macarrão,

pão, massas no geral, como também aumentar a hidratação para que o calor não prejudique o rendimento.

A psicóloga e psicanalista Giulliana Karla Santos de Lima Marques, de 29 anos, é uma das participantes assíduas das corridas promovidas pela Prefeitura de João Pessoa. Ela será uma das competidoras da maratona, dentro da prova dos 21 quilômetros.

Para ter uma boa atuação nos eventos esportivos, ela disse que adota uma alimentação saudável, hidratação e uma boa noite de sono. Giulliana ressaltou a importância do auxílio do projeto Assessoria de Corrida para o fomento do esporte na cidade com a realização de treinamentos durante a semana na orla do Cabo Branco.

“É um serviço gratuito e que prepara as pessoas para o esporte. Esse suporte profissional que recebemos faz com que a corrida seja um resumo do que já treinamos durante a semana. Quem segue à risca as orientações sai com saldo satisfatório”, afirmou.



Foto: Divulgação/CorridadeRua

Alimentação saudável, hidratação e um bom sono são essenciais para uma corrida sem maiores problemas

Cuidados básicos são essenciais para os atletas amadores nas competições

Estrangeiros no Brasil

Após sucesso, técnicos somam decepções em 2021

Depois de ganharem prestígio com os trabalhos de Jorge Jesus e Abel Ferreira, eles enfrentam agora uma temporada desastrosa, e a maioria que veio ao Brasil se deu mal



Hernan Crespo
Argentino que
comandou
o São Paulo

Foto: Erico Leonan/saopaulofc

Toni Assis
Agência Estado

Nos últimos anos, eles ganharam prestígio por aqui após a passagem vitoriosa de Jorge Jesus pelo Flamengo em 2019. O ciclo vencedor de Abel

Ferreira no ano seguinte à frente do Palmeiras (venceu Copa Libertadores e Copa do Brasil) estimulou ainda mais a chegada de treinadores estrangeiros. Mas, se os forasteiros ganharam os holofotes nas temporadas recentes, 2021 dá sinais de que essa tendência vem tomando outro rumo. Ariel Holan e Miguel Ángel Ramírez tiveram vida curta em Santos e Internacional, respectivamente. O português Antônio Oliveira não emplacou no Athleti-

co-PR. Hernán Crespo teve o ciclo encerrado no São Paulo e Diego Aguirre está longe de ser uma unanimidade na equipe do Beira-Rio, que manteve sua aposta em um treinador gringo.

Abel Ferreira pode até ser a exceção nessa lista já que é novamente finalista da Libertadores. Mas, embora o treinador possa se tornar bicampeão da América, o desempenho à frente do Palmeiras neste ano vem causando dissabores aos torcedores do clube.

No primeiro semestre, o Palmeiras teve a chance de levantar troféus em três oportunidades. Mas fa-

lhou em todas. No Estadual, amargou o vice-campeonato para o São Paulo. Nas decisões da Recopa Sul-Americana e da Supercopa do Brasil a equipe paulista acabou superada pelo Defensa y Justicia, da Argentina, e para o Flamengo.

Outra decepção viria na Copa do Brasil: eliminação na terceira fase para o CRB no Allianz Parque. Essa inconstância trouxe consequências. Favorito ao título do Brasileiro, o Palmeiras perdeu fôlego.

Preocupado em estancar a crise, o presidente Maurício Galiotte até marcou presença em alguns treinamentos do

time na Academia para tentar minimizar a pressão da torcida. No entanto, as pichações recentes nos muros da sede social mostram que, apesar de levar o time novamente a mais uma decisão de Libertadores, Abel Ferreira trabalha sob alto grau de insatisfação.

Ciente do mau momento da equipe, ele busca nas arquibancadas um apoio para mudar o cenário. “Queremos mais e melhor da nossa equipe. Mas é isso que quero dos nossos torcedores. Que nos apoie o jogo todo. Essa torcida ganha jogos. Ela é muito importante para nós”, afirmou o treinador português.

Foto: José Tramontin/athletico.com.br



Antônio Oliveira
Português que dirigiu
o Athletico Paranaense

Copa Sul-Americana e na Copa do Brasil, o time da Vila Belmiro faz campanha ruim no Brasileiro (briga para fugir da zona do rebaixamento).

Mas se Ariel Holan teve uma passagem com dissabores por aqui, Hernán Crespo construiu um enredo diferente. Logo ao chegar, pôs fim à um jejum que se mantinha desde 2005 ao ganhar o Campeonato Paulista.

Exaltado pela diretoria por ter sido uma escolha certa, o argentino, no entanto, sofreu com excesso de lesões no elenco. O cenário ficou mais tenso com as eliminações nas quartas da Libertadores para o Palmeiras e também na queda da Copa do Brasil diante do Fortaleza.

Mas o que pesou para sua saída, foi o Brasileiro. A primeira vitória na competição veio apenas na décima rodada. A zona da degola passou a ser lugar frequente da equipe na classificação. Com cinco empates seguidos, a diretoria optou por trazer de volta Rogério Ceni. “O problema no futebol é o resultado. Tem momentos em que o técnico não consegue mais resultados e é necessário mudar. Isso não quer dizer que o Crespo não seja um grande treinador”, afirmou o coordenador técnico Muricy Ramalho ao site do São Paulo.

NO SUL, NÃO VINGA

■ Início de março e o Inter comemorou o acerto com Miguel Ángel Ramírez, de 36 anos. O espanhol, que fechou contrato até o final de 2022, também

estava no radar do São Paulo. Apesar de jovem, o comandante chamou a atenção pelo trabalho à frente do Independiente del Valle, do Equador, onde conquistou a Copa Sul-Americana de 2019.

O primeiro teste a que Ramírez foi submetido foi a final do Campeonato Gaúcho. E o resultado foi amargo. Diante do maior rival, o Inter acabou amargando o vice-campeonato gaúcho. Sem conseguir exibir um grande futebol, o treinador sofreu outro revés: a eliminação na Copa do Brasil nos confrontos diante do Vitória. A derrota de 3 a 1 em Porto Alegre decretou o fim do seu ciclo no Beira Rio. Em junho ele acabou se despedindo.

Mesmo com o insucesso de Ramírez, a diretoria apostou em outro estrangeiro para a sequência do trabalho. Diego Aguirre, que já foi jogador do clube, assumiu o comando, mas a sina de eliminações persistiu. Com ele, o Inter caiu para o Olimpia pelas oitavas da Libertadores. No Brasileiro, time gaúcho se mantém irregular. Outro time da região Sul que não teve o resultado aguardado com um técnico estrangeiro foi o Athletico-PR. O português Antônio Oliveira foi alçado da condição de auxiliar a treinador principal com a ida de Paulo Autuori para a função de diretor técnico.

Esse processo, iniciado em março, terminou em setembro após a eliminação do rubro-negro paranaense nas semifinais do Estadual. Nascido em Lisboa, e com 39 anos, Oliveira acabou demitido. Em 40 jo-

Português

do Athletico Paranaense assumiu o comando em março e em setembro acabou sendo dispensado após eliminação do Estadual

gos, o seu aproveitamento foi de 58% com 21 vitórias, sete empates e 12 derrotas.

VOJVODA

■ Diante das apostas feitas pelos clubes brasileiros nesta temporada, quem acabou ficando com o bilhete premiado foi o Fortaleza, que contratou Juan Pablo Vojvoda para comandar a equipe nesta temporada.

O time cearense trouxe o treinador argentino em virtude do seu bom trabalho no comando do Unión La Calera. Antes de sua passagem no futebol chileno, seu currículo era baseado em clubes da Argentina como Huracán, Talleres, Defensa y Justicia e Newell's Old Boys.

Logo em seu primeiro teste, conseguiu levantar a taça do Campeonato Cearense. Fazendo ótima campanha no Brasileiro, o Fortaleza segue na briga por vaga na Libertadores de 2022, sempre se mantendo no G4 do Brasileiro.

SANTOS E SÃO PAULO

■ Além do Palmeiras, mais dois grandes paulistas também sofreram com treinadores de fora nesta temporada: Santos e São Paulo. O time da Vila Belmiro trouxe Ariel Holan no final de fevereiro. Apesar de ter assinado um contrato de duas temporadas, ele mal cumpriu um trimestre no comando técnico da equipe. Foram apenas 12 partidas com quatro vitórias, três empates e cinco derrotas e aproveitamento de 41,6%.

O saldo dessa passagem relâmpago foi um desempenho pífio no Paulista, onde o time esteve seriamente ameaçado de ser rebaixado. A equipe sequer se classificou para os jogos de mata-mata.

O pedido de demissão feito pelo treinador teve como alegação um protesto da torcida em frente a sua casa. Mas, internamente, o técnico argentino ficou insatisfeito com a fragilidade do elenco. A saída de Soteldo aumentou o seu descontentamento. Esse mau início custou caro ao Santos, que acabou eliminado na fase de grupos da Libertadores. Posteriormente desclassificado na

A exceção em 2021 é o técnico do Fortaleza que faz um bom trabalho. Já Abel Ferreira, do Palmeiras, segue bastante contestado na temporada



Foto: Leonardo Moreira/Fortaleza



Foto: Cesar Greco/Palmeiras

Foto: TVTorcedor



Jogadores do Botafogo vão contar com o apoio da torcida para encaminhar a classificação para a Série B do Brasileiro

Belo tem jogo de vida ou morte diante do Paysandu

Uma vitória sobre o time paraense, hoje, no Almeidão, deixará o Botafogo mais perto do acesso à Série B

Ivo Marques
ivo_esportes@yahoo.com.br

O Botafogo tem neste domingo, mais um jogo decisivo no quadrangular de acesso à Série B. O Belo vai encarar o Paysandu, às 18 horas, no Estádio Almeidão, pela penúltima rodada. Com cinco pontos ganhos e na terceira posição, o clube paraibano precisa vencer e torcer por um tropeço do Criciúma contra o Ituano, para assumir a segunda colocação e ficar na zona de classificação. O árbitro central da partida será o carioca Marcelo de Lima Henrique, auxiliado por Eduardo Gonçalves da Cruz, de Mato Grosso do Sul e Márcia Bezerra Lopes Caetano, de Roraima.

A expectativa entre os botafoguenses é muito positiva, após três boas atuações da equipe, contra Imperatriz, Criciúma e Vitória. O técnico Gerson Gusmão poupou alguns jogadores no jogo contra o Vitória, pelas eliminatórias da Copa do Nordeste e vai com a força máxima para o jogo de hoje. Nenhum atleta está entregue ao departamento médico, nem vai cumprir suspensão.

Esta será a quarta partida entre Botafogo e Paysandu este ano. Na fase de classificação, o Belo venceu por 2 a 0 em Belém e 2 a 1, em João Pessoa. Já no quadrangular, no jogo de ida, empate em 0 a 0, no Pará. O bicolor é o lanterna do grupo, com apenas dois pon-

tos, mas Gerson Gusmão, não acredita em jogo fácil.

“Além de ser um clube tradicional, de camisa, o Paysandu vive um momento de muita pressão e cobrança da torcida e ainda tem chances remotas de classificação, portanto, não vamos encontrar moleza. Temos que entrar muito focado em nosso grande objetivo que é conseguir os três pontos”, disse o treinador.

Devido à importância da partida, a diretoria do Botafogo espera um grande público hoje no Almeidão. As empresas de transportes terão um esquema especial com o aumento do número de ônibus com acesso ao Almeidão, para facilitar a vida do torcedor.

Paysandu
Depois de ser líder do grupo na fase de classifica-

ção, o time paraense caiu muito de produção revolvendo a sua imensa torcida. Após perder em casa para o Ituano, no último final de semana, os torcedores invadiram o campo e tentaram agredir os jogadores. Alguns já deixaram o clube alegando que estavam sendo ameaçados de morte por torcedores.

Na última quarta-feira, a equipe voltou a campo

para enfrentar o Castanhal, pela Copa Verde, na Curuzu. Após estar vencendo por 1 a 0, permitiu o empate da equipe visitante, causando mais ainda revolta em alguns torcedores que passaram a vaiar e xingar a equipe. Após a demissão do técnico Roberto Fonseca, a equipe está sendo dirigida interinamente pelo auxiliar Wilton Bezerra.

Quadrangular da Série C - Grupo C

CLUBES	PG	J	V	E	D	GP	GC	SG
1º Ituano-SP	9	4	3	0	1	8	4	4
2º Criciúma-SC	5	4	1	2	1	2	1	1
3º Botafogo-PB	5	4	1	2	1	1	1	0
4º Paysandu-PA	2	4	0	2	2	2	7	-5

5ª RODADA

- 16h
Criciúma x Ituano
- 18h
Botafogo-PB x Paysandu

Palmeiras conta com a volta de Gabriel Menino e Zé Rafael diante do Grêmio, em Porto Alegre

Da Redação

O técnico Abel Ferreira ganhou mais opções para o jogo deste domingo contra o Grêmio, em Porto Alegre. Vice-líder do Brasileirão, 10 pontos a menos que Atlético Mineiro, o Palmeiras vai tentar diminuir a diferença em jogo na Arena do time gremista a partir das 16 horas.

Gabriel Menino e Zé Rafael reforçam a equipe, o primeiro recuperado de uma entorse no tornozelo direito e o segundo que cumpriu suspensão. Uma escalção provável para o vice-líder entrar em campo poderá ter Weverton; Marcos Rocha, Gustavo Gómez, Luan e Piquerez; Felipe Melo, Zé Rafael (Danilo) e

Raphael Veiga; Dudu, Rony e Luiz Adriano.

Já o Grêmio segue a sua via crucis no Brasileirão. Na penúltima posição com apenas 26 pontos em 26 jogos, média de apenas um ponto por partida, o time comandado por Wagner Mancini necessita vencer a todo custo, já que faltam poucas rodadas para a conclusão do Campeonato Brasileiro.

Enquanto o Palmeiras vem de uma vitória de 2 a 1 sobre o Sport, o time gaúcho perdeu na rodada passada para o Atlético de Goiás por 2 a 0.

Outro clube que está na zona perigosa é o Ceará que vai receber o Fluminense, no Castelão, também às 16 horas. A equipe cearense

vem de um empate sem gols com o Juventude. Já o Fluminense, depois de vencer o Flamengo por 3 a 1, perdeu para o Santos no meio da semana por 2 a 0.

A partir das 18h15 será a vez de São Paulo e Internacional se enfrentarem, no Morumbi. As duas equipes fazem campanhas distintas, pois os gaúchos aparecem na sexta posição contra a 13ª do tricolor.

A rodada deste domingo ainda prevê o confronto entre Sport x Atlético de Goiás, na Ilha do Retiro. Amanhã, o complemento da 29ª rodada com Cuiabá x Bragantino, às 20 horas, na Arena Pantanal; e Corinthians x Chapecoense, na Arena Neo Química, a partir das 21h30.

Foto: Lucas Uebel/Grêmio



JOGOS DE HOJE

- 16h:
Grêmio x Palmeiras
Ceará x Fluminense
- 18h15:
São Paulo x Internacional
- 20h30:
Sport x Atlético-GO
Segunda-feira
- 20h:
Cuiabá x Bragantino
- 21h30:
Corinthians x Chapecoense

Depois de perder para o Atlético-GO, o Grêmio, de Douglas Costa necessita se reabilitar para fugir da zona de rebaixamento



Ilustração: Tônio

Das cinzas a ponto cultural

Projeto vai transformar sobrado da Rua da Areia, atingido por incêndio há 40 anos, em um espaço artístico

Lucilene Meireles
lucilenemeireles@epc.pb.gov.br

Anos de 1980. O sobrado de número 155, localizado na Rua da Areia, uma das vias mais conhecidas do Centro Histórico de João Pessoa, abrigava uma marcenaria. Um dia, um incêndio atingiu o local e destruiu tudo que havia lá. Desde então, o prédio foi fechado.

Quatro décadas depois, o espaço interno não existe mais, sendo ocupado por vegetação. Do sobrado, restam as paredes laterais e a fachada azulejada cheia de falhas. De propriedade particular, o imóvel foi cedido, em comodato, por uso cultural e, em breve, será doado em definitivo. Porém, para ser ocupado, necessita de uma reforma, quase uma reconstrução, e vários projetos foram elaborados pensando em reerguer o imóvel.

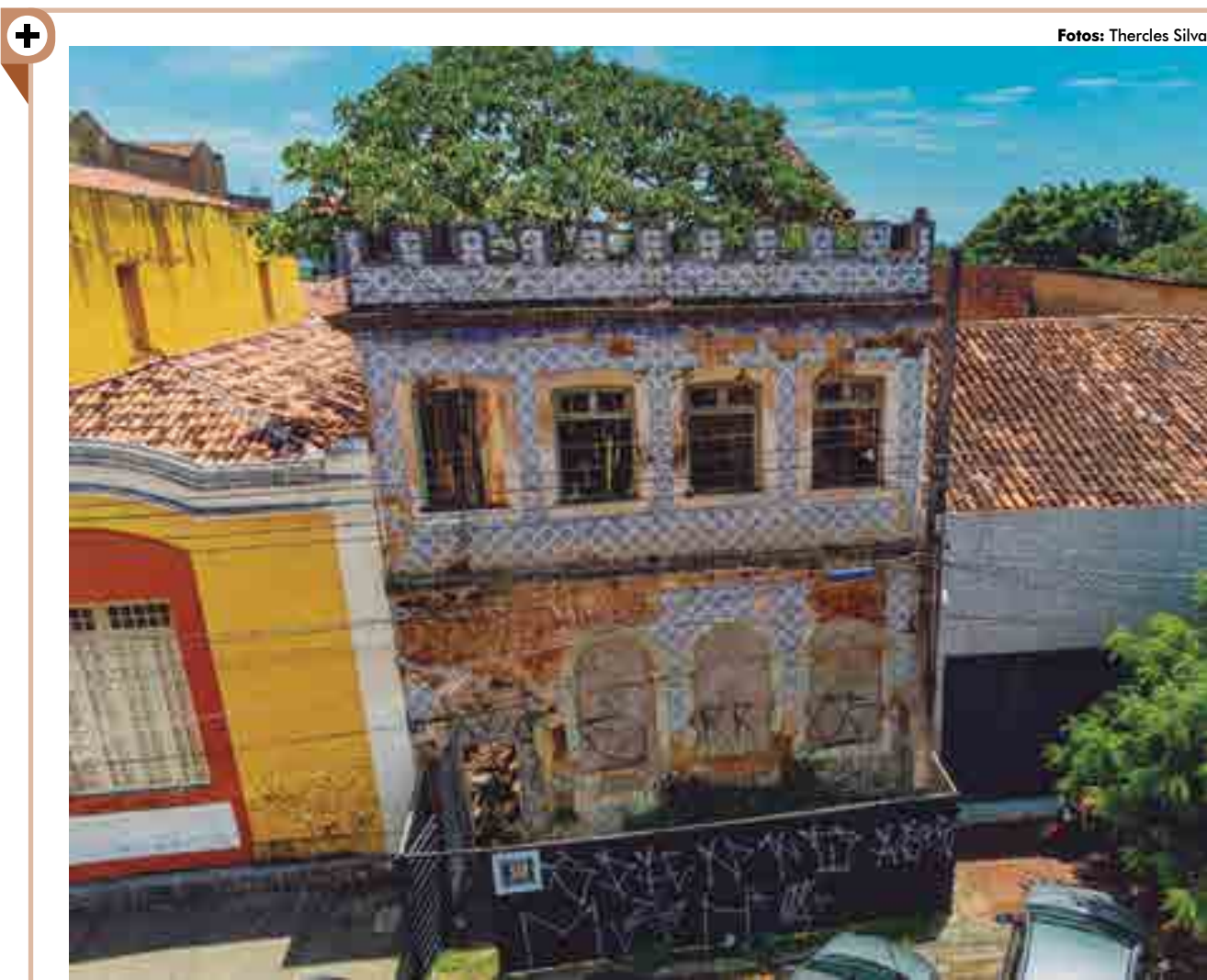
Um deles, o de captação e gestão dos recursos, é da Associação Maracá Cidadania. A ideia é que o edifício seja a nova sede do Ateliê Multicultural Elioenai Gomes. A proposta está entre os 29 projetos que totalizam R\$ 5,6 milhões e que estão inscritos e concorrendo à seleção do edital de chamamento feito pelo Fundo de Direitos Difusos da Paraíba (FDD-PB), do Ministério Público da Paraíba (MPPB). O projeto da Maracá está orçado em R\$ 224,5 mil, e o FDD-PB está disponibilizando R\$ 1 milhão para o financiamento de iniciativas na área social no território paraibano.

Esse valor do edital, no entanto, corresponde a uma parte do projeto e não cobre a restauração completa. Danylo Aguiar, diretor administrativo da ong Maracá Cidadania e membro da equipe gestora do Ateliê Multicultural, informa que ainda não se sabe o valor total da reforma, porque são muitos projetos em andamento. Além do que a Maracá Cidadania preparou, há o projeto arquitetônico, que ficou com a Oficina Espacial; e os projetos de engenharia, hidráulico e elétrico são com o Instituto Iccus.

A relação dos inscritos foi divulgada em julho deste ano pela Secretaria Executiva do FDD-PB. Os projetos serão avaliados no aspecto formal pela assessoria e, em seguida, distribuídos aos conselheiros, de acordo com a sequência numérica do registro no protocolo, para relatoria e voto. Eles serão apreciados pelo Conselho Gestor do FDD-PB, que decidirá pela seleção e aprovação. De acordo com o MPPB, o processo foi distribuído para um dos conselheiros para relatoria e ainda não tem data para apreciação conjunta, porque são muitos projetos a serem avaliados. Há possibilidade, porém, de que isso ocorra ainda este ano.

“Temos no casarão azulejado a reestruturação da nossa sede enquanto ponto de cultura e estamos nesse movimento de reconstruir, começando campanhas de financiamento coletivo, participando de editais para captar esses recursos”, diz Danylo Aguiar. Segundo ele, a reestruturação do prédio também ajuda na revitalização do Centro Histórico a partir da contribuição para a cena cultural da cidade. “É o que mais sonhamos para este momento”.

A estruturação será por etapas e o foco é a ocupação cultural, com espaços de múltiplos usos, um salão grande para exposições, oficinas e rodas de conversa, além de um café. Estão sendo feitos também projetos estruturais, mas ainda não há detalhes sobre reforço das paredes, porque isso depende da análise estrutural que está em andamento. Para Aguiar, a recuperação do prédio será um marco para a cultura da cidade, trazendo de volta um importante espaço cultural já consolidado no Centro Histórico. O projeto enviado para o MPPB corresponde à primeira etapa. Na avaliação do diretor, a reestruturação da sede do Ateliê Multicultural será um ganho importante para a cena cultural da cidade, sobretudo para o território criativo do Centro Histórico e os movimentos de cultura popular. Além de restaurar um importante patrimônio histórico, haverá ocupação do espaço com ações educativas e socioculturais. A Maracá atua nas áreas de cultura, meio ambiente, educação, saúde e controle social, com foco na construção de uma consciência planetária voltada para o desenvolvimento sustentável e regenerativo, por meio de projetos com impacto cultural, ambiental, social e multivalor, como forma de participação social direta na vida pública.



Fotos: Thercles Silva



FUTURA SEDE DA MARACÁ CIDADANIA

■ Quatro décadas depois, o espaço interno do sobrado na Rua da Areia não existe mais, sendo hoje ocupado pela vegetação: só restaram as paredes laterais e a fachada azulejada cheia de falhas

Ateliê com foco na economia criativa

As atividades do Ateliê Multicultural acontecem há 17 anos e têm foco na economia criativa e na diversidade cultural paraibana, porém, sem sede própria o trabalho se concentra hoje na residência do artista multivisual Elioenai Gomes, o Nai. O ateliê é um empreendimento coletivo e criativo capitaneado por ele e feito por várias mãos. O ponto de cultura é referência na cidade de João Pessoa para os artistas locais, para a cultura local e para a identidade paraibana.

Nai conta que inicialmente transformou sua residência em ateliê, focado “no acolher amoroso aos artistas”, mas as atividades exigem mais espaço e ambiente adequado. “Eram dois imóveis alugados e chegou um momento em que ficou difícil manter. E assim surgiu este amigo – o proprietário do

sobrado – que há muitos anos havia comprado uma obra conosco”, conta.

Sabendo do trabalho cultural e que a equipe usa a arte como ferramenta de transformação social, educação e humanização, resgatando, fortalecendo e dando expansão à identidade do povo paraibano, ele se moveu. “Foi então que ofereceu o imóvel, inicialmente na forma de comodato e agora entraram em trâmites para doação total da edificação que será de uso exclusivo com a arte e a cultura”, comemora. O doador prefere manter sua identidade em sigilo.

O ateliê sempre funcionou de forma independente e autônoma através de trabalhos voluntários, promovendo a diversidade cultural, a humanização através de diversas expressões artísticas – música, artes visuais,

artes cênicas, literatura, fotografia, dança, cinema, cultura popular, cordel, entre outras. Acolhe, em suas dependências, os grupos Raízes PB e Maracatu Baque Mulher, além da Escola de Ogan e Alabés Ilú Odara. Assim, contribui, através do diálogo, de ações afirmativas e de acolhimento a diversos setores sociais para despertar o sentimento de pertencimento e de consciência cidadã.

As atividades do ateliê estimulam a economia da cidade através de seus arranjos criativos, contratando serviços de instituições e trabalhadores autônomos residentes no Bairro do Varadouro e entorno, como músicos, operadores de som, artesãos, prestadores de serviços gráficos, entre outros, gerando oportunidades de trabalho e renda.

PRODUTOS CULTURAIS CONSOLIDADOS

■ Raízes: grupo de ritmos e danças afro indígenas;

■ Galeria da Ladeira;

■ Projeto Reciclos – um Caminho de Transformação;

■ Projeto Baile Afro;

■ Projeto Luz de Candeeiro;

■ Projeto Celebrando o Povo Cigano;

■ Celebrando a Cultura Indígena;

■ Passarela Poética;

■ Auto dos Orixás;

■ Seminário Zumbi de Cultura;

■ Festival do Africaxé;

■ Encontros Vivenciais do Povo Brasileiro;

■ Sagrado Masculino em pauta;

■ Celebrando o Sagrado Feminino das Mulheres Capoeiristas;

■ Pôr do Sol Multicultural;

■ Oficinas Multiculturais;

■ Cine Aldeia;

■ Rádio Web Porto do Capim;

■ Celebrando o Coco da Parahyba;

■ Ciranda da Deusa;

■ Dia do Saci;

■ Rodas de conversas com mestres e mestras da cultura popular;

■ Acolhimento Afetivo Infantil e Adulto de Capoeira Angola;

■ Projeto Saúde e Arte;

■ Projeto Residência Artística;

■ Intercâmbio multicultural nacional e internacional;

■ Cortejo de Tambores;

■ Cortejo da Bandeira;

■ Artes a gosto;

■ Baile de Máscaras; e

■ Acolhimentos temáticos (indígenas, afro, artista cidadão, turístico, docentes) realizados com agências de viagens, trade turístico, escolas públicas e privadas, associações, ongs, oscips, empresas, sindicatos, fábricas e instituições municipais, estaduais e federais.

Eliseu Elias César

Jornalista, político e poeta à frente do seu tempo

Hilton Gouvêa
hiltongouvearaujo@gmail.com

Num período histórico extremamente escravocrata, ele era um negro instruído, que formou-se em Direito para melhor ter acesso aos redutos de jornalistas, poetas e literatos. Castro Pinto, que prefaciou seu álbum de livros denominado 'Algas', disse que "Eliseu Elias César estava acima de seu tempo". E, quando Elias morreu, o mesmo Castro Pinto, que viria a ser governador da Província da Parahyba do Norte, soltou o verbo, sem medo de constranger um ambiente afetado por racistas: "Eis um grande jornalista que se vai".

No artigo intitulado 'As Artes e os Ofícios de um Letrado Afrodiásporo: Eliseu Elias César – 1871-1923, os professores Petrônio Domingues (Universidade de São Paulo – USP – e Universidade Federal do Espírito Santo – UFES), Solange Pereira da Rocha (Universidade Federal da Paraíba – UFPB) e Élio Chaves Flores (também da UFPB) afirmam que o homenageado era jornalista, advogado, político e poeta. E endossam que "Eliseu se apropriou das artes de dizer, através da escrita e da oralidade". Sabem por que? Os críticos literários da época, embora de tradição racista, não negavam que ele, quando fazia debates na área pública, sabia demonstrar o seu saber, sem transparecer arrogância.

É por isso que Petrônio, Solange e Élio, no magistral trabalho, sugerem "uma revisão nas interpretações que subestimaram ou negligenciaram o papel do negro na história republicana do Brasil". Eles fragmentam a vida desse grande paraibano, contando-a de várias formas. Uma delas diz que "um jovem negro, em 1894, aos 23 anos, reuniu amigos e lançou o seu compêndio 'Algas', de livros com poemas.

Nessa época, a República engatinhava nos seus cinco anos de existência e a Monarquia, embora extinta, deixava ainda seu cheiro no ar, porque os adeptos sonhavam com a volta de um governo hereditário, coroado por sistema absolutista. Eliseu buscava fundar – um arrojo fora do comum na época, em se tratando de pessoa negra – um clube literário ou uma sequência de eles.

Assim, reuniria intelectuais do quilate de Castro Pinto, aquele homem de trato fino, letrado, inteligente, que agora prefaciava 'Algas', sem temer a reação dos monarquistas, escravagistas e racistas. Nessa época, Castro Pinto, além de jornalista, era político em início de carreira.

Depois chegou a governar a Província da Parahyba do Norte se destacando, antes, na luta abolicionista.

Ainda criança, muito perto de completar dez anos, a desenvoltura de Eliseu atraía a atenção das pessoas que transitavam pelo centro da cidade: admiravam um negrinho com as mãos cheias de papéis, caminhando em direção aos Correios, a fim de encontrar seu pai, um homem branco, Dulcídio Augusto César. Esse se responsabilizou pela educação

do menino, primeiro lhe ensinando a profissão de tipógrafo, depois como "praticante" dos Correios. Nas horas vagas, Dulcídio imiscuia o filho nas discussões sobre abolicionismo, a República e as atividades artístico-literárias.

Os racistas não perdoavam a intromissão de rapazes negros em atividades na época elitistas. Nem admitiam suas inteligências. Na escola, um professor de Eliseu dizia que ele era "incapaz de aprender". Seus biógrafos admitem que, "como tipógrafo, talvez Eliseu tenha a si possibilitado um melhor aprendizado das letras, devido ao contato diário com as palavras e a leitura das chapas de impressão". Era formando os textos de terceiros que Eliseu despertava ideias e argumentos.



Numa sociedade racista, Eliseu César, um jovem negro de 23 anos, em 1894 reuniu amigos e lançou seu compêndio de livros com poemas

Ilustração: Tânia

CF

Aos 17 anos, já escrevia em quatro jornais da Paraíba

Aos 17 anos, no agitado ano de 1888 – ano da abolição dos escravos no Brasil –, Eliseu César já tinha publicado poemas em pelo menos quatro jornais da capital paraibana: O Arauto Parahybano, O Cisne, O Estado da Parahyba e O Artista. Ele escreveu nesses jornais até 1895. A crítica literária oitocentista tachava esses poemas de "românticos". É de se destacar que, somente no jornal O Estado da Parahyba, ele publicou 47 poemas.

A partir daí esteve no Club Cardoso Vieira, um "point" meteórico de jornalistas, poetas e escritores. Era orador e tinha cargo na diretoria. Isso tudo acontecia na vida de Eliseu, num período republicano quase impúbere, caracterizado por forte racismo, que gozava do endosso de cientistas, os quais defendiam teorias onde punham os negros e indivíduos de outras raças como "seres inferiores e incapazes de obterem um desenvolvimento intelectual".

Apesar de tudo, Eliseu impôs estratégias políticas a fim de consolidar sua vivência no mundo dos letrados. Sua produção poética 'Algas' foi elogiada pela crítica, mesmo que alguns a reconhecessem como de forte teor romântico. Mas o povo gostava, porque os poemas bem feitos faziam o papel de boas notícias nos jornais oitocentistas, quase isentos de outras matérias, sendo raras as exceções. As poesias de Eliseu também abordavam

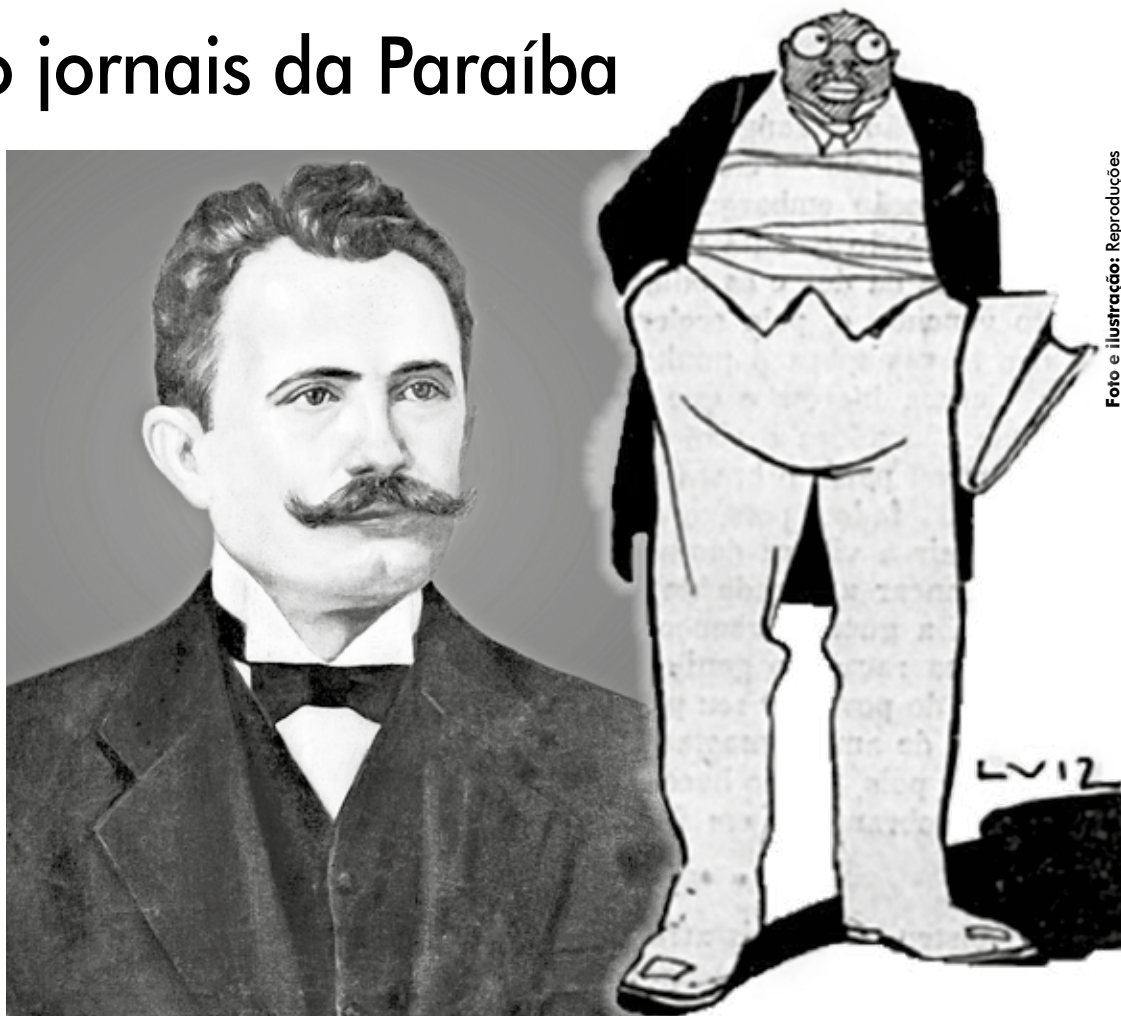
Na imprensa

A crítica literária oitocentista tachava os poemas de Eliseu César de "românticos", mas ele abordava questões políticas e raciais

questões políticas e raciais.

Eliseu Elias César nasceu na Cidade da Parahyba do Norte – a João Pessoa atual –, em 21 de julho de 1871, e morreu no Rio de Janeiro, a 27 de janeiro de 1923, aos 52 anos. A Gazeta Mercantil anunciou sua morte com destaque. Ele não foi escravo, nem sua mãe, da qual pouco se sabe. Veio ao mundo dois meses antes da publicação da Lei do Ventre Livre (28 de setembro de 1871), que reconhecia a liberdade daqueles que nascessem de pais cativos dali por diante. Dulcídio, seu pai, formava no meio da população branca da atual João Pessoa, na época, em torno de quase 40% do total de habitantes.

Foi criado pela avó materna, uma mulher branca, que botou-o para estudar. Ela se chamava Vicência Ferreira de Albuquerque César. Eliseu conseguiu fazer o preparatório de



Castro Pinto (à esquerda) era amigo de Eliseu César, retratado em uma caricatura (à direita) em jornal da época

seus estudos no Liceu Paraibano, onde o consideraram de "cultura invulgar". Seus versos eram as armas que utilizava na imprensa para discorrer sobre a República, a política e a literatura.

Projetou-se como jornalista, poeta, orador, político, advogado e professor. Escreveu nos melhores jornais de Recife, Belém e Rio de Janeiro – nessa última cidade trabalhou no Jornal do

Brasil, reconhecido pelos leitores como um jornalista notável. Formou-se pela Faculdade de Direito de Recife, sendo reconhecido excelente orador e poeta. Ele foi um dos poucos filhos ilustres da Paraíba que saiu para não voltar. Quando morreu estava há mais de 20 anos fora da terra natal. Uma pequena rua do Centro de João Pessoa leva o nome de Eliseu César.

Foto e Ilustração: Reproduções

Angélica Lúcio



angelicallucio@gmail.com

Orientações básicas (e antigas) para lidar com a imprensa

Entre 1997 e 1999 morei no Amapá. Foi nesse intervalo de tempo, mas não me recordo bem da data, que conheci pessoalmente o jornalista e professor Boanerges Lopes. Ele estava na capital, Macapá, para uma capacitação oferecida pela Federação Nacional de Jornalistas (Fenaj).

Boanerges é autor do livro 'O que é Assessoria de Imprensa', lançado pela editora Brasiliense como parte da coleção Primeiros Passos. O livro foi publicado em 1994 e, até hoje, mesmo com tanta evolução na área da comunicação social, ainda traz muitas informações atuais. Deparei-me com a edição que tenho em casa ao limpar minha estante no fim de semana passado. Como é um livro pequeno, no formato e quantidade de páginas, terminei dando uma nova lida rápida na obra.

Enquanto relia a publicação, comecei a pensar em como os jornalistas que atuam em assessoria de comunicação precisam, continuamente, ensinar o be-a-bá às fontes. A maioria desconhece coisas básicas que para nós, jornalistas, é trivial: desde os jargões adotados nas reda-

ções (lead, deadline, escalada, sonora) até a regra simples de não pedir ao repórter para ver a matéria antes da publicação.

Em um dos capítulos de 'O que é Assessoria de Imprensa', Boanerges apresenta um apanhado de dicas que toda fonte precisa saber. A maioria das orientações são básicas, mas essenciais para quem precisa manter contato com a mídia e "... se forem utilizadas, vão evitar gafes e falhas primárias", acredita o autor, que atualmente é professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Confira algumas dicas:

1. Os (as) jornalistas sempre estão apressados (as) porque um jornal diário é feito em 12 horas, uma revista semanal em quatro dias, um noticiário de rádio ou tevê em poucas horas (e a atualização da plataforma on-line, em tempo real). O que é interessante hoje, pode ser considerada peça de museu amanhã. Para atender a imprensa, a fonte precisa ter flexibilidade em sua agenda;

2. Esteja sempre muito bem informado sobre o tema a ser tratado

durante a entrevista. Seja bem claro em suas respostas, evitando termos técnicos e jargões. A objetividade também é fundamental. As pessoas de modo geral e o profissional de imprensa não são obrigados a entender do assunto. O especialista é você. Seja simples e natural, porém preciso;

3. "Não sei", "eu acho", "talvez" ou "pode ser" estão fora de cogitação. Expressões abolidas de qualquer pronunciamento. Responda sempre todas as perguntas e se tiver dúvida sobre algo deixe isso claro ao (à) jornalista.

Peça mais um tempo e vá em busca de resposta. Ele entenderá. Não somos obrigados a saber de tudo. Mas também não podemos deixar de responder;

4. Preste bem atenção às perguntas. Se houver dificuldade para entendê-las, peça ao (à) jornalista que as reformule. Não deixe margem a interpretações dúbias;

5. Atenção quando utilizar a informação em off the record ou simplesmente off-informação em que a fonte não é identificada. O interessante seria evitá-la. Mas nos casos inevitáveis, avalie se o (a) jornalista é

um profissional ético (a) e vai respeitá-lo (a). É uma prática comum em outros países, mas no Brasil ainda é utilizada sem critérios ou consciência em muitas oportunidades;

6. Jamais exija de seu (sua) assessor (a) de imprensa a cobrança pela publicação de matérias. Isso é extremamente desagradável e interfere na rotina de liberdade e autonomia do profissional de imprensa.

Enfim, todo o livro de Boanerges tem dicas úteis, que ajudam quem é fonte iniciante e quem só agora, na área da comunicação, deixou de ser estilingue e virou vidraça, passando a atuar com assessoria de imprensa.

Assessoria de imprensa. Ao procurar na internet, você encontra o livro a partir de R\$ 4,00, usado. #ficadica.



Foto: Reprodução

Tocando em frente

Professor Francelino Soares



francelino-soares@bol.com.br

Crônica de mortes não anunciadas – Parte I

Parodiando o título de uma obra mítica do escritor colombiano Gabriel García Márquez, nesta semana anterior ao dia em que a humanidade, num costume de tradição cristã, reverencia os seus entes queridos que já nos deixaram, ouvimos por bem falar sobre imprevisíveis momentos de desenlace de artistas ligados à música, que nos deixaram bem antes de um "tempo previsível", se assim podemos dizer...

Ao lado da certeza da morte, sempre há a esperança de que ela nos venha por "causas naturais", num tempo mais ou menos previsível. Abala-nos, então, quando a "indesejável" visita surpreende alguém no auge do vigor físico ou produtivo.

O tema nos levou a recordar alguns casos em que alguns intérpretes do cancionário daqui ou de alhures nos deixaram "antes do tempo". Vou lhes falar, por exemplo, de Paulo Sérgio (1944-1980), em cuja primeira aparição pública, no chamado mundo musical, interpretou o sucesso 'Sentimental demais'. Com apenas 13 anos de atividades, sofreu, no intervalo de uma apresentação, um derrame cerebral. Ele será sempre lembrado pelos que curtiam a Jovem Guarda, mormente pelo enorme sucesso de sua interpretação para 'Última Canção'; semelhante destino também nos levou Altamar Dutra (1940-1983), com apenas 43 anos de idade, sofrendo, igualmente, um derrame cerebral, em intervalo de show que fazia em Nova Iorque.

Evaldo Braga (1947-1973), cantor nascido de mãe desconhecida e entregue pelo pai para o antigo SAM (Serviço de Assistência a Menores), portanto, de origem muito hu-

Concentro-me agora na memória daqueles que se foram quando se transladavam, nem sempre, antes ou após apresentações programadas.

Em nível local, Radegundes Feitosa Nunes (1962-2010), o nosso colega na UFPB, doutor trombonista (clássico e popular), fundador da Associação Brasileira de Trombonistas, foi levado por um acidente automobilístico quando se dirigia às suas raízes, Itaporanga (PB), para fazer uma apresentação.

Tivemos o caso de Gabriel Diniz (1990-2019), que ficou conhecido nacionalmente pelo sucesso alcançado com a sua 'Jenifer', na linha "forrónejo". Ele se foi, em acidente aéreo, em Porto do Mato, em Estância (SE), quando, após apresentação, dirigia-se a Maceió (AL).

Vamos a outras plagas nacionais. Francisco Alves (1898-1952) foi um dos precursores da indústria fonográfica nacional, quando do advento da primeira gravação elétrica no Brasil. Foi ele quem primeiro registrou, em acetato, a 'Aquarela do Brasil' (de Ary Barroso). Quando retornava de São Paulo ao Rio de Janeiro, na via Presidente Dutra, o seu Buick foi "atropelado" por um potente caminhão Austin. Chico Viola como foi cognominado era também chamado de "O Rei da Voz".

Evaldo Braga (1947-1973), cantor nascido de mãe desconhecida e entregue pelo pai para o antigo SAM (Serviço de Assistência a Menores), portanto, de origem muito hu-

milde, pode-se dizer que alcançou o sucesso entre os apreciadores da chamada música brega e da black music, como 'Sorria, sorria'. Um acidente automobilístico ditou o seu fim, na atual BR-040, em Areal, divisa entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Agostinho dos Santos (1932-1973), cantor versátil, interpretava do rock ao bolero, com incursões pela bossa-nova. Alavancou a carreira quando lhe foi confiada a participação na trilha sonora do filme 'Orfeu do Carnaval', com 'Manhã de Carnaval' e 'Felicidade'. Integrou a trupe que apresentou ao mundo o gênero no Carnegie Hall, em Nova Iorque, em 1962. Morreu em voo da Varig, em Orly, na França.

Milton Carlos (1954-1976), cantor e compositor, irmão e parceiro musical de Isolda. Juntos, compuseram 'Amigos, amigos', 'Pelo avesso', 'Um jeito estúpido de amar' e 'Jogo de Damas' (sucessos de Roberto Carlos). Também como intérprete, deixou-nos o seu 'Samba Quadrado' e 'Memórias do Café Nice', além de revitalizar, com enorme sucesso, 'Dorinha, meu Amor' (de Freitinhos), criação musical de Mário Reis. A morte o levou, em desastre de carro, junto com a noiva. Tinha apenas 22 anos.

Maysa (1936-1977), mais conhecida pelas composições e interpretações rotuladas de "música de fossa", fez excelente incursão no mundo da bossa-nova, a partir do álbum 'O Barquinho'. Morreu na ponte Rio-Niterói, ao voltar de cerimônia nupcial do filho Jayme

Monjardim, ocorrida em Niterói, quando se dirigia à Ilha de Maricá, onde residia. Apesar de sofrer de depressão violenta e duradoura e ser conhecida como fumante e acostumada à bebida (de forma social) durante sua carreira musical, a necropsia detectou sua sobriedade quando do acidente que a vitimou.

Gonzaguinha (Luiz Gonzaga do Nascimento Jr. – 1945-1991), cuja história de vida passa pelos caminhos do pai, o Gonzagão, assumiu, em suas composições, uma postura crítica e aberta ao movimento militar de 64. Residia em Belo Horizonte, quando, saindo de Pato Branco e destinando-se a Foz de Iguaçu, ambos no Paraná, de onde seguiria para um show em Florianópolis (SC), o seu Monza, que ele próprio dirigia, colidiu com uma caminhonete.

Jessé (1952-1993) ficou conhecido, afirmando-se como excelente intérprete, quando do 'Festival MPB Shell' (TV Globo, 1980), com 'Porto Solidão' (de Zeca Bahia), e chegou a ganhar o troféu de melhor intérprete e melhor canção no 'XII Festival da Canção', em Washington, nos Estados Unidos, com 'Estrela de Papel' (parceria com Elifas Andreato). Foi vitimado por um traumatismo craniano, resultante de acidente automobilístico, quando iria fazer uma apresentação em Terra Nova (PR).

Na próxima coluna, falar-lhes-ei sobre a "passagem" de outros grandes compositores e intérpretes internacionais, cujas histórias, pela maneira inusitada que os colheu, sensibilizou o universo musical popular, como Carlos Gardel, Glenn Miller, Ritchie Valens, Jim Croce, John Denver e Tristão da Silva.



COM O CHEF **WALTER ULYSSES**



Walter Ulysses - Chef formado no Curso de Gastronomia no antigo Lynaldo Cavalcante (João Pessoa) e tem Especialização na Le Scuole di Cucinadi Madrid. Já atuou em restaurantes de diversos países do mundo, a exemplo da Espanha, Itália, Portugal e Holanda. Foi apresentador de programas gastronômicos em emissoras de tevê e rádio locais, e hoje atua como chef executivo de cozinha na parte de consultorias.

@waltinhulysses
chefwalterulysses@hotmail.es

Onde comer na capital?

É muito provável que um turista, ao chegar na capital paraibana, venha interessado em comidas típicas locais e nas especiarias dos frutos do mar. Mas quem reside em João Pessoa talvez não conheça alguns dos locais que irei falar, como o Bar do Flávio, em Manaíra; o Bar do Chico, em Quadramares; e o Guaiaumum do Oliveira, que fica no Bairro Treze de Maio. Esse último tem uma especialidade

bem peculiar, com os seus goiamuns – com dias específicos de engorda – para satisfazer o cliente. Mas o que chama muito a atenção é a variedade do cardápio, que vai de miúdo de galinha ao camarão, sem falar da cerveja para quem gosta. Vem “mofada”. O preço de fazer sorrir qualquer que seja o tamanho do seu bolso. Ainda tem uma coisa: chegue cedo, pois as mesas são concorridas com seus clientes cativos que vêm de todos os locais da cidade.

Um local muito familiar, além de também trabalhar a família unida, limpo, agradável e de uma comida deliciosa, que eu escrevendo aqui agora fiquei com água na boca. São locais simples, e agradáveis que talvez você não conheça no seu bairro. Temos que conhecer um pouco mais da nossa gastronomia local, do nosso bairro, e valorizar as delícias da culinária da capital.



Arrozadinho P	14,00	Porção de Fritas	10,00
Arrozadinho G	20,00	Queijo c/ Mel	10,00
Arrozadinho misto	30,00	Queijo Simples	8,00
Assado de frango	10,00	Queijo temperado	10,00
Calabresa c/ fritas	20,00	Rubação	10,00
Caldo de feijão	6,00	Sol c/ Fritas	22,00
Camarão c/ fritas	35,00	Trapa bovina	13,00
Caranguejo (un)	8,00	Vinagrete	3,00
Charque c/ verdura	20,00	Ovo codorna (10 un)	6,00
Codorna (un)	10,00		
Ensop. Camarão	12,00		
Ensop. marisco	10,00		
Ensop. Peixe	10,00		
Fava	8,00		
Fava c/ charque	10,00		
Fígado acebolado	20,00		
Língua P	12,00		
Língua G	20,00		
Miúdo P	14,00		
Miúdo G	22,00		
Mocoto	15,00		
Peixe c/ fritas	40,00		
Porção de Arroz	4,00		
Porção de feijão	5,00		

Buchada de Bode

Ingredientes

- 2kg de vísceras de bode (bucha, tripas, fígado, pulmão, coração, passarinha e língua)
- 2 cebolas
- 2 pimentões
- 2 tomates
- 2 colheres de sopa de cominho
- 1/2 maço de hortelã
- 2 colheres de chá de pimenta-do-reino

- 2 colheres de sopa de colorau
- Azeite
- Sal a gosto
- 10 dentes de alho
- 1/2 maço de coentro
- Agulha e linha para costurar os travesseirinhos de bucho



Modo de preparo

- Pique os miúdos em cubinhos e transfira para uma vasilha. Pique as cebolas e coloque metade na vasilha com os miúdos e a outra metade em outro recipiente. Faça o mesmo com os pimentões, os tomates, o alho, a hortelã e o coentro. Pique e coloque metade com os miúdos e a outra metade no recipiente com a cebola e reserve. Adicione aos miúdos uma colher de colorau, uma de pimenta-do-reino, uma de cominho, sal a gosto e misture bem. Reserve.
- Corte o bucho em seis pequenos pedaços, para formar pequenos travesseirinhos. Costure todas as laterais com a agulha e a linha, deixando apenas um lado aberto, por onde deve preencher com os miúdos temperados até a borda. Costure a parte aberta para que o recheio não vaze. Corte pequenos pedaços do restante do bucho, amarre com a tripa, fazendo várias voltas ao redor deste bucho, para que ele não se solte. Reserve.
- No fundo de uma panela, arrume os travesseirinhos de bucho. Adicione o restante do colorau, do cominho, da pimenta-do-reino, sal a gosto e a reserva preparada de tomate, pimentão, cebola, coentro, hortelã e alho. Em seguida, na panela que contém a buchada, coloque as trouxinhas envoltas em tripa, regue com azeite e adicione água em temperatura ambiente até cobrir por completo os travesseirinhos. Deixe cozinhar por uma hora em fogo baixo. Sirva em seguida.

PITADAS A GOSTO



Buchada de bode, ou simplesmente buchada, é um prato típico da região Nordeste do Brasil. A iguaria tem origem no Maranhão, da culinária portuguesa tradicional. A buchada remete também ao prato cruxmechi, da gastronomia libanesa. Em todo o Nordeste, a buchada é feita com as entranhas (rins, fígado e vísceras) do bode, lavadas, fervidas, cortadas, temperadas e cozidas em bolsas (que medem cerca de oito centímetros de diâmetro), feitas com o próprio estômago do animal. No Nordeste, mais rigorosamente, a buchada leva apenas as chamadas vísceras brancas as tripas e as outras partes do estômago que não foram utilizadas para fazer as bolsas. As vísceras vermelhas, como o coração, rins, pulmões, fígado e o baço (preparo à passarinha), compõem um prato diferente, o sarapalho ou sarapatel, dependendo da espécie de animal.